

PROJETO PARQUE SOLAR SOPHIA

Plano de Envolvimento das Comunidades e Programa de Benefícios Partilhados

Setembro 2026

*Anexo II — Estudo socioeconómico do Parque Solar Sophia
(setembro 2026) — EY*



AVISO LEGAL

Integridade dos documentos disponibilizados para consulta pública

Os documentos disponibilizados para consulta pública correspondem, na data da sua entrega, às versões oficialmente submetidas por **Coloursflow - Unipessoal Lda.** no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental do projeto Solar Sophia.

Após a respetiva entrega e disponibilização ao público nas instalações das entidades competentes, a Coloursflow - Unipessoal Lda. não controla diretamente as condições de guarda, manuseamento, reprodução ou acesso aos documentos. Por esse motivo, não poderá ser responsabilizada por alterações, rasuras, substituições, supressões, reproduções incompletas ou quaisquer outras adulterações efetuadas por terceiros sem a sua autorização.

Em caso de dúvida quanto à autenticidade, integridade ou atualidade de qualquer documento, deverá ser consultada a versão oficial disponibilizada em www.participa.pt e em www.parquesolarsophia.pt.

ou solicitada confirmação através de info.portugal@lightsourcebp.com.

Estudo socioeconómico do Parque Solar Sophia

Relatório final

Setembro 2026

Preparado para
Lightsource bp

 **EY** Parthenon
Shape the future with confidence

Índice

1

Enquadramento
e objetivos

2

Caracterização
socioeconómica
do território de
intervenção

3

Cenários
e simulações

4

Benchmarking

5

Conclusões



Estudo desenvolvido para reforçar o conhecimento sobre a realidade socioeconómica do território de intervenção e potenciais efeitos do Parque Sophia

Abordagem do estudo

O presente Estudo Socioeconómico do Parque Solar Sophia foi desenvolvido no âmbito do processo de avaliação e licenciamento do projeto, com o objetivo de reforçar o conhecimento sobre a realidade socioeconómica do território de intervenção e apoiar a análise dos potenciais efeitos associados à sua concretização. O estudo complementa os trabalhos técnicos realizados no âmbito do projeto, contribuindo para uma leitura integrada das suas implicações territoriais, económicas e sociais. O âmbito do presente estudo encontra-se circunscrito à análise dos efeitos socioeconómicos do projeto, não abordando outros potenciais impactes nas áreas ambiental, patrimonial ou paisagística, por exemplo.

Para o efeito, o relatório estrutura-se em cinco capítulos:

- Capítulo 1. Enquadramento e objetivos do projeto: que realizada uma breve caracterização do Parque Solar Sophia;
- Capítulo 2. Caracterização socioeconómica do território de intervenção: que realiza uma caracterização do contexto territorial e socioeconómico do território de intervenção do projeto;
- Capítulo 3. Cenários e simulações: que procede à análise dos impactos e efeitos socioeconómicos do projeto em diversas dimensões, contabilizando as medidas do programa de benefício partilhado e os setores mais impactados pelo projeto;
- Capítulo 4. *Benchmarking*: realiza uma análise comparada de projetos semelhantes na Península Ibérica com objetivos de sistematizar os argumentos de oposição mais recorrentes, a existência de benefícios partilhados com a comunidade, as evidências de pacificação pós estabilização do projeto, bem como as perspetivas de impacto sobre a atividade turística.
- Capítulo 5. Conclusões: síntese das principais conclusões e implicações do estudo com enfoque nas questões centrais propostas a responder no âmbito do presente estudo e outros elementos complementares decorrentes da análise socioeconómica e de impacto.



O estudo visa compreender o território, avaliar os impactos socioeconómicos do projeto e contribuir para uma apreciação informada dos seus potenciais efeitos

Enquadramento do estudo



Desafios do projeto

- O território de intervenção apresenta alguma **sensibilidade do ponto de vista ambiental e identitário**.
- Do conjunto global de **preocupações** identificadas entre as entidades públicas e as comunidades locais, são, neste relatório, analisadas as seguintes:
 1. Afetação do **solo e uso agrícola**;
 2. **Impacto económico efetivo** no território, nomeadamente no que diz respeito à criação de emprego;
 3. Potenciais efeitos sobre a **atratividade turística**, designadamente na envolvente de Monsanto e do Geopark Naturtejo.



Questões a responder

- Q1.** Qual é o **perfil socioeconómico** atual do território afetado e as suas dinâmicas estruturais?
- Q2.** Que **impactos reais** (positivos e negativos) o projeto introduz face a um cenário sem parque solar?
- Q3.** Em que medida o projeto pode **criar valor económico local** e mitigar eventuais efeitos adversos?
- Q4.** De que forma a evidência técnica pode contribuir para uma **melhor compreensão das preocupações e perceções** associadas ao projeto?
- Q5.** Que medidas e **oportunidades de desenvolvimento económico local** podem ser ativadas em articulação com o projeto?



Objetivos do estudo

- **Caracterizar o território de intervenção e o seu perfil socioeconómico**, incluindo dinâmicas demográficas, económicas e de ocupação do solo.
- Garantir **articulação com os estudos já desenvolvidos**, assegurando coerência com o EIA e com a reformulação do projeto em curso.
- **Estimar e avaliar os impactos socioeconómicos** do projeto, considerando diferentes cenários e os temas sensíveis identificados pelos *stakeholders*.
- Consolidar informação socioeconómica que contribua para a **avaliação fundamentada dos potenciais efeitos do projeto e dos temas identificados** pelos *stakeholders* locais.

1

Enquadramento e objetivos do projeto



O Parque Solar Fotovoltaico Sofia, promovido pela Lightsource bp, propõe reforçar a produção de eletricidade nacional com base no distrito de Castelo Branco

O projeto do Parque Solar Sophia

Descrição do projeto



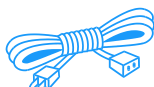
O Parque Solar Fotovoltaico Sophia, promovido pela Lightsource bp, é um **projeto de produção de eletricidade em grande escala a partir de energia solar**. Visa a **produção de energia de fonte renovável**, contribuindo para a **redução da dependência energética e das emissões de gases com efeito de estufa**, bem como para o **desenvolvimento regional e local**. O projeto insere-se nos municípios do **Fundão, Penamacor e Idanha-a-Nova**, localizados nas sub-regiões Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa, na Região Centro. A Linha de Muito Alta Tensão (LMAT) encontra-se implantada nos concelhos do Fundão e Penamacor, enquanto os painéis fotovoltaicos se distribuem entre Penamacor e Idanha-a-Nova, localizando-se igualmente em Penamacor a subestação. No total, o projeto **ocupa aproximadamente 1.177 hectares (ha)**, distribuídos por 625 ha em Penamacor e 552 ha em Idanha-a-Nova.

Principais componentes



Painéis solares

Dispostos em linhas com sistema de seguimento solar (Este-Oeste) que maximiza as horas de irradiação. São fixados diretamente no solo, sem betão, e os materiais são não tóxicos e recicláveis.



Equipamentos técnicos e subestação

Cablagem elétrica maioritariamente enterrada em vala ao longo dos acessos internos. Energia transformada na subestação interna entregue à rede REN.



Linha de transporte e eletricidade

Transporta a eletricidade até à subestação da REN no Fundão, com corredor preferencial (norte) que maximiza o acompanhamento de linhas existentes.



Vedações e acessos

A área do projeto será vedada por rede permeável à passagem de animais de pequeno porte, sendo os acessos internos permeáveis e sem uso de alcatrão.

Grandes números

Potência instalada

573MWp/420MVA

Investimento total

500M€

Área vedada/ocupada por painéis

~1.177ha/250ha

Emprego

500 em termos médios
(890 na fase de pico)
+ 15 (em fase de operação)

Produção anual estimada

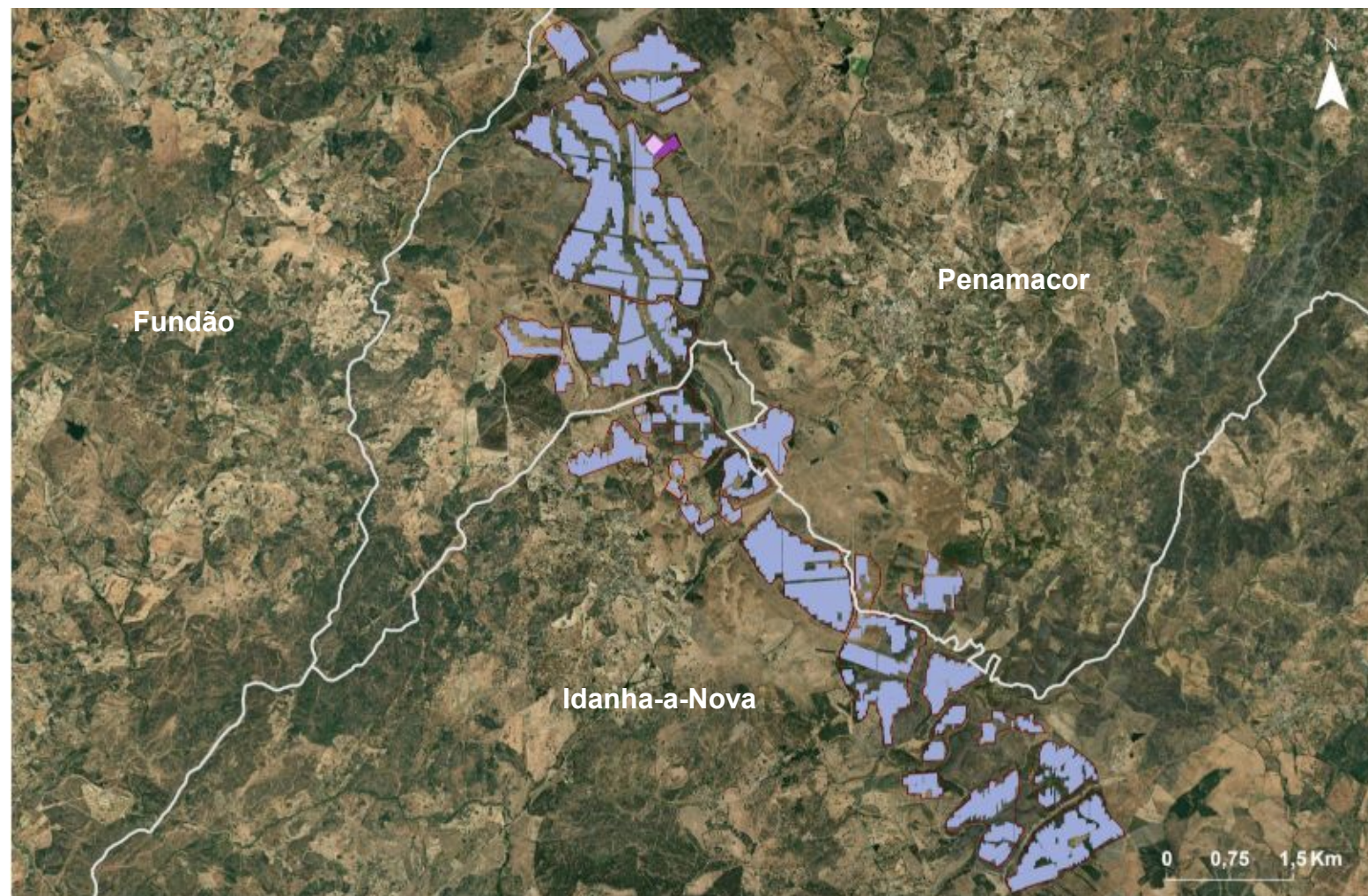
1.132.207MWh

Vida útil considerada

40 anos

A área de implantação do Parque abrange os municípios de Idanha-a-Nova e Penamacor, com a área ocupada por painéis a corresponder a cerca de 250 ha

Localização do projeto



Área ocupada por painéis

Idanha-a-Nova 122 ha

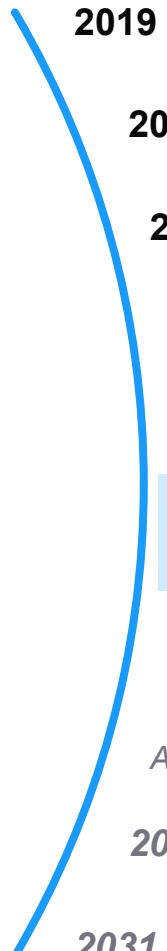
Penamacor 128 ha

Legenda

- Municípios
- Subestação
- Sistema de armazenamento por baterias
- Mesas (painéis solares)
- Vedação

A reformulação do projeto e o aprofundamento da componente socioeconómica constituem o principal marco da atual fase de desenvolvimento

Cronologia do projeto

- 
- 2019** Arranque da prospeção de terrenos, com identificação e avaliação de condicionantes territoriais e ambientais e foco em áreas próximas das subestações com menor sensibilidade ambiental.
- 2021** Início dos estudos técnicos e ambientais, envolvimento local (reuniões com municípios) e seleção de terrenos (reuniões com proprietários para identificar áreas adequadas).
- 2023** Obtenção de Título de Reserva de Capacidade (TRC) através de acordo com a REN, sendo a Subestação do Fundão (REN) o ponto de ligação à rede.
- 2024** Submissão do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e início do processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do Estudo Prévio.
- 2025** Consulta Pública (Estudo prévio) e reuniões nas Comissões de Acompanhamento municipal e envolvimento com comunidades locais.
- 2026** **Reformulação do projeto, elaboração de estudo socioeconómico do Parque Solar Sophia**, previsão de Declaração de Impacte (DIA).
- 2027** Submissão do Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE), Consulta Pública (Projeto de execução), previsão de Decisão sobre a Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE).
- A definir* Obtenção das Licenças de Produção e Estabelecimento.
- 2029** Início de construção.
- 2031** Início de operação.

2

Caracterização socioeconómica do território de intervenção



2. Caracterização socioeconómica do território de intervenção

2.1. Contexto do território de intervenção

2.2. Perfil demográfico

2.3. Perfil económico

2.4. Agricultura

2.5. Turismo

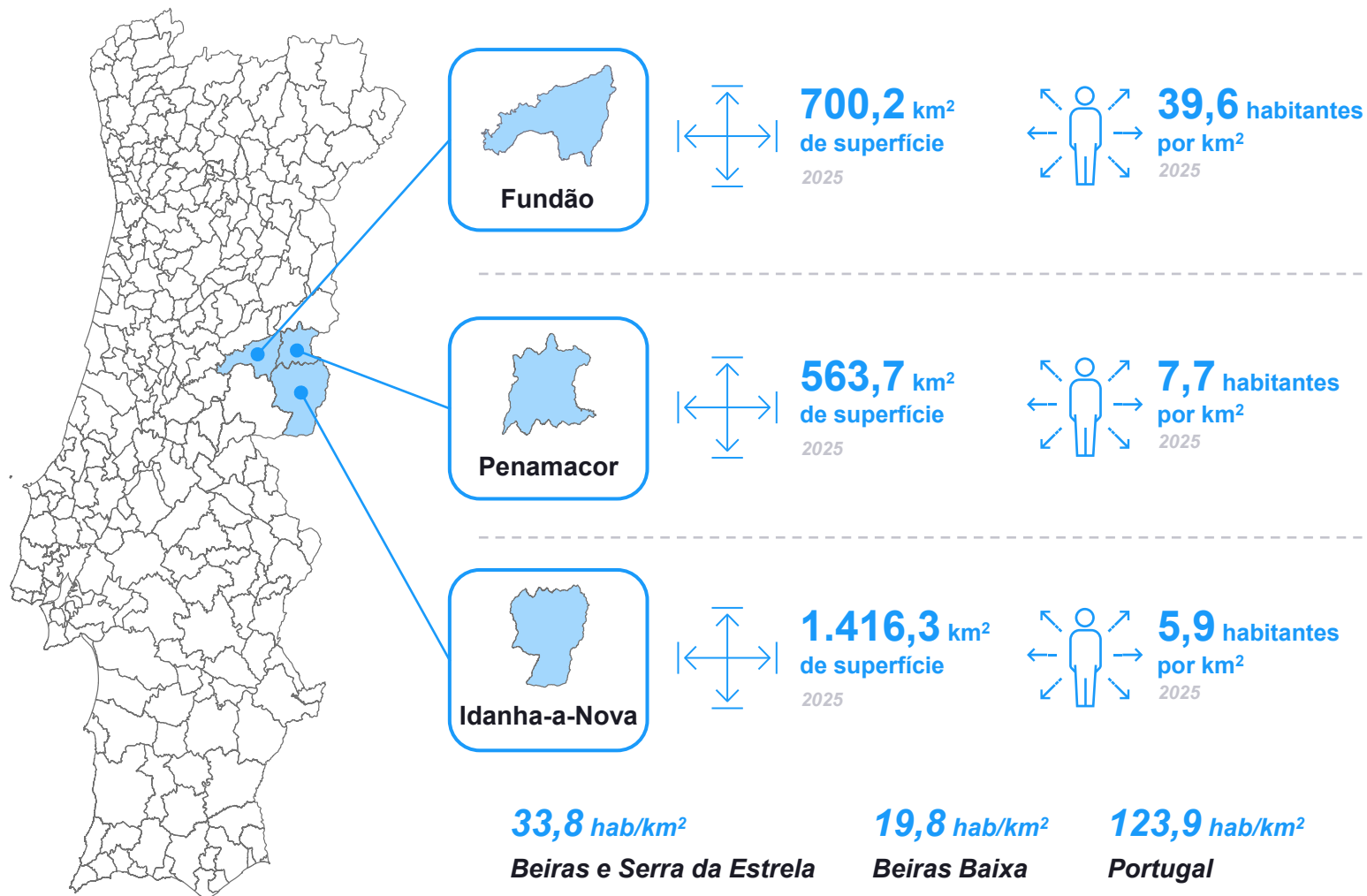
2.6. Caracterização síntese



O território de intervenção integra três municípios da região Centro, enquadrados em duas sub-regiões diferenciadas e com perfis territoriais de baixa densidade

Delimitação do território

- O território de intervenção abrange três municípios integrados na região Centro e pertencentes ao distrito de Castelo Branco: **Fundão**, **Idanha-a-Nova** e **Penamacor**.
- O Fundão integra a sub-região (NUTS III) das **Beiras e Serra da Estrela**, enquanto Idanha-a-Nova e Penamacor pertencem à **Beira Baixa**.
- Estes territórios partilham, um **perfil de ocupação territorial de baixa densidade**, com um número de habitantes por km² (2025) significativamente abaixo da média nacional (123,9) e da região Centro (76,1).
- Idanha-a-Nova é o município de maior extensão territorial entre os territórios de intervenção, seguindo-se o Fundão e Penamacor. **Idanha-a-Nova e Penamacor caracterizam-se por uma elevada incidência de condicionantes ao uso do solo**, associadas à presença de áreas classificadas e protegidas, enquanto o Fundão apresenta um contexto territorial relativamente menos restritivo.



Os municípios do território de intervenção do projeto apresentam realidades distintas nas vertentes da demográfica, económica, turística e agrícola

Grandes números no território de intervenção

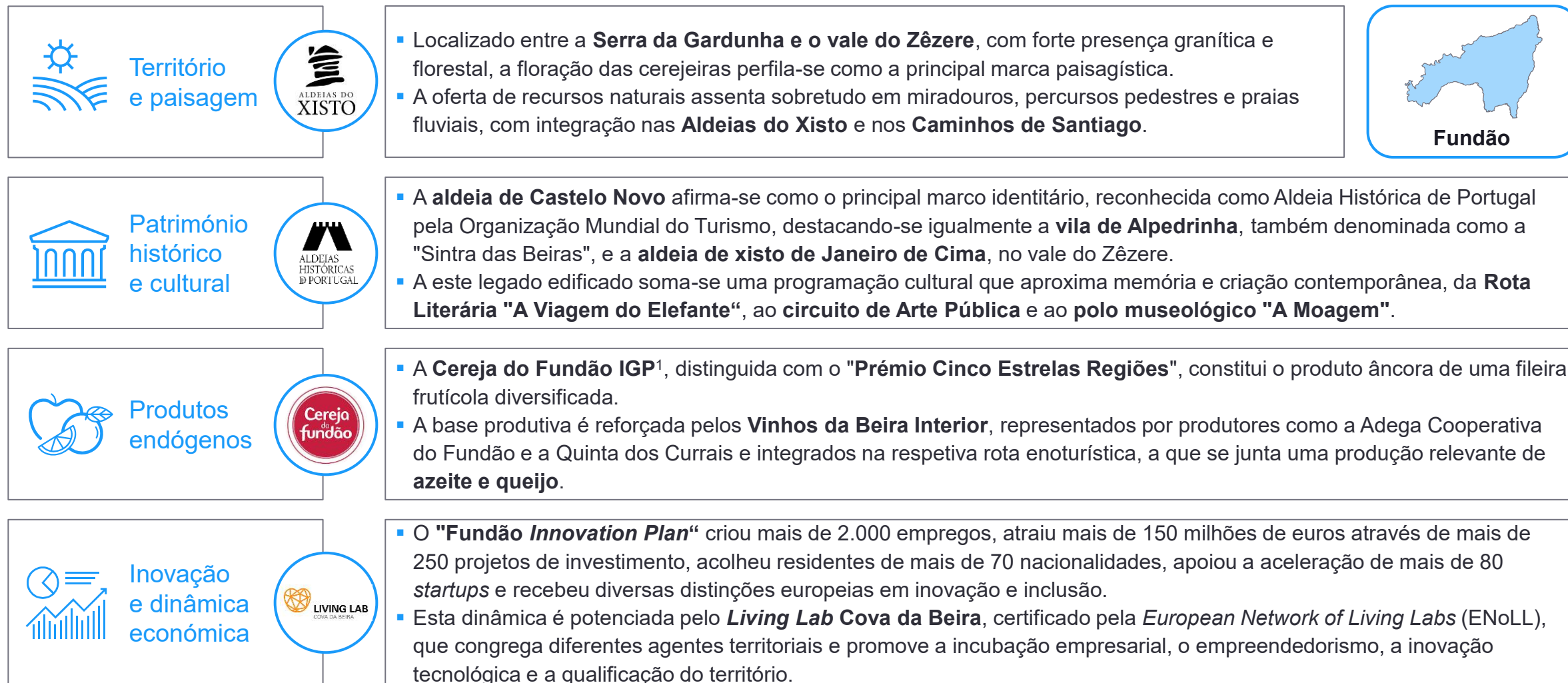
Demografia 2025 	Economia 2024 	Turismo 2025 	Agricultura 2019 
Fundão 27.754 residentes 39,6 hab./km ²	Fundão 3.676 estabelecimentos 9.366 pessoal ao serviço	Fundão 17.469k€ proveitos totais ¹ 111.228 hóspedes	Fundão 3.528 explorações agrícolas 19.466 ha utilizados
Idanha-a-Nova 8.360 residentes 5,9 hab./km ²	Idanha-a-Nova 1.095 estabelecimentos 1.866 pessoal ao serviço	Idanha-a-Nova 2.699k€ proveitos totais ¹ 23.140 hóspedes	Idanha-a-Nova 1.637 explorações agrícolas 51.584 ha utilizados
Penamacor 4.362 residentes 7,7 hab./km ²	Penamacor 572 estabelecimentos 975 pessoal ao serviço	Penamacor 950k€ proveitos totais ¹ 11.422 hóspedes	Penamacor 1.303 explorações agrícolas 10.763 ha utilizados

1. Proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico – valores resultantes da atividade dos meios de alojamento turístico: aposento, restauração e outros decorrentes da própria atividade (aluguer de salas, lavandaria, tabacaria, telefone, entre outros).

Fonte: INE, Direção Geral do Território; Estimativas anuais da população residente; Sistemas de contas integradas das empresas; Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos; Recenseamento Agrícola - 2019

No Fundão, a tradição da Cereja convive com um ecossistema de referência em inovação e TIC, num plano bem sucedido de reinvenção económica do interior

Identidade territorial do Fundão



1. Indicação Geográfica Protegida – certificação europeia que reconhece a ligação de um produto a um determinado território de origem.

Em Penamacor, a Reserva Natural da Serra da Malcata e o Geopark Naturtejo fazem da natureza e do turismo sustentável os principais vetores de identidade territorial

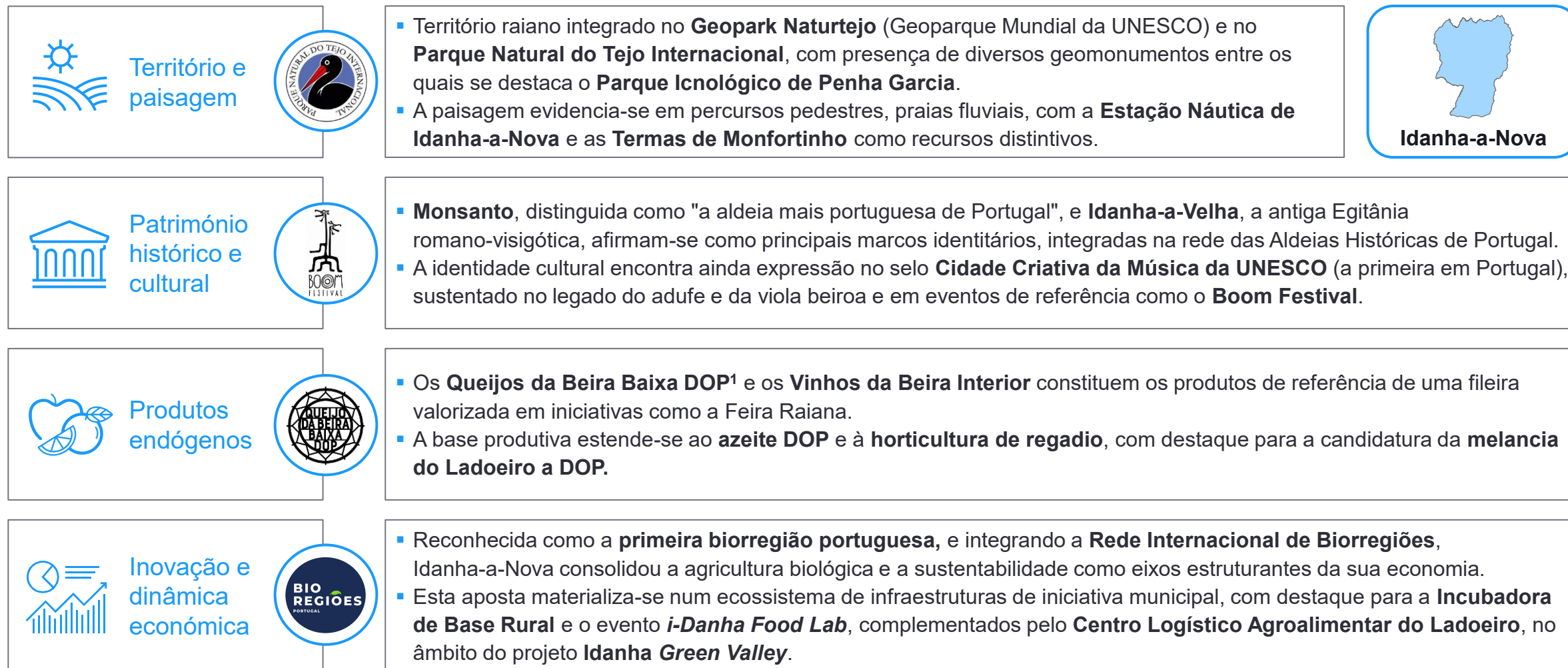
Identidade territorial de Penamacor

 Território e paisagem 	- Penamacor acolhe a sede da Reserva Natural da Serra da Malcata, um dos últimos refúgios do lince-ibérico, e integra o Geopark Naturtejo (Geoparque Mundial da UNESCO). - No berço do rio Côa, a paisagem apresenta como fatores distintivos a predominância de miradouros, minas e geoformas graníticas, com igual destaque para as Termas de água da Fonte Santa.	 Penamacor
 Património histórico e cultural 	- Fortificado no século XII, o Castelo de Penamacor e a Torre de Menagem destacam-se como os principais elementos histórico-culturais do município, complementados pela Igreja da Misericórdia e a Judiaria, marcando o legado edificado da vila. - No plano imaterial, sobressai a memória da presença judaica e das tradições raianas, com especial destaque para a Festa do Madeiro, com a tradicional fogueira de Natal acesa a 23 de dezembro, considerada uma das maiores do país.	
 Produtos endógenos 	- Na base produtiva sobressaem o azeite DOP¹ Beira Baixa e a pastorícia (borrego e cabrito), a que se somam os enchidos e a doçaria beirã. - Estes recursos ganham expressão gastronómica em pratos como a chanfana, o arroz de carnes e o coelho bravo.	
 Inovação e dinâmica económica 	- O município dispõe de uma Zona Industrial com vista à criação de emprego, aposta na captação de investimento e na fixação de empresas. - O posicionamento económico gravita em torno do turismo de natureza e do slow tourism, ancorados em eventos como a feira Terras do Lince e reforçado pela seleção da Malcata como nova área de reintrodução do lince-ibérico (PACLIP 2026–2030).	

1. Denominação de Origem Protegida – certificação europeia que garante que todas as etapas de produção de um produto ocorrem no território de origem, do qual resultam as suas características distintivas.

Idanha-a-Nova afirma-se como primeira Cidade Criativa da Música da UNESCO e biorregião nacional, unindo património singular e produção certificada

Identidade territorial de Idanha-a-Nova



1. Denominação de Origem Protegida – certificação europeia que garante que todas as etapas de produção de um produto ocorrem no território de origem, do qual resultam as suas características distintivas.

2. Caracterização socioeconómica do território de intervenção

2.1. Contexto do território de intervenção

2.2. Perfil demográfico

2.3. Perfil económico

2.4. Turismo

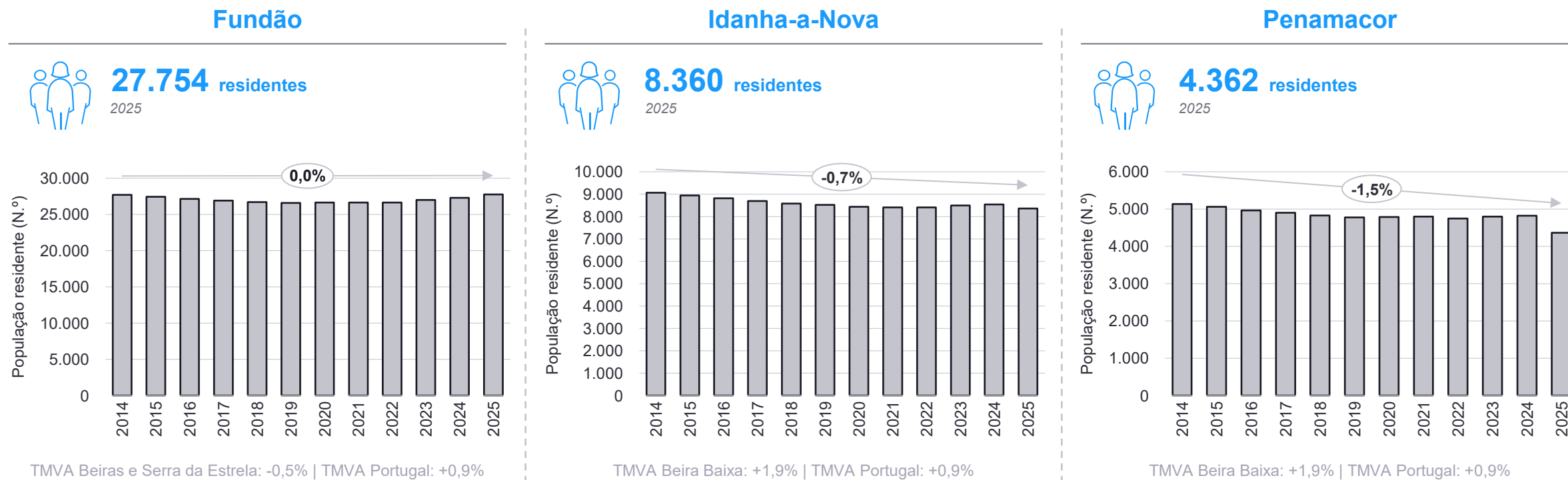
2.5. Agricultura

2.6. Caracterização síntese



O Fundão afirma-se como o principal polo demográfico do território de intervenção, num contexto de evoluções populacionais estagnadas ou negativas

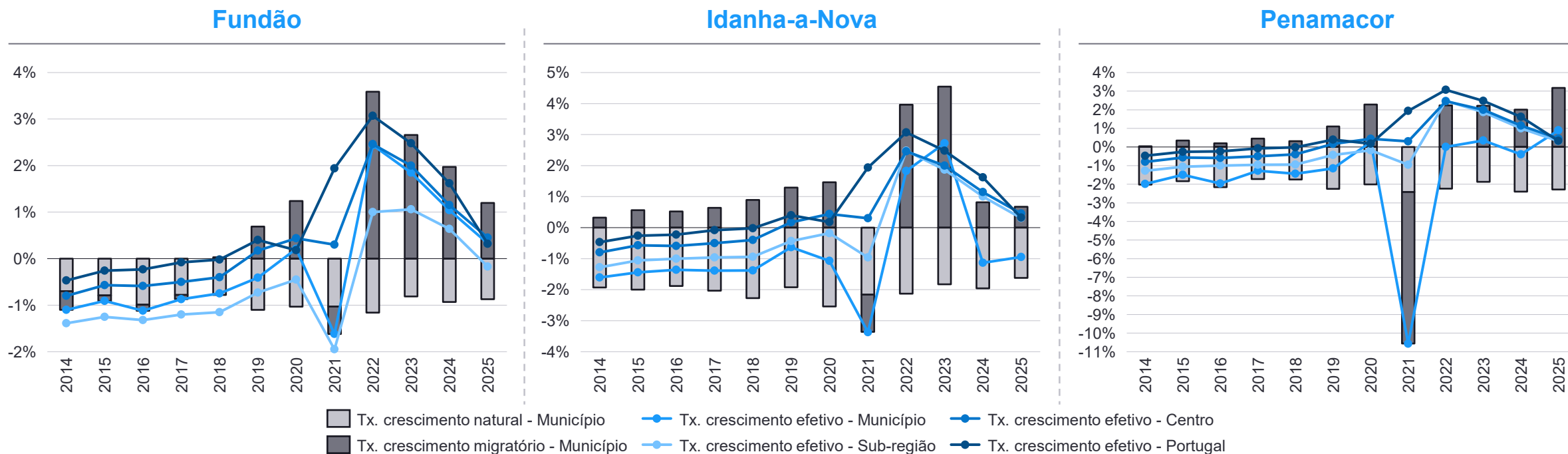
População residente



- O Fundão é o município com **maior expressão demográfica** no território de intervenção, concentrando a maior fatia da população residente (**68,6%**), seguido de Idanha-a-Nova (**20,7%**) e Penamacor (**10,8%**).
- A população residente mantém-se estagnada no Fundão, com uma **Taxa Média de Variação Anual (TMVA)** nula, em oposição à **trajetória negativa** da sua sub-região. Os restantes municípios registam **decréscimos sustentados**, contrariando a **tendência de crescimento da Beira Baixa**.

A dinâmica migratória tem atenuado os efeitos do declínio natural da população nos três municípios mas não o suficiente para se traduzir garantir crescimento

Decomposição do crescimento populacional



- A taxa de crescimento natural mantém-se negativa nos três municípios, refletindo **tendências demográficas marcadas pelo envelhecimento populacional**.
- O crescimento migratório constitui o **principal fator de dinamização demográfica subjacente aos diferentes territórios**, que registam, em 2025, taxas de crescimento migratório acima da média nacional.
- Após um período de crescimento efetivo inferior aos referenciais regional e nacional, Fundão e Penamacor evidenciam uma **trajetória de convergência com estes referenciais**, enquanto Idanha-a-Nova apresenta uma **evolução mais irregular**.

O crescimento da população estrangeira é transversal aos três municípios, com os pedidos de residência a apontar para a continuidade desta tendência

População estrangeira

Fundão

Top 3 nacionalidades com estatuto legal de residente

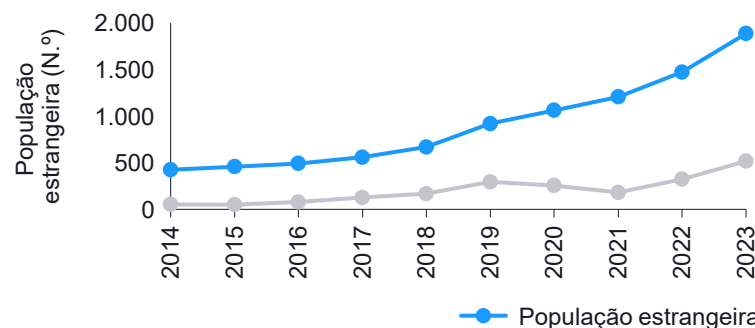
2023

Outros países	Brasil	Reino Unido
48,7%	27,9%	15,5%

Top 3 nacionalidades que solicitaram estatuto legal de residente

2023

Brasil	Paquistão	Índia
36,9%	13,3%	8,5%



Idanha-a-Nova

Top 3 nacionalidades com estatuto legal de residente

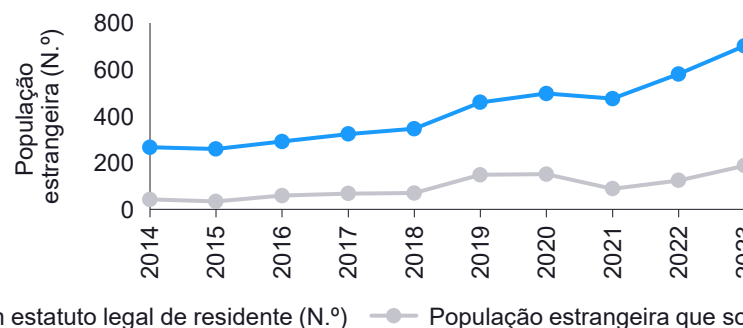
2023

Outros países	Reino Unido	São Tomé e Príncipe
48,3%	17,9%	9,8%

Top 3 nacionalidades que solicitaram estatuto legal de residente

2023

São Tomé e Príncipe	Índia	Reino Unido
16,6%	15,0%	10,2%



Penamacor

Top 3 nacionalidades com estatuto legal de residente

2023

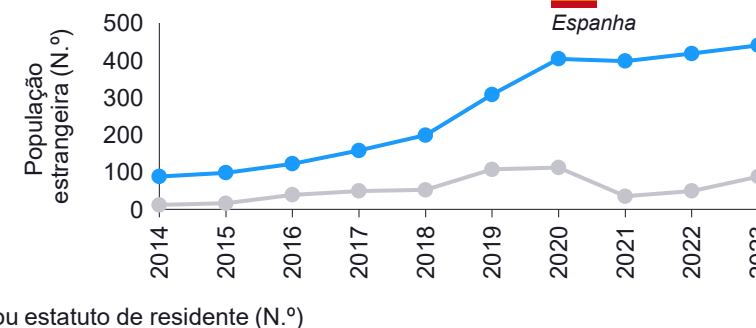
Reino Unido	Outros países	Brasil
47,3%	46,8%	2,0%

Top 3 nacionalidades que solicitaram estatuto legal de residente

2023

Reino Unido	Alemanha	França
19,3%	13,6%	10,2%

Espanha

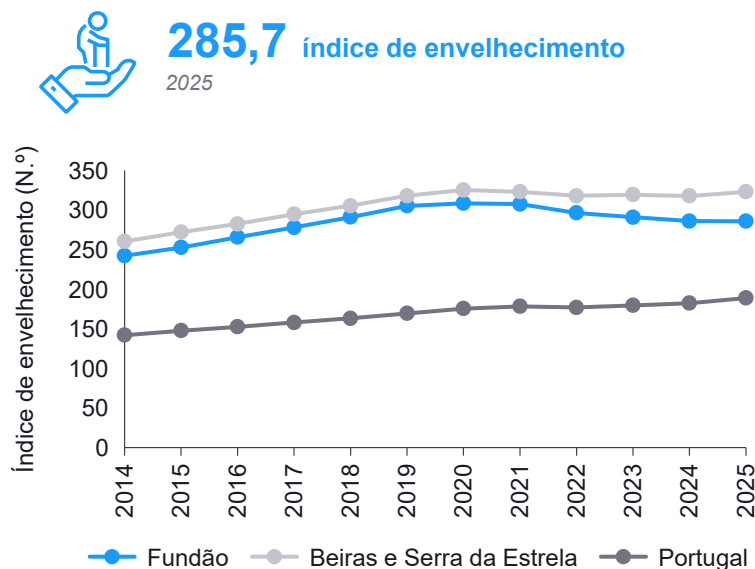


- A população estrangeira com estatuto legal de residente **cresceu de forma expressiva nos três municípios entre 2014 e 2023** (+18,0%/ano no Fundão, +11,4%/ano em Idanha-a-Nova e +19,6%/ano em Penamacor), com aceleração a partir de 2018 e máximos históricos no período mais recente.
- Perspetiva-se a acentuação desta tendência**, uma vez que a população estrangeira que solicitou estatuto legal de residente se encontra igualmente em trajetória ascendente nos três territórios (+28,8%/ano no Fundão, +18,0%/ano em Idanha-a-Nova e +24,8%/ano em Penamacor).
- O Fundão concentra o **maior número absoluto de residentes estrangeiros dos três municípios** (1.886 pessoas, 6,9% da população residente), seguido de Idanha-a-Nova (702 e 8,2%) e Penamacor (440 e 10,1%), sendo neste último que o peso relativo face à população residente é mais elevado.

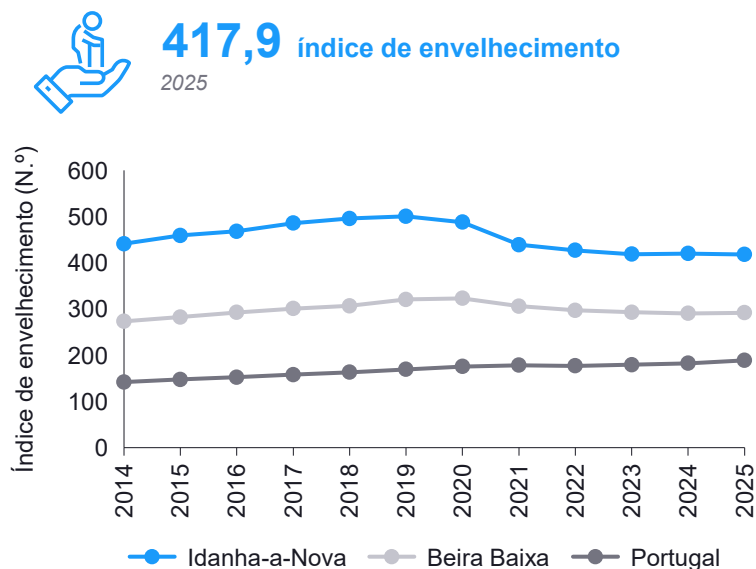
O acentuado envelhecimento é um dos principais traços demográficos do território de intervenção, significativamente acima do referencial nacional

Envelhecimento da população

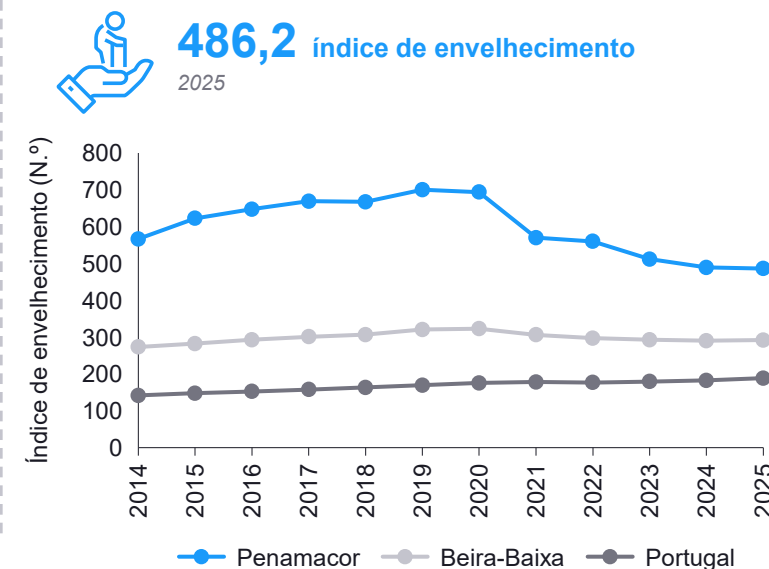
Fundão



Idanha-a-Nova



Penamacor



- Os três municípios apresentam **índices de envelhecimento acentuados**, refletindo um perfil demográfico **marcadamente envelhecido** face aos referencial nacional e das próprias sub-regiões no caso de Idanha-a-Nova e de Penamacor.
- O Fundão distingue-se por registar um índice **inferior ao da sua sub-região**, ainda que em trajetória de crescimento ao longo da última década, com sinais de estabilização nos anos mais recentes.
- Idanha-a-Nova e Penamacor apresentam índices **superiores ao da Beira Baixa**, embora com uma **tendência de redução** desde 2021.

2. Caracterização socioeconómica do território de intervenção

2.1. Delimitação do território de intervenção

2.2. Perfil demográfico

2.3. Perfil económico

2.4. Turismo

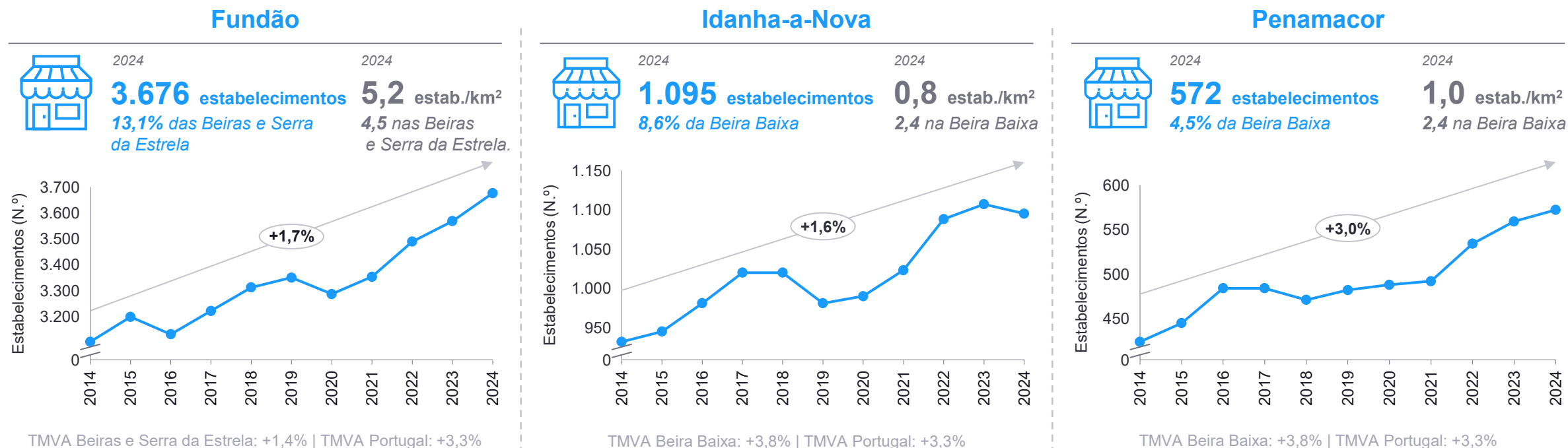
2.5. Agricultura

2.6. Caracterização síntese



Apesar da evolução positiva do número de estabelecimentos, a dinâmica de crescimento permanece ainda limitada face aos principais referenciais

Dinâmica empresarial

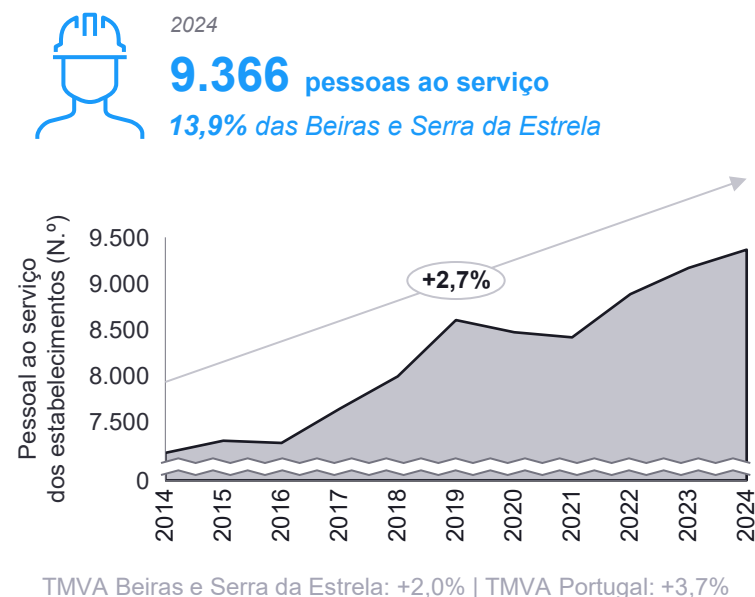


- Os três municípios evidenciam um **crescimento do número de estabelecimentos** no horizonte 2014-2024 (ainda que abaixo da média nacional), sendo que Idanha-a-Nova e Penamacor registam um **crescimento médio anual inferior** ao referencial da Beira Baixa.
- O Fundão apresenta um **crescimento ligeiramente superior** à sua sub-região, evidenciando-se assim como um dos seus territórios âncora.
- A densidade de estabelecimentos no Fundão **supera a média da sub-região (4,5)**, enquanto Idanha-a-Nova e Penamacor se situam **numa posição inferior** à Beira Baixa (**2,4**), encontrando-se os três municípios **significativamente abaixo** do referencial nacional (**17,8**).

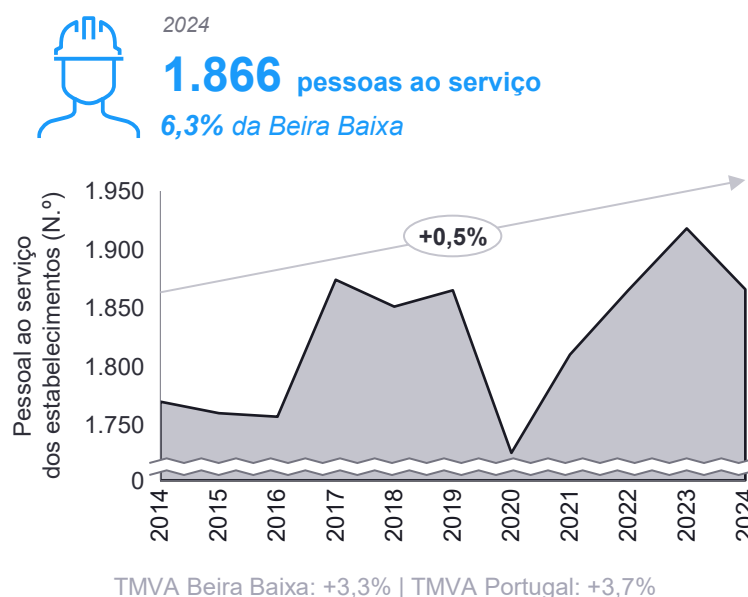
A análise do emprego evidencia uma dinâmica de crescimento pouco expressiva, com quebras acentuadas durante a pandemia com recuperação subsequente

Dinâmica do emprego nos estabelecimentos

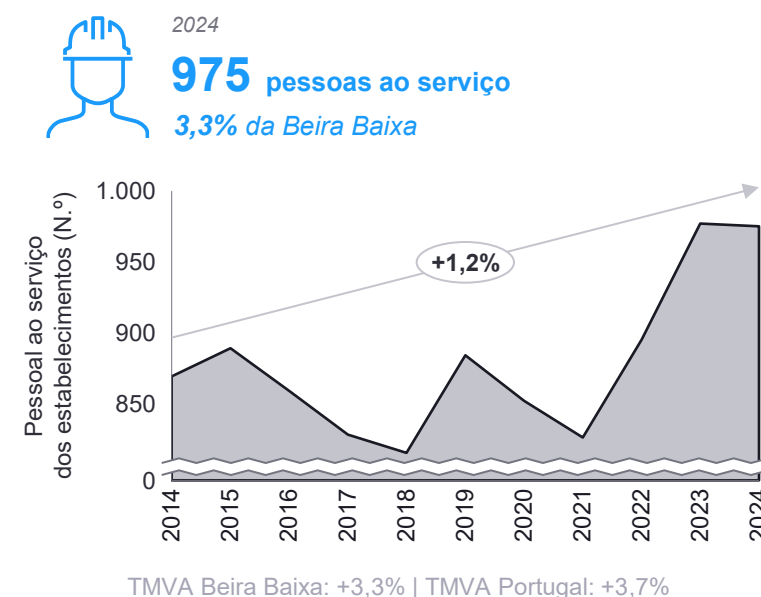
Fundão



Idanha-a-Nova



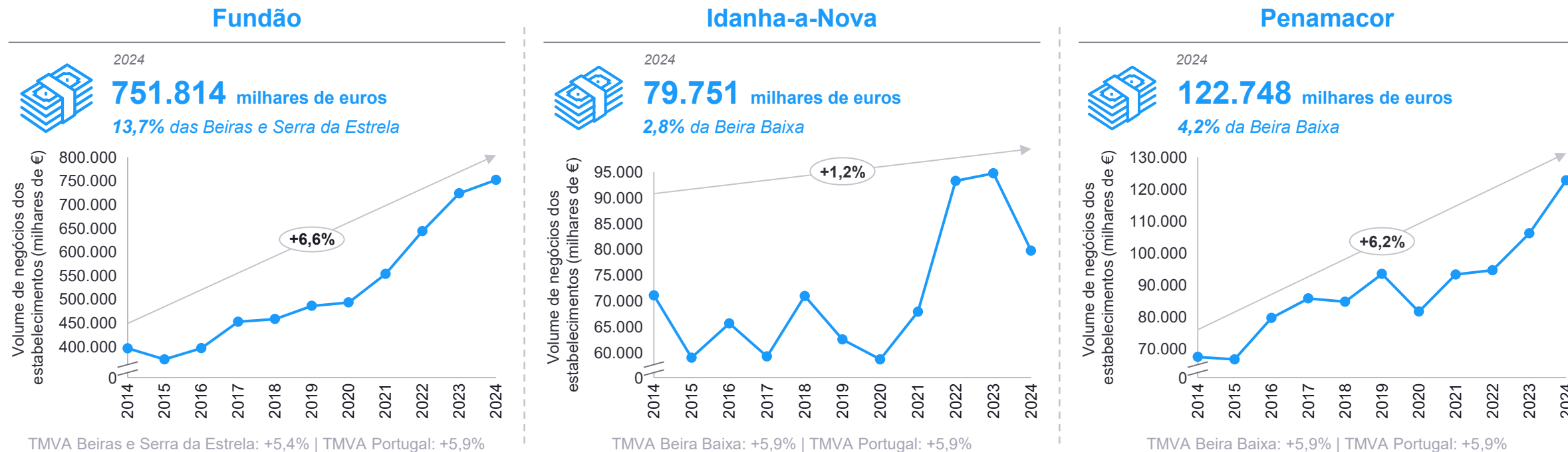
Penamacor



- O Fundão destaca-se pelo **aumento mais acentuado** do pessoal ao serviço, superior ao crescimento da sub-região, enquanto Idanha-a-Nova e Penamacor apresentam **dinâmicas mais moderadas**, com níveis de crescimento menores do que a média sub-regional.
- Os territórios evidenciam **quebras substanciais** do pessoal ao serviço durante o período da pandemia Covid-19, seguidas de uma recuperação significativa nos anos mais recentes.
- A evolução do pessoal ao serviço segue a dinâmica dos estabelecimentos, permanecendo os municípios **abaixo da trajetória nacional**.

Fundão e Penamacor consolidam o crescimento do volume de negócios, enquanto Idanha-a-Nova evidencia um aumento mais contido com uma evolução irregular

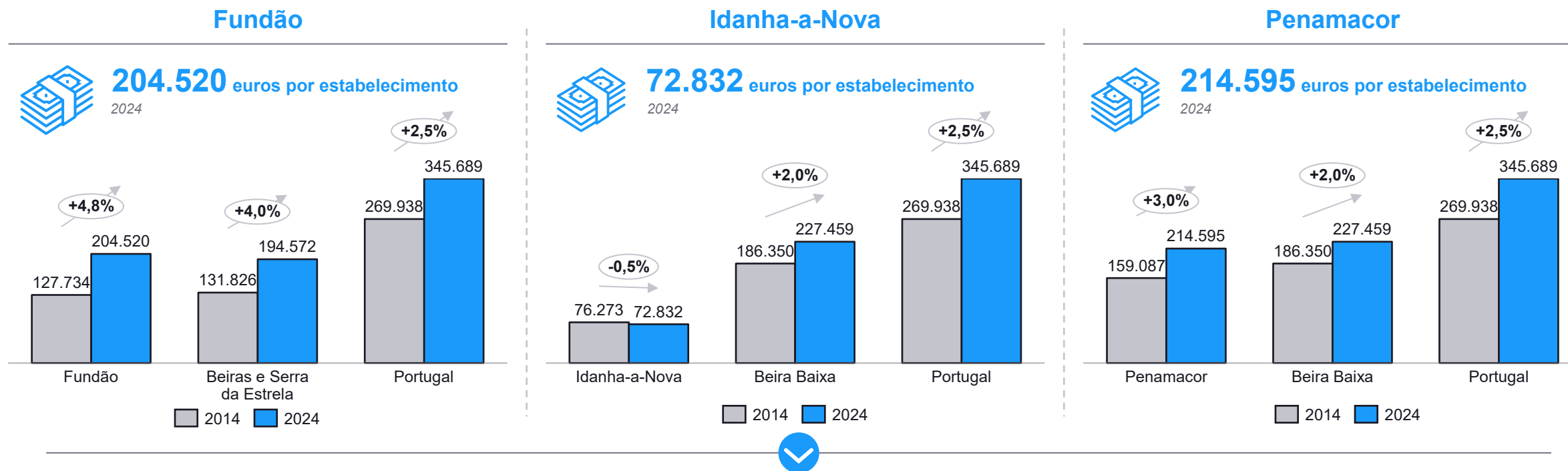
Volume de negócios dos estabelecimentos



- O Fundão **lidera** o volume de negócios dos estabelecimentos e **cresce a um ritmo superior** face aos referenciais sub-regional e nacional.
- Em termos absolutos, segue-se Penamacor **acompanhando esta dinâmica de crescimento**, também acima dos referenciais da Beira Baixa e de Portugal.
- Idanha-a-Nova regista o menor volume de negócios dos três municípios e apresenta uma **evolução mais irregular**, marcada por um decréscimo acentuado em 2024.

Os municípios reforçam o volume de negócios por estabelecimento, com o Fundão e Penamacor a destacarem-se pelo crescimento mais robusto

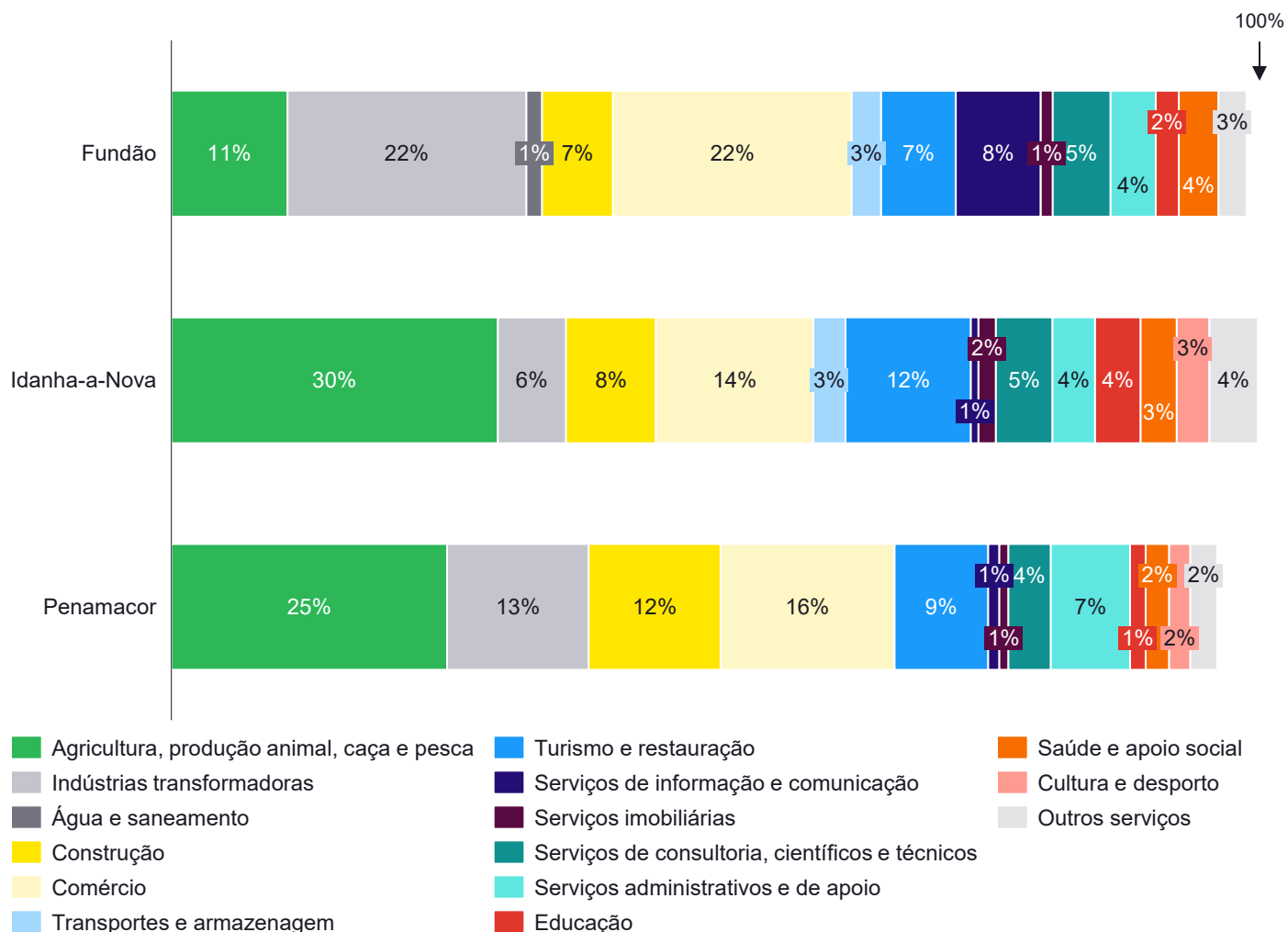
Volume de negócios por estabelecimento



- Fundão e Penamacor apresentam volumes de negócios por estabelecimento **semelhantes**, com valores similares aos referenciais sub-regionais.
- Idanha-a-Nova apresenta um volume de negócios por estabelecimento **substancialmente inferior** ao dos restantes municípios e ao da Beira Baixa, o que evidencia um tecido empresarial composto por estabelecimentos com menor capacidade de criar de valor do que o Fundão e Penamacor.
- Tanto o Fundão como Penamacor **crescem a um ritmo superior** ao dos principais referenciais, confirmando a trajetória de crescimento dos seus tecidos económicos, enquanto Idanha-a-Nova regista uma **evolução negativa**.

A relevância da agricultura e do turismo ajuda a enquadrar os principais temas do debate sobre a evolução futura do território

Perfil setorial com base no emprego



- A agricultura assume um peso particularmente relevante no emprego de Idanha-a-Nova (30,0%) e Penamacor (25,3%), constituindo um dos principais pilares da atividade económica dos três municípios.
- O turismo e restauração apresentam igualmente uma expressão relevante na estrutura de emprego local, sobretudo em Idanha-a-Nova (11,5%) e Penamacor (8,6%), refletindo a importância das atividades associadas aos recursos naturais, patrimoniais e culturais do território.
- O Fundão evidencia uma maior diversificação da base económica, com uma distribuição mais equilibrada do emprego entre indústria transformadora (22,0%), comércio (22,0%), turismo (6,9%) e serviços de maior intensidade de conhecimento (7,8%).
- A relevância da agricultura e do turismo na estrutura produtiva ajuda a contextualizar a atenção que estes setores assumem nas discussões sobre a evolução futura dos usos do solo e das atividades económicas do território.

Nota: A ausência de determinadas atividades económicas nos gráficos apresentados decorre da indisponibilidade de dados para essas atividades nos anos e municípios considerados.

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

Os três municípios partilham uma forte especialização agrícola, mas diferentes níveis de diversificação da base económica

Leitura da especialização produtiva

Com base no emprego

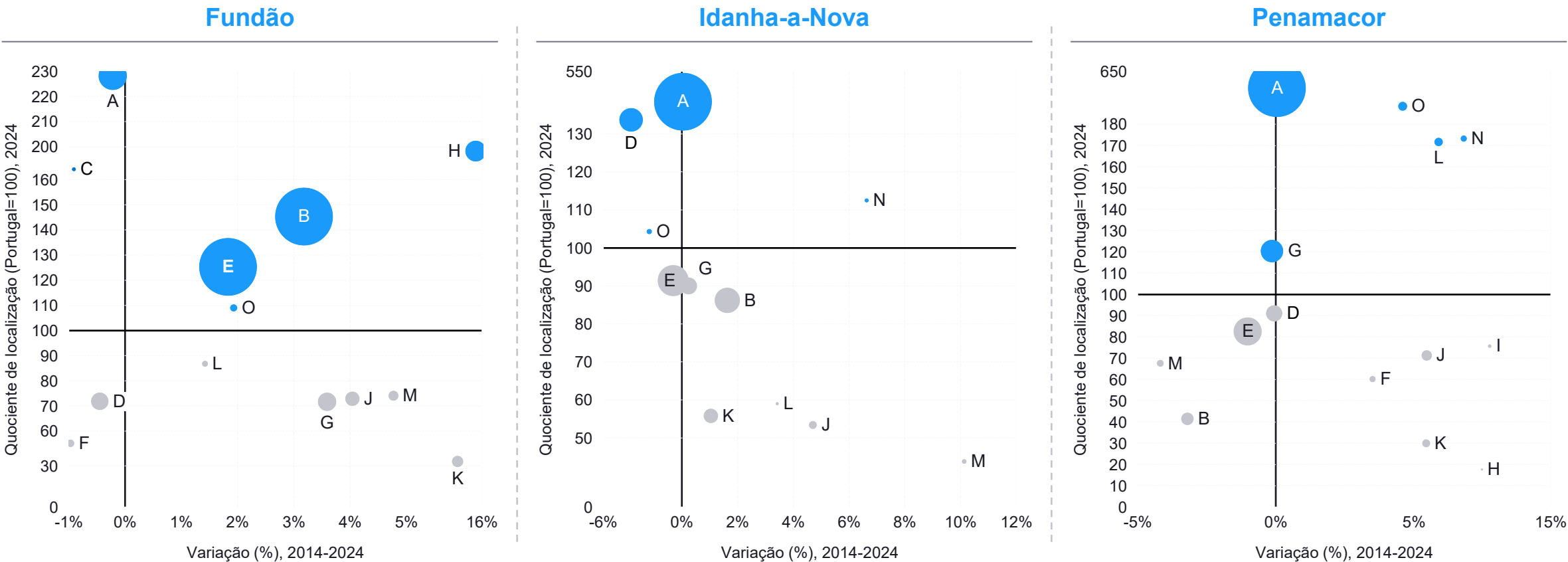
- **A agricultura constitui o principal setor de especialização com base no emprego nos três municípios**, assumindo simultaneamente uma expressão relevante em termos de peso do pessoal ao serviço.
- **O Fundão apresenta uma base económica mais diversificada**, complementando a especialização na agricultura (QL=228,2) com várias atividades com trajetórias de crescimento favoráveis, elevado peso no pessoal ao serviço e relevância no grau de especialização, com destaque para as indústrias transformadoras (QL=145,3), o comércio (QL=125,3) e os serviços de informação e comunicação (QL=198,3)
- **Idanha-a-Nova e Penamacor evidenciam também uma clara especialização do emprego no setor agrícola** (QL=542,0 e QL=642,1, respetivamente), ainda que a variação anual do emprego entre 2014 e 2024 seja quase nula. Partilham esta especialização com outros serviços e cultura e desporto. Em Idanha-a-Nova destaca-se ainda a especialização em construção (QL=133,7), enquanto que em Penamacor sobressaem a educação (QL=171,7) e o turismo e restauração (QL=120,4).

Com base no volume de negócios

- **Com uma clara especialização na agricultura e relevância do comércio**, os três municípios apresentam estruturas de volume de negócios distintas, refletindo diferentes níveis de concentração e diversificação económica.
- **O Fundão revela uma estrutura mais concentrada**, destacando-se a agricultura pela especialização (QL=310,9) e o comércio pelo peso no volume de negócios (47,7%). A maioria dos setores apresenta uma evolução positiva, exceto os serviços de água e saneamento (-0,7%).
- **Idanha-a-Nova segue uma trajetória semelhante**, fortemente especializada na agricultura (QL=1.121,2) e com peso relevante no comércio (35,6%), combinando estes setores com outras atividades com papel importante, como o turismo e restauração e a construção.
- Em Penamacor, **a agricultura e a construção destacam-se** pelos elevados níveis de especialização (QL=467,6 e QL=151,7, respetivamente), a par dos serviços de informação e comunicação (QL=134,1). O comércio (34,1%) e as indústrias transformadoras (54,6%) assumem igualmente um contributo expressivo para o volume de negócios, ainda que com graus de especialização inferiores à média nacional.

A agricultura destaca-se como o principal setor de especialização a nível do emprego, com os restantes setores a evidenciarem comportamentos díspares

Especialização produtiva com base no emprego



Legenda

A – Agricultura, produção animal, caça e pesca

B – Indústrias transformadoras

C – Água e saneamento

D – Construção

E – Comércio

F – Transportes e armazenagem

G – Turismo e restauração

H – Serviços de Informação e comunicação

I – Serviços Imobiliários

J – Serviços de consultoria, científicos e técnicos

K – Serviços administrativos e de apoio

L – Educação

M – Saúde e apoio social

N – Cultura e desporto

O – Outros serviços

Diâmetro das bolhas: peso do setor (%) | 2024

Setor não especializado (QL<100)

Setor especializado (QL>100)

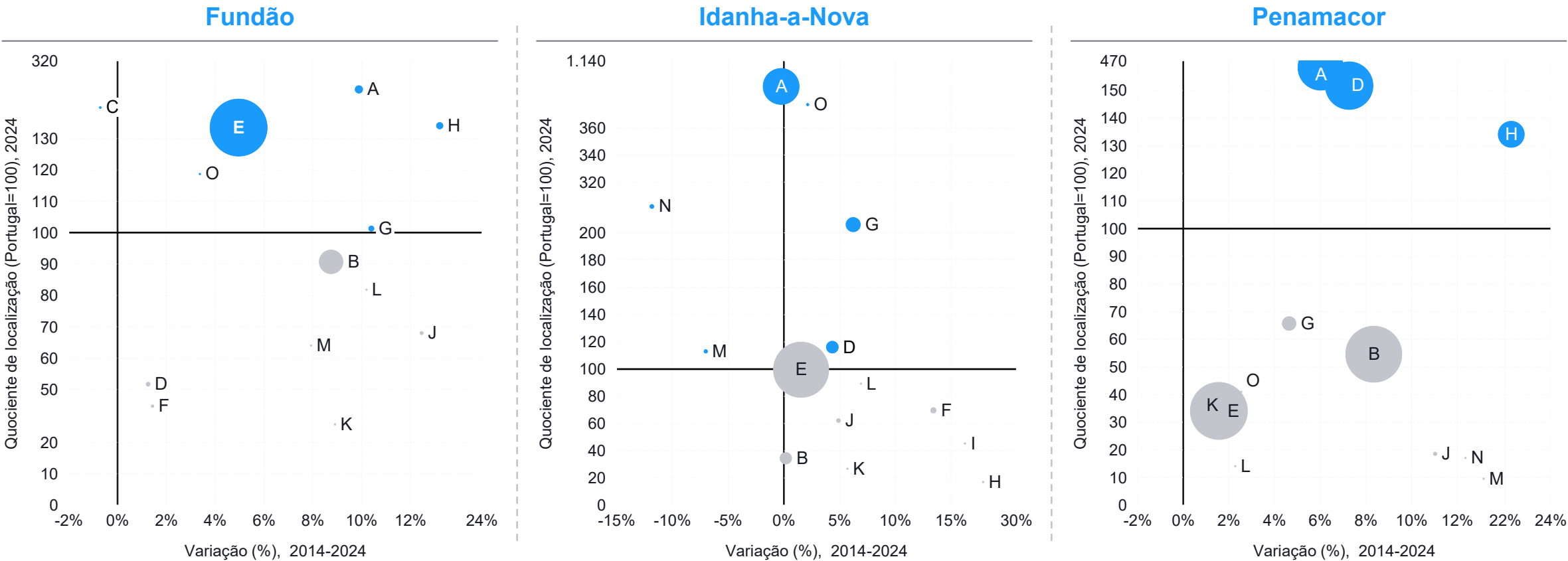
Nota 1: O quociente de localização mede o peso do emprego no setor naquele concelho face ao peso do emprego daquele sector no total do emprego de Portugal.

Nota 2: A ausência de determinadas atividades económicas nos gráficos apresentados decorre da indisponibilidade de dados para essas atividades nos anos e municípios considerados.

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do INE

À semelhança do emprego, também o volume de negócios confirma a agricultura como principal área de especialização dos municípios, com perfis diferenciados

Especialização produtiva com base no volume de negócios



Legenda

A – Agricultura, produção animal, caça e pesca

B – Indústrias transformadoras

C – Água e saneamento

D – Construção

E – Comércio

F – Transportes e armazenagem

G – Turismo e restauração

H – Serviços de Informação e comunicação

I – Serviços Imobiliários

J – Serviços de consultoria, científicos e técnicos

K – Serviços administrativos e de apoio

L – Educação

M – Saúde e apoio social

N – Cultura e desporto

O – Outros serviços

Diâmetro das bolhas: peso do setor (%) | 2024

Setor não especializado (QL < 100)

Setor especializado (QL > 100)

Nota 1: O quociente de localização mede o peso do volume de negócios no setor naquele concelho face ao peso do volume de negócios daquele sector no total do volume de negócios de Portugal.

Nota 2: A ausência de determinadas atividades económicas nos gráficos apresentados decorre da indisponibilidade de dados para essas atividades nos anos e municípios considerados.

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do INE

2. Caracterização socioeconómica do território de intervenção

2.1. Contexto do território de intervenção

2.2. Perfil demográfico

2.3. Perfil económico

2.4. Turismo

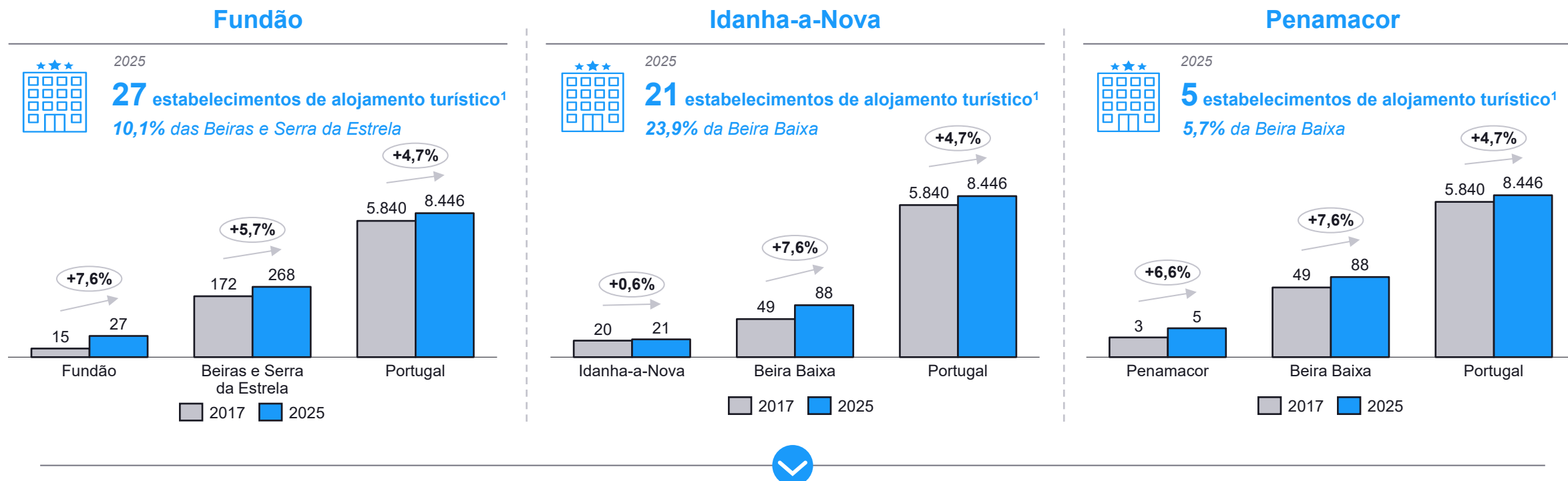
2.5. Agricultura

2.6. Caracterização síntese



Os estabelecimentos de alojamento turístico crescem nos três municípios, embora com ritmos e valores absolutos bastante distintos entre si e face aos referenciais

Oferta turística do território



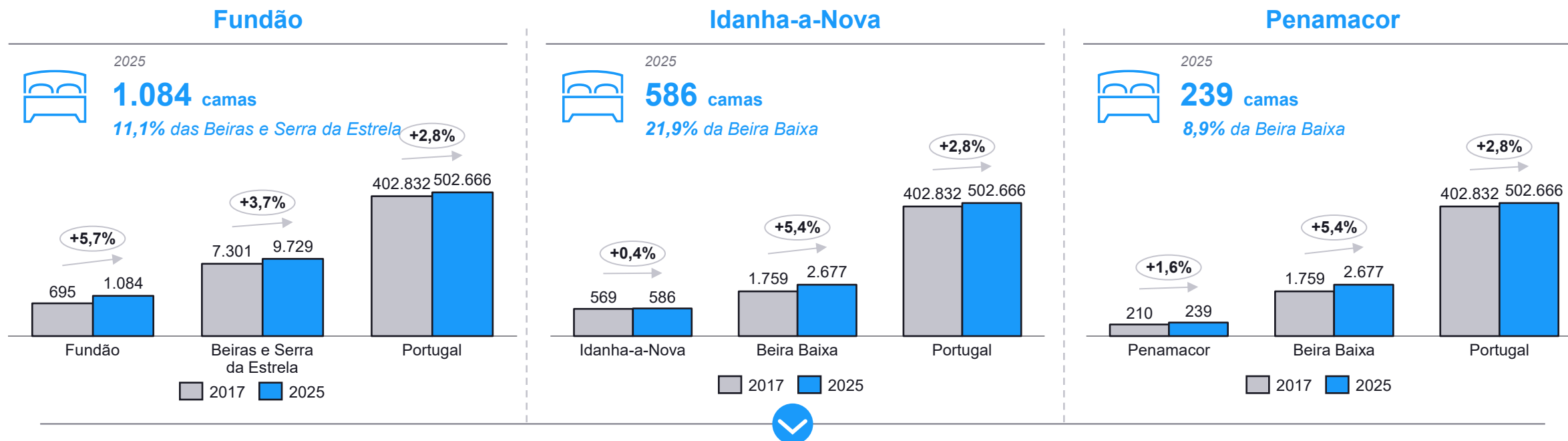
- Todos os municípios registam um **acréscimo do número de estabelecimentos de alojamento turístico** (EAT), refletindo um reforço do dinamismo do setor do turismo no território de intervenção, com o Fundão a concentrar o maior número de estabelecimentos, mas Idanha-a-Nova a representar o maior peso relativo face à sub-região (23,9%).
- O Fundão destaca-se ainda pelo ritmo de crescimento **mais elevado**, superando os referenciais sub-regional e nacional.
- Penamacor **fica aquém do dinamismo da sub-região** embora supere a média nacional, enquanto Idanha-a-Nova cresce de **forma mais contida**.

1. Os estabelecimentos de alojamento turístico incluem hotelaria, alojamento local e turismo no espaço rural e de habitação.

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

A capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico também cresce, mas não acompanha a evolução verificada no número de estabelecimentos

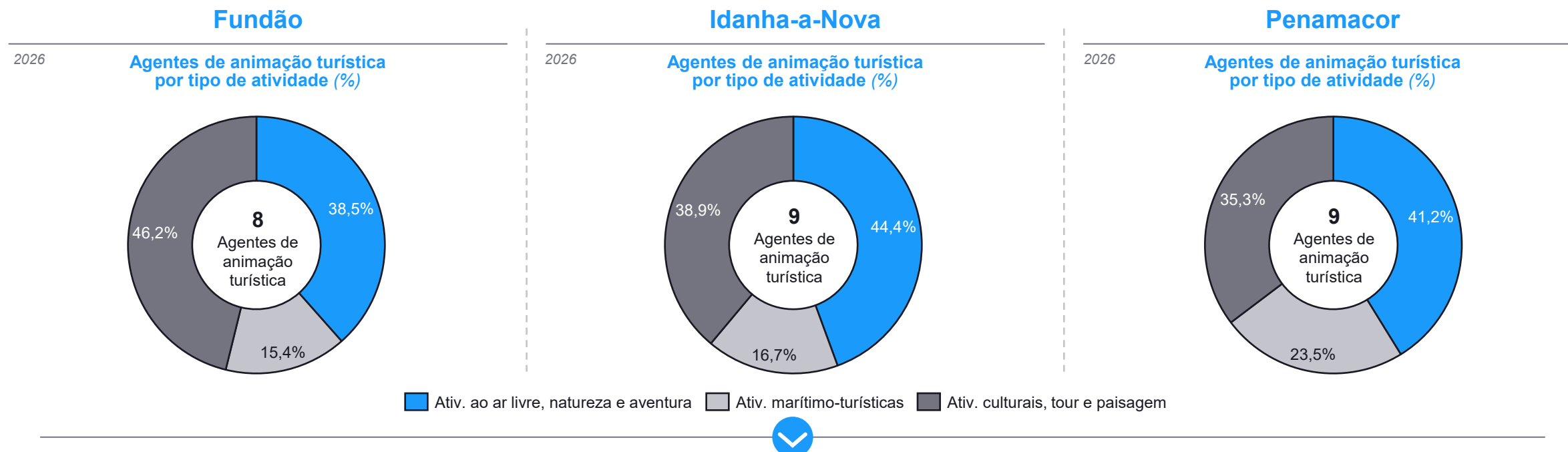
Oferta turística do território



- O aumento do número de estabelecimentos traduz-se num **reforço da capacidade de alojamento nos três municípios** a ritmos distintos.
- Fundão e Idanha-a-Nova apresentam **valores de capacidade mais expressivos**, evidenciando a sua posição como os dois principais polos de oferta turística no território de intervenção.
- Dos três municípios, apenas o Fundão **cresce de forma expressiva** quando comparado à sua sub-região e à média nacional, com os restantes municípios a apresentarem **dinâmicas de crescimento reduzidas**.
- Porém, a análise da **dimensão média dos EAT** permite concluir que Penamacor, apesar da menor oferta turística, concentra EAT com uma dimensão média superior (47,8 camas) face aos restantes concelhos (40,1 camas no Fundão e 27,9 camas em Idanha-a-Nova).

Os três municípios complementam a oferta de alojamento com experiências assentes na natureza, cultura e paisagem

Agentes de animação turística

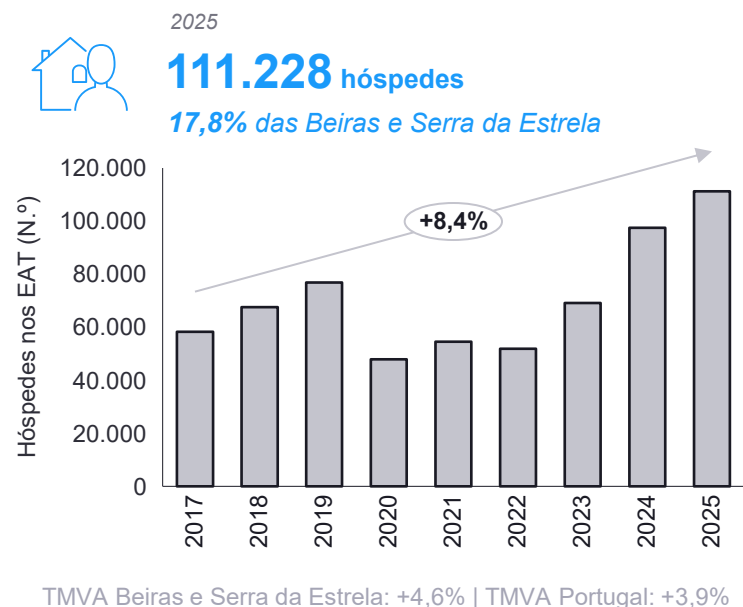


- Os três municípios dispõem de uma oferta estruturada de animação turística, registando entre oito e nove agentes especializados, evidenciando que a atividade turística assenta não apenas no alojamento, mas também na **disponibilização de experiências e serviços complementares aos visitantes**.
- As **atividades ao ar livre, de natureza e aventura e as atividades culturais, tours e paisagem** representam a maioria da oferta existente, refletindo a relevância dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais como fatores de atração turística do território.
- O **Fundão apresenta uma maior expressão relativa das atividades culturais e de valorização da paisagem**, refletindo a relevância de recursos como Castelo Novo, Alpedrinha e as Aldeias do Xisto, enquanto **Idanha-a-Nova evidencia uma maior orientação para as atividades de natureza e aventura**, em consonância com o posicionamento associado ao Geopark Naturtejo, ao Parque Natural do Tejo Internacional e aos percursos pedestres e praias fluviais

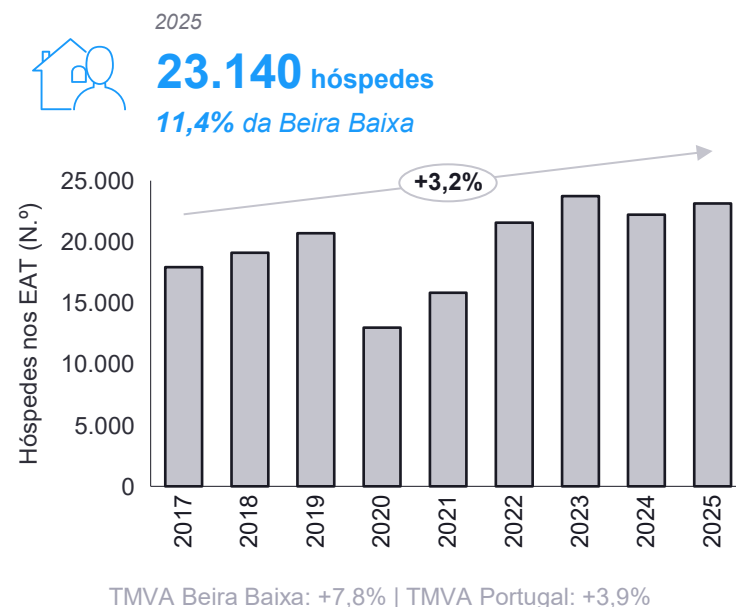
O número de hóspedes tem crescido em todos os municípios, mas apenas o Fundão evolui acima dos referenciais sub-regional e nacional

Procura turística do território

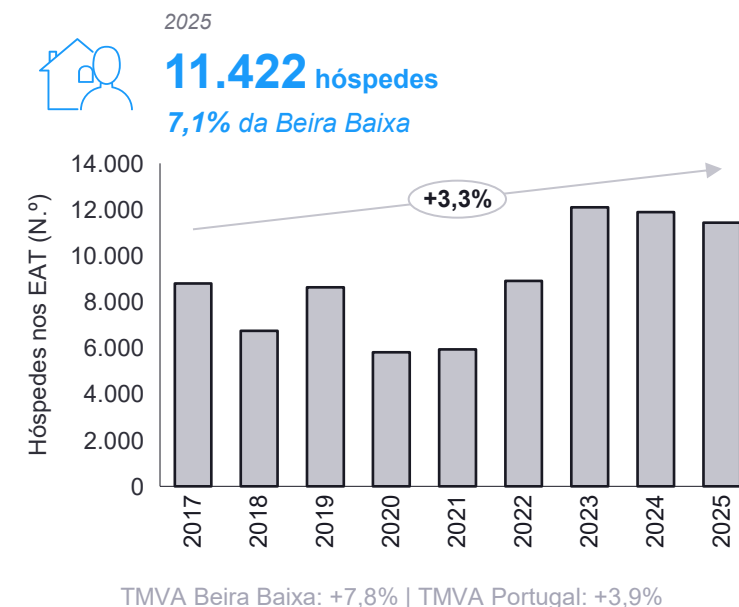
Fundão



Idanha-a-Nova



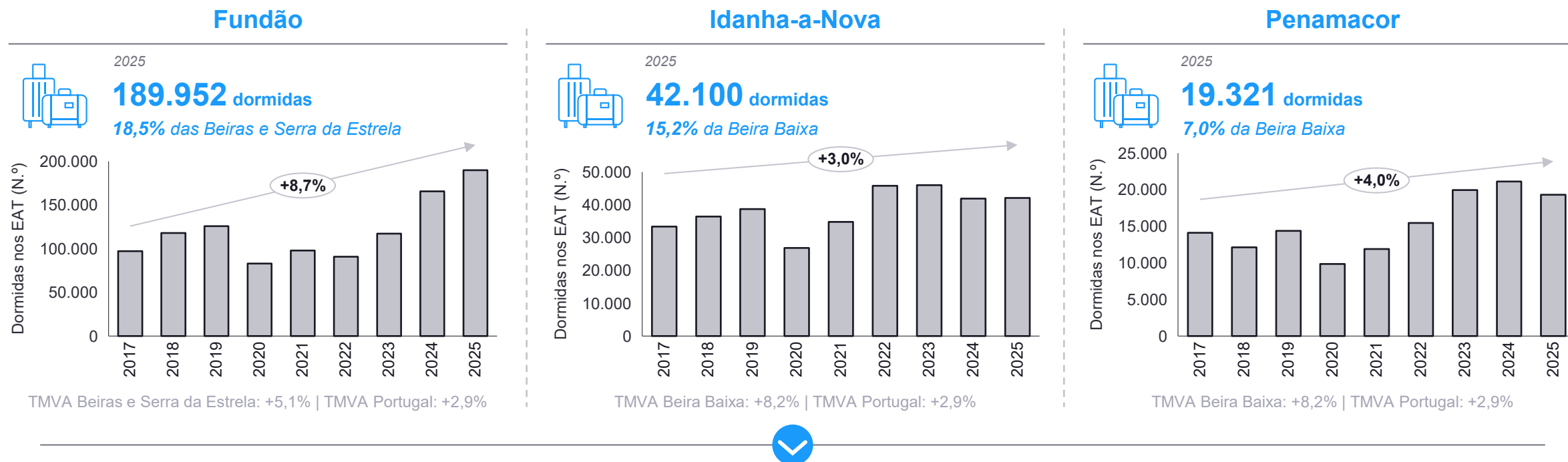
Penamacor



- Todos os municípios evidenciam um **crescimento no número de hóspedes** refletindo, a par do dinamismo verificado a nível da oferta, uma **dinâmica positiva** também na procura turística no território.
- O Fundão distingue-se como o **único município** a crescer acima dos referenciais sub-regional e nacional e aquele que representa o maior peso relativo dos hóspedes face à sub-região (17,8%).
- Idanha-a-Nova e Penamacor apresentam **crescimentos inferiores ao da Beira Baixa**, com o primeiro município registar a evolução mais contida.

O crescimento das dormidas traduz-se num acréscimo do número de hóspedes, confirmando uma consolidação efetiva da procura turística no território

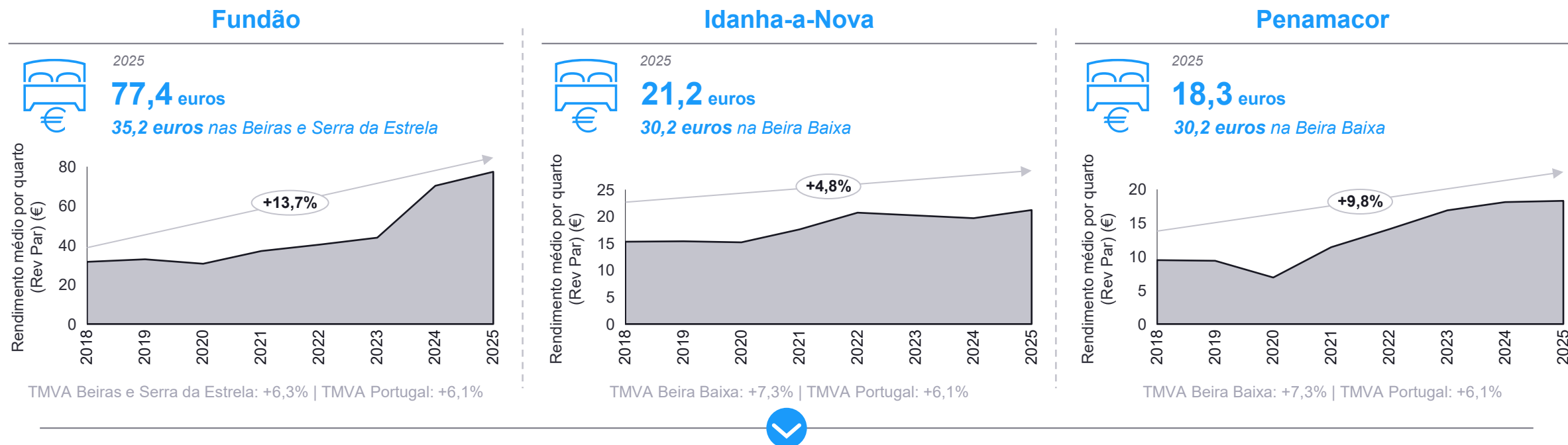
Procura turística do território



- O Fundão volta a destacar-se como o único município a **crescer acima de ambos os referenciais** analisados e aquele que representa o maior peso relativo das dormidas face à sub-região (18,5%).
- Embora Idanha-a-Nova e Penamacor cresçam **abaixo do ritmo da Beira Baixa**, ambos **superam a média nacional**.
- A estada média em 2025 mantém-se em **aproximadamente 2 dias** nos três municípios ao longo do período em análise, com um padrão de permanência estável na última década e típico de um turismo de curta duração: Fundão (**1,7 dias**), Idanha-a-Nova (**1,8 dias**) e Penamacor (**1,7 dias**).
- Este **valor é coincidente** com as Beiras e Serra da Estrela (**1,6 dias**), Beira Baixa (**1,7 dias**) e **ligeiramente inferior** à média nacional (**2,5 dias**).

A evolução do rendimento médio por quarto evidencia uma progressiva valorização económica da oferta turística nos três municípios

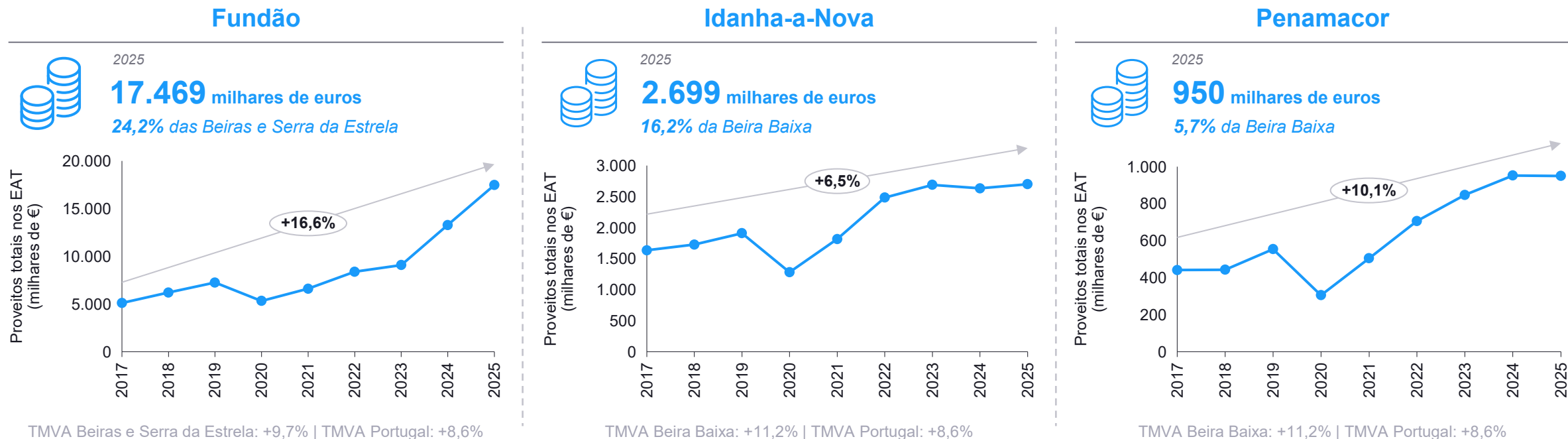
Rendimento médio por quarto



- O rendimento médio por quarto (RevPar) **aumentou de forma consistente nos três municípios**, atingindo em 2025 os valores mais elevados do período em análise.
- O Fundão **destaca-se por um perfil turístico mais diferenciado**, refletido num rendimento médio por quarto de 77,4€, superior ao da sua sub-região (35,2€) e à média nacional (72,4€), e na evolução mais expressiva do período recente (+13,7%/ano). Idanha-a-Nova (21,2€) e Penamacor (18,3€) apresentam rendimentos médios inferiores aos da Beira Baixa (30,2€) e de Portugal, apesar da trajetória de crescimento observada (+4,8%/ano e +9,8%/ano, respetivamente).
- A evolução observada no Fundão e em Penamacor **supera a variação média registada nas respetivas sub-regiões e em Portugal**, enquanto Idanha-a-Nova **se encontra aquém dos principais referenciais**.

Devido às dinâmicas positivas da oferta e da procura, também os proveitos turísticos crescem de modo geral, com Fundão e Idanha-a-Nova em destaque

Proveitos da atividade turística¹



- Todos os municípios registam um **crescimento dos proveitos nos estabelecimentos turísticos**.
- O Fundão evolui de forma **expressiva acima dos referenciais** sub-regional e nacional, consolidando a sua posição como principal polo turístico e concentrando a **maior parcela dos proveitos turísticos** gerados pelos estabelecimentos dos municípios em análise, assim como a maior percentagem da sub-região.
- Idanha-a-Nova apresenta uma trajetória **mais moderada**, inferior à registada na Beira Baixa e à média nacional, enquanto Penamacor reflete novamente os **valores absolutos mais reduzidos**, mas com uma trajetória mais acelerada que o referencial nacional.

1. Proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico – valores resultantes da atividade dos meios de alojamento turístico: aposento, restauração e outros decorrentes da própria atividade (aluguer de salas, lavandaria, tabacaria, telefone, entre outros).

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

2. Caracterização socioeconómica do território de intervenção

2.1. Contexto do território de intervenção

2.2. Perfil demográfico

2.3. Perfil económico

2.4. Turismo

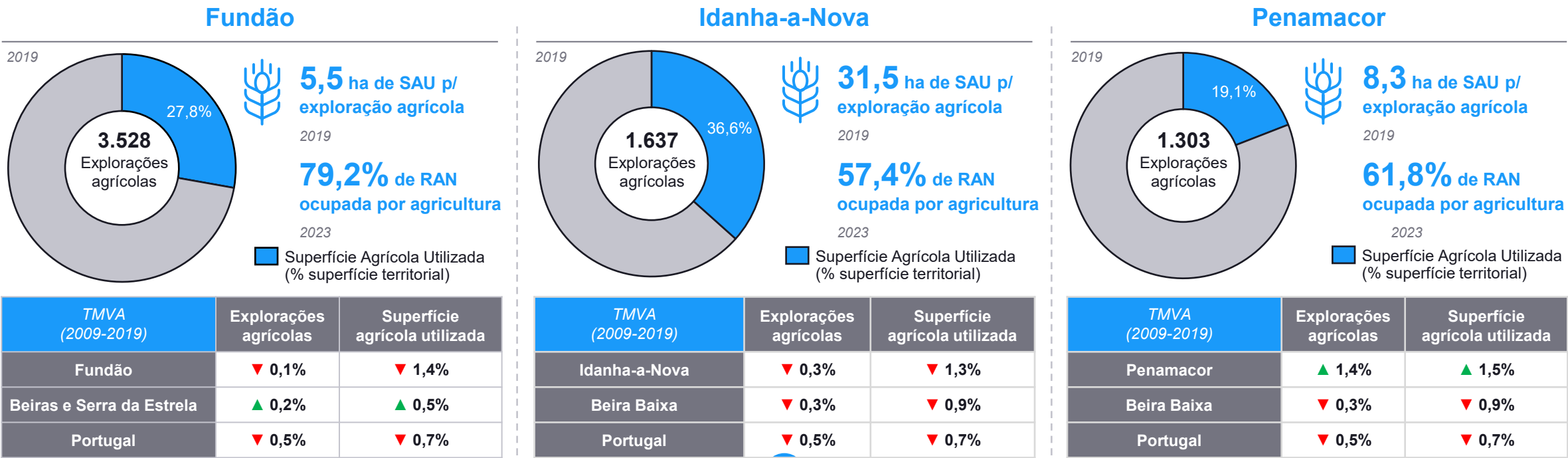
2.5. Agricultura

2.6. Caracterização síntese



A estrutura agrícola revela trajetórias distintas, com redução das explorações e da superfície agrícola utilizada no Fundão e Idanha-a-Nova e aumento em Penamacor

Estrutura agrícola

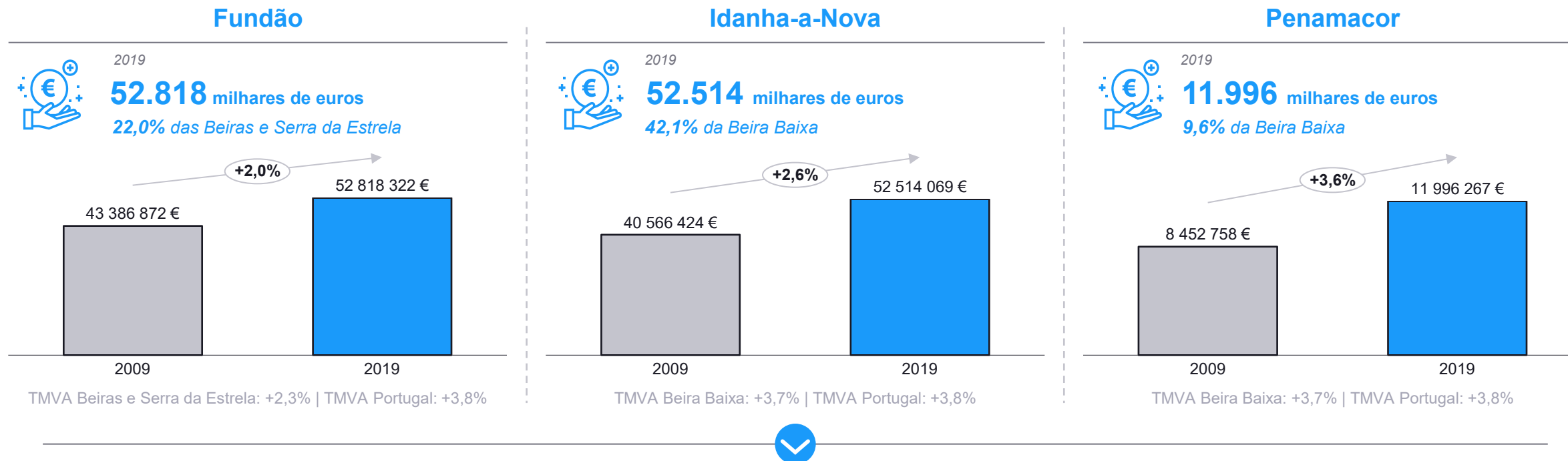


- Idanha-a-Nova concentra a **maior superfície total** das explorações (**105.778 ha**), seguida pelo Fundão (**39.998 ha**) e Penamacor (**23.901 ha**), sendo também o município com **maior dimensão média das explorações agrícolas** e onde a Superfície Agrícola Utilizada (SAU)¹ **representa maior parte do território**, evidenciando a relevância que a atividade agrícola assume neste concelho.
- A **proporção de Reserva Agrícola Nacional (RAN) ocupada por agricultura** varia entre os 57,4% (Idanha-a-Nova) e os 79,2% (Fundão).
- Tanto o Fundão como Idanha-a-Nova **apresentam uma diminuição** no número de explorações agrícolas e SAU, enquanto Penamacor se distingue por uma **dinâmica favorável**, com uma **evolução positiva nestes indicadores**, entre 2009 e 2019.

¹ A superfície agrícola utilizada corresponde à percentagem da área agrícola efetivamente utilizada no total da superfície das explorações agrícolas.

Apesar do peso da agricultura no território, o valor da produção total das explorações agrícolas cresce abaixo dos referenciais nos três municípios

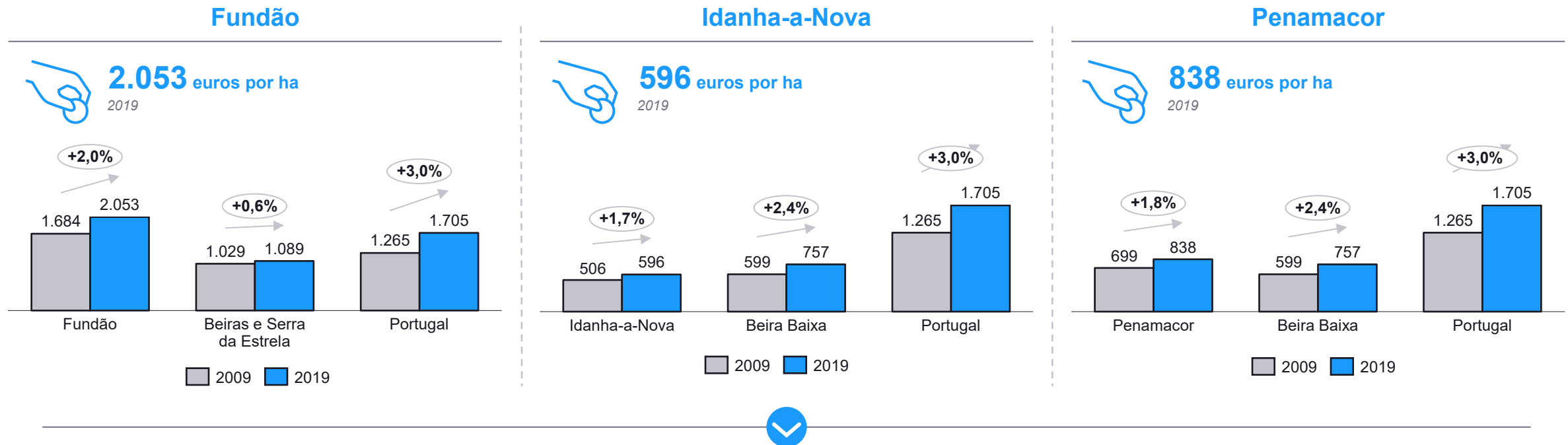
Valor total da produção agrícola



- **Nenhum dos municípios acompanha** totalmente o ritmo de valorização produtiva da agricultura registado na região e no país, apesar do peso e da especialização do setor agrícola na sua base económica.
- Penamacor é o município que **mais se aproxima do ritmo de crescimento dos referenciais**, embora parta de uma base de valor de produção bastante inferior aos restantes municípios.
- Fundão e Idanha-a-Nova **apresentam valores absolutos semelhantes**, mas com dinâmicas mais contidas. Porém, este último concelho regista o maior peso relativo face à sub-região (42,1%), evidenciando a relevância regional que a produção agrícola de Idanha-a-Nova representa.

O valor médio de produção por hectare de superfície agrícola utilizada destaca-se apenas no Fundão, com nenhum município a acompanhar o crescimento nacional

Valor médio da produção agrícola



- O valor total médio de produção por hectare de superfície agrícola utilizada reforça as **realidades produtivas distintas** no território, com o Fundão a destacar-se novamente face aos restantes municípios.
- O Fundão apresenta um valor por hectare **superior à média sub-regional e nacional**, refletindo uma maior valorização das explorações agrícolas que os restantes municípios, enquanto Idanha-a-Nova e Penamacor registam valores **inferiores aos referenciais**.
- De acordo com os dados de 2019, a mão-de-obra agrícola é mais relevante no Fundão (**7.732 pessoas**), seguido por Idanha-a-Nova (**3.333**) e Penamacor (**2.373**), sendo que, a par da evolução dos principais referenciais, estes números permaneceram quase inalterados entre 2009 e 2019.

O olival para azeite assume um papel dominante na superfície agrícola dos três municípios, embora o Fundão apresente uma estrutura produtiva mais diversificada

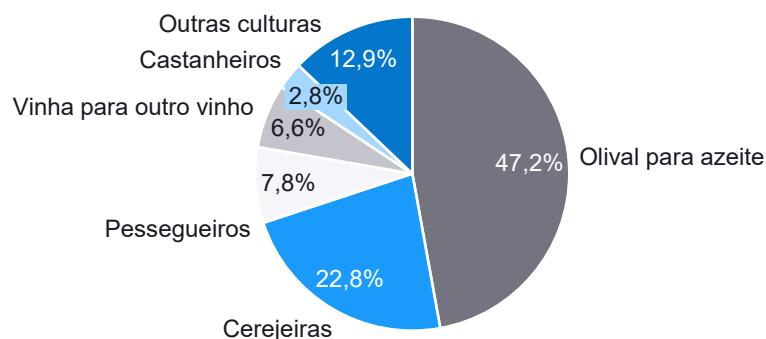
Culturas agrícolas

Fundão

2019

Principais culturas permanentes

(% da superfície no total de SAU)



Valor de produção padrão por ano (€/ha/ano)

Olival: Entre 1.266€ e 8.190€

Cereja: 13.939€

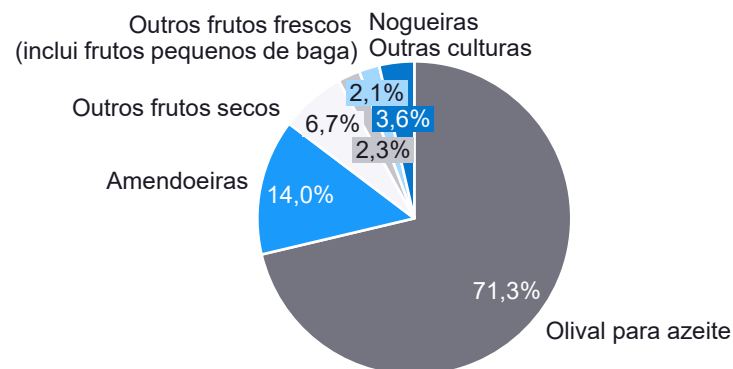
Pêssego: 23.790€

Idanha-a-Nova

2019

Principais culturas permanentes

(% da superfície no total de SAU)



Uva – Vinho comum: 2.264€

Uva – Vinho de qualidade: 4.725€

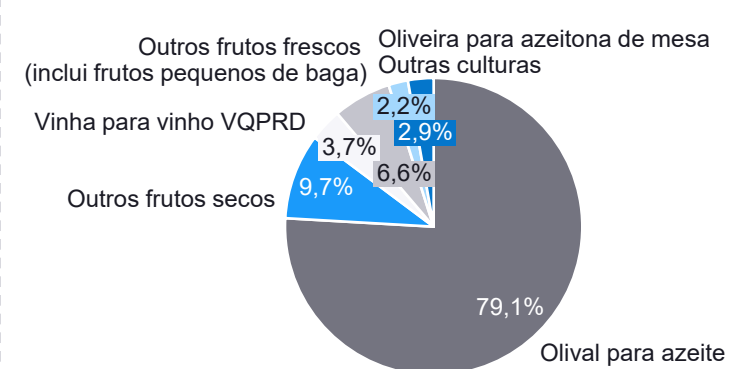
Castanha: 5.020€

Penamacor

2019

Principais culturas permanentes

(% da superfície no total de SAU)



Amêndoa: Entre 1.116€ e 7.423€

Noz: 9.702€

- Em 2019, o **olival era a principal cultura** nos três municípios, representando 47,2% da SAU no Fundão, 71,3% em Idanha-a-Nova e 79,1% em Penamacor.
- Com base no valor de produção padrão (VPP) anual é possível concluir que o **Fundão concentrava das culturas mais rentáveis** dos três concelhos (Cereja com 22,8% de SAU e um VPP de 13.939€/ha e o Pêssego com 7,8% de SAU e um VPP de 23.790€/ha), o que pode ajudar a explicar o maior valor médio de produção agrícola neste concelho face aos restantes.

2. Caracterização socioeconómica do território de intervenção

2.1. Delimitação do território de intervenção

2.2. Perfil demográfico

2.3. Perfil económico

2.4. Turismo

2.5. Agricultura

2.6. Caracterização síntese



Os municípios partilham diversas características socioeconómicas transversais, complementadas por perfis, dinâmicas e especializações próprias

Síntese da caracterização socioeconómica do território



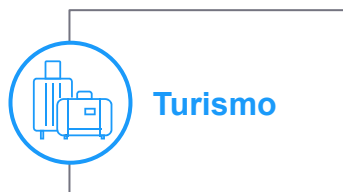
Demografia

- **Território de baixa densidade**, com Idanha-a-Nova a evidenciar a maior superfície e o Fundão a concentrar a maior parte da população, afirmando-se como o principal polo demográfico.
- **Perfil envelhecido em todos os municípios**, com sinais recentes de estabilização.
- Fundão com **estagnação da população**; Idanha-a-Nova e Penamacor registam **decréscimos populacionais**.
- Tendência de **crescimento da população estrangeira** transversal aos três concelhos tem contribuído para atenuar saldo natural negativo.



Economia

- O Fundão **lidera em estabelecimentos, emprego e volume de negócios**, crescendo acima da sua sub-região.
- Idanha-a-Nova e Penamacor com um **tecido empresarial mais reduzido**, destacando-se a **trajetória ascendente** de Penamacor no volume de negócios.
- **Agricultura como principal setor de especialização**, evidenciando-se estruturas económicas diferenciadas ao nível do emprego e do volume de negócios.



Turismo

- **Reforço da oferta e da procura** na generalidade dos municípios, com crescimento em estabelecimentos, capacidade de alojamento, hóspedes, dormidas, RevPar e proveitos.
- Destino turístico de **curta duração** com uma estada média próxima de dois dias, beneficiando de uma oferta complementar de experiências e recursos de natureza, cultura e paisagem.
- O Fundão **consolida-se como principal polo turístico**, com maior oferta, procura e trajetória de crescimento. Idanha-a-Nova e Penamacor com **dinâmicas de crescimento mais moderadas**.



Agricultura

- **Setor estruturante**, com o Fundão a concentrar o maior número de explorações agrícolas e Idanha-a-Nova a destacar-se pela maior percentagem de área ocupada por SAU e dimensão média das explorações agrícolas.
- Penamacor afirma-se como o **único município** a revelar crescimento das explorações e da superfície agrícola utilizada.
- Valor de produção **cresce em todos os municípios abaixo dos referenciais**, destacando-se o Fundão na **valorização por hectare**.

3

Cenários e simulações



3. Cenários e simulações

3.1. Metodologia

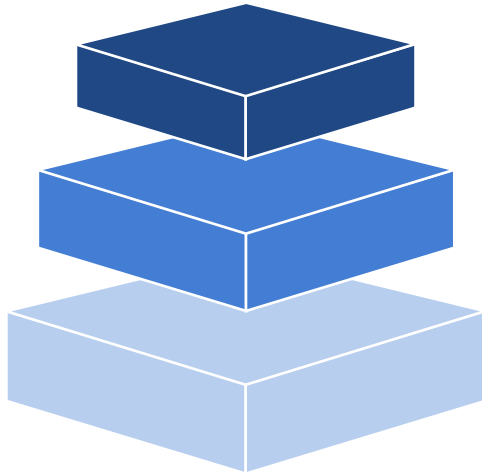
3.2. Cenário central

3.3. Programa de benefício partilhado



Os impactos económicos são avaliados segundo a sua incidência territorial e o respetivo mecanismo de geração

Metodologia



IMPACTO MACROECONÓMICO POR TIPO

Direto

Efeito económico diretamente associado ao investimento na construção e à operação do Parque Solar Sophia.

Indireto

Estímulo da procura promovido junto dos fornecedores e a montante da cadeia de valor, refletindo as aquisições de bens e serviços pelos fornecedores diretos a outras atividades e sucessivas rondas de aquisições intermédias.

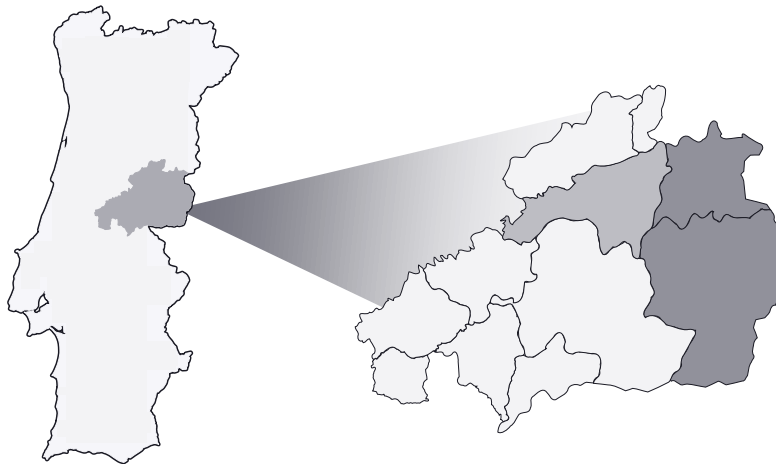
Induzido

Impacto promovido a jusante, nas despesas de procura final, por via da aquisição de bens e serviços induzida pelas remunerações dos trabalhadores.

IMPACTO MACROECONÓMICO POR REGIÃO

Nacional

Impacto gerado no conjunto da economia portuguesa, incluindo os efeitos ocorridos no território de intervenção e nas restantes regiões do país.



Regional

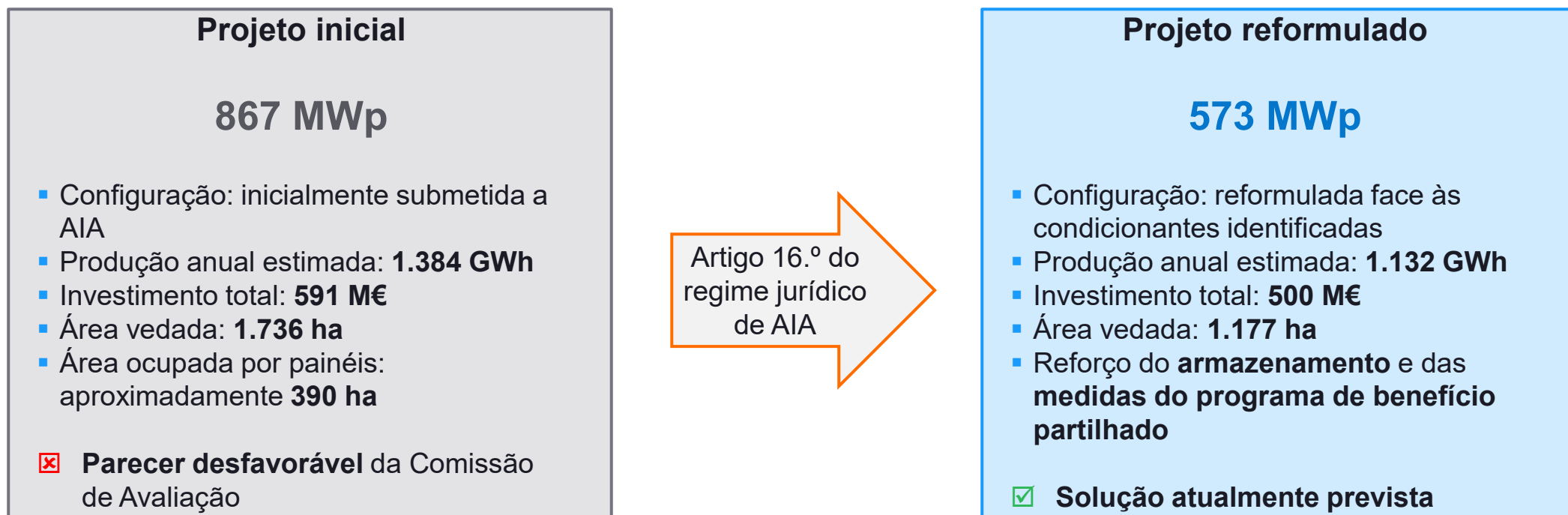
Impacto do Projeto Parque Solar Sophia considerando apenas a região da Beira Baixa¹, considerando os territórios de intervenção do Penamacor, Fundão e Idanha-a-Nova. Para a estimativa deste impacto é considerada a localização dos fornecedores diretos e aplicados os modelos *input-output* regionais, que assumem efeitos multiplicadores mais reduzidos (devido ao comércio inter-regional).

1. A Beira Baixa foi adotada como aproximação da área de influência regional do Projeto Parque Solar Sophia, por corresponder à NUTS III onde se localiza a maior parte da área de implantação do projeto. Esta opção metodológica permite estimar os impactos económicos na região mais diretamente exposta ao investimento, embora uma parcela dos efeitos diretos possa ocorrer em territórios limítrofes, designadamente no concelho do Fundão.

Na sequência do parecer desfavorável da Comissão de Avaliação, o projeto Parque Solar Sophia encontra-se em reformulação

Metodologia

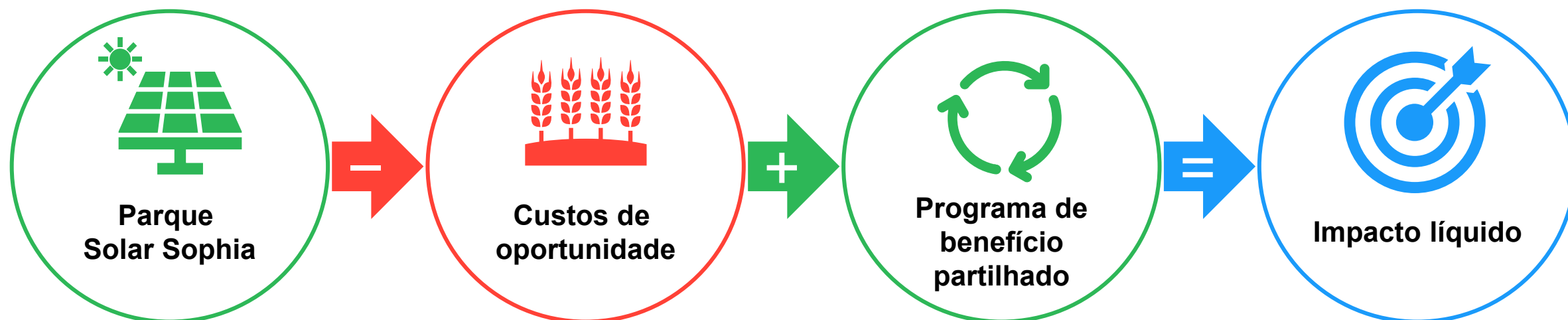
A reformulação procura reduzir os impactes significativos identificados na paisagem, no solo e uso do solo, no ordenamento do território e na socioeconomia.



A análise socioeconómica compara o projeto inicialmente avaliado com a configuração reformulada, quantificando os efeitos da redução de escala nas fases de construção e operação.

A medição do impacto segue três componentes: o valor gerado pelo parque, o valor deslocado da atividade existente e o programa de benefício partilhado

Metodologia



- Os impactos regionais e nacionais gerados pela construção e operação de ambas as versões propostas do parque Sophia (867 e 573 MWp), na região e no país.

- Os impactos da atividade existente no local - agricultura e turismo - que deixarão de existir ou sofrerão uma contração.

- Os impactos do programa de benefício partilhado proposto pela Lightsource bp, com peso significativo na economia regional.

- O balanço entre o valor gerado pelo parque, o valor deslocado da atividade existente e o efeito das medidas do programa de benefício partilhado, apurado para os dois cenários.

3. Cenários e simulações

3.1. Metodologia

3.2. Cenário central

3.3. Programa de benefício partilhado



O investimento de 500 M€ concentra-se nos dois primeiros anos, com a construção e montagem como a principal componente

Impacto CapEx

Impacto OpEx

Decomposição do investimento

- O **CapEx de 500 M€ será executado entre 2029 e 2031** e incluirá a aquisição de equipamentos, a construção das infraestruturas e a contratação de bens e serviços. A análise identifica o calendário e as principais componentes do investimento, bem como a respetiva incorporação nacional e regional.
- As **importações representam 27% do investimento** (308 M€), concentradas sobretudo em equipamentos e componentes tecnológicos com reduzida capacidade de fornecimento nacional, como o armazenamento.



A construção deverá gerar 988 M€ de produção e 525 M€ de VAB na economia nacional

Impacto CapEx
Impacto OpEx

Impacto económico da fase de construção

	Nacional	Regional
 VBP¹	987,7 M€ 248,2 M€ diretos	218,2 M€ 122,4 M€ diretos
 VAB	524,8 M€ 170,8 M€ diretos	147,9 M€ 105,1 M€ diretos
 Emprego²	1.402 ETC 500 ETC diretos	225 ETC 185 ETC diretos
 Remunerações	101,7 M€ 42,8 M€ diretos	12,7 M€ 10,3 M€ diretos
 Receita Fiscal	144,4 M€ 50,9 M€ diretos	-



- O investimento associado à construção do Parque Solar Sophia deverá gerar cerca de 988 M€ de produção na economia nacional, **correspondentes a 525 M€ de Valor Acrescentado Bruto (VAB)** (proxy para impacto no PIB nacional).
- No mercado de trabalho, estima-se a **criação de 1.402 empregos** equivalentes a tempo completo (ETC) ao longo da fase de construção, bem como **102 M€ em remunerações** e cerca de **144 M€ de receita fiscal** para o Estado.
- Na **Beira Baixa**, os impactos ascendem a **218 M€ de produção, 148 M€ de VAB e 225 ETC**, refletindo a participação da região na cadeia de fornecimento e na execução da obra.
- Cerca de **122 M€ beneficiarão fornecedores da região**, refletindo a contratação regional estimada em atividades especializadas de construção e engenharia civil, e contribuindo para reforçar a atividade económica local durante a fase de construção.

1.VBP - Valor Bruto de Produção
2.Como o emprego não é cumulativo durante a fase de construção, foi assumido o valor médio durante o período.
Fonte: EY-Parthenon com base em dados da Lightsources bp

Durante a fase da operação, a maior parte do VAB gerado resultará da atividade direta, enquanto que no emprego será por via indireta

Impacto CapEx
Impacto OpEx

Impacto económico da fase de operação

	Projeto Reformulado 573 MWp (Valor Agregado cum.)	Projeto Reformulado 573 MWp (Média anual)	Projeto Inicial 867 MWp (Média anual)
 VPB anual	2.462 M€ 1.902 M€ na Beira Baixa	61,5 M€ 47,5 M€ na Beira Baixa	69,9 M€ 48,8 M€ na Beira Baixa
 VAB anual	1.871 M€ 1.611 M€ na Beira Baixa	46,8 M€ 40,3 M€ na Beira Baixa	55,4 M€ 43,0 M€ a Beira Baixa
 Emprego anual	5.278 ETC 1.301 ETC na Beira Baixa	132 ETC 33 ETC na Beira Baixa	154 ETC 35 ETC na Beira Baixa
 Remunerações anual	140,6 M€ 38,8 M€ na Beira Baixa	3,5 M€ 1,0 M€ na Beira Baixa	4,1 M€ 1,0 M€ na Beira Baixa
 Receita Fiscal anual	249,6 M€ 28,1 M€ na Beira Baixa	6,2 M€ 0,7 M€ na Beira Baixa	7,6 M€ 1,4 M€ na Beira Baixa



- A **redução da potência instalada de 867 MWp para 573 MWp** diminui o volume de negócios anual em 12%, o VAB em 16% e a receita fiscal em 18%, enquanto o emprego anual reduz cerca de 14%, uma quebra inferior à redução de 37% da potência instalada. A Beira Baixa deverá concentrar cerca de 77% do volume de negócios e 86% do VAB gerados pela operação, embora apenas 25% do emprego, devido aos efeitos indiretos e induzidos que se propagam à restante economia.
- No cenário de 573 MWp, o **VAB bruto anual gerado pela operação equivale a cerca de 2,20% do PIB da Beira Baixa**, evidenciando a dimensão do projeto à escala da economia regional.

Durante a operação, o Parque Solar Sophia deverá gerar anualmente 61,5 M€ de VBP, 46,8 M€ de VAB e 132 ETC

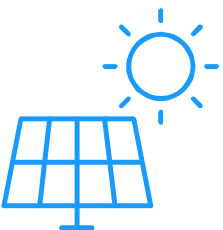
Impacto CapEx
Impacto OpEx

Impacto económico da fase de operação

	VBP (M€)	VAB (M€)	Emprego (ETC)	Remunerações (M€)	Receita Fiscal (M€)
Impactos diretos	45,4	39,5	15	0,5	4,3
Impactos indiretos	9,7	4,1	57	1,6	1,0
Impactos induzidos	6,5	3,2	60	1,4	0,8
Impactos médios anuais 2031-2070	61,5	46,8	132	3,5	6,1



Produção elétrica anual



1.132
GWh

- Durante a operação, o Parque Solar Sophia deverá produzir cerca de 1,1 TWh de eletricidade por ano, equivalente a aproximadamente 2,1% do consumo elétrico nacional em 2025 ou ao consumo médio anual de cerca de 344 mil agregados familiares. Nos primeiros sete anos, 60% da produção será vendida através de um *Power Purchase Agreement* (PPA) a 25,5 €/MWh, sendo os restantes 40% valorizados a preços de mercado.
- Entre 2031 e 2070, a operação do parque deverá gerar, em média, 61,5 M€ de VBP e 46,8 M€ de VAB por ano, sustentar 132 ETC, pagar 3,5 M€ em remunerações e gerar 6,1 M€ de receita fiscal anual, considerando os impactos diretos, indiretos e induzidos.
- Embora a operação do parque empregue diretamente 15 ETC, as compras de bens e serviços e o consumo associado às remunerações deverão sustentar mais 117 ETC na restante economia, dos quais 57 indiretos e 60 induzidos.

Os usos atuais do solo geram valor e emprego limitados, reduzindo o impacto da sua conversão

Agroflorestal

Caracterização da produção agroflorestal existente no território

Florestal 	Agricultura extensiva 	Vegetação natural e seminatural 	Áreas artificializadas 
<i>819 ha</i> Predominam povoamentos de eucalipto, junto de azinheira, sobreiro e pinheiro, explorados de forma extensiva, com baixa intensidade de utilização do solo e reduzida criação de valor por hectare.	<i>236 ha</i> A agricultura apresenta um perfil predominantemente extensivo, combinando pastagens e pecuária, culturas arvenses e olival, frequentemente em sistemas mistos ou silvo-pastoris com azinheiras e sobreiros.	<i>111 ha</i> As áreas naturais e seminaturais incluem sobretudo povoamentos e núcleos de azinheiras e sobreiros, matos e vegetação ribeirinha, coexistindo pontualmente com usos agropecuários extensivos.	<i>10 ha</i> Representam uma componente residual do território, correspondente a áreas já artificializadas e sem utilização agrícola ou florestal dominante.

- O território reflete o padrão dominante no interior Centro, marcado pela agricultura de sequeiro extensivo - a larga maioria do solo agrícola nacional –, assente em pastagens, forragens e culturas permanentes de baixa intensidade, com reduzida produtividade e valor acrescentado por hectare e rentabilidade dependente do apoio público mais do que do mercado.
- No plano florestal, o montado de sobreiro e azinheira - principal ocupação florestal do país – tem uma lógica mais patrimonial e ambiental do que de rendimento intensivo, enquanto o eucalipto e o pinheiro se inserem em fileiras de margens estreitas e ciclos longos.
- A pecuária associada opera em regime extensivo, com encabeçamentos baixos e ancorada em apoios à pastorícia.
- No conjunto, trata-se de uma utilização extensiva do solo, geradora de valor e emprego limitados por hectare, o que reduz o custo de oportunidade da sua conversão.

A utilização alternativa dos terrenos conduz a impactos diretos na produção e emprego menores que o Parque Solar Sophia

Agroflorestal

Impacto económico da fase de operação

	Área estimada (ha)	Produção unitária (€/ha/ano)	Produção anual (M€)	Emprego direto (ETC)
Cenário utilização atual				
Florestal (eucalipto dominante)	819	325	0,266	3
Agricultura extensiva	236	720	0,170	9
Vegetação natural/seminatural	111	100	0,011	1
Artificializada	10	-	-	-
Total	1.177 ha	-	0,45 M€/ano	13 ETC
Cenário agricultura intensiva				
Agricultura intensiva	1.177 ha	3.697	4,35 M€/ano	19 ETC



- Num **cenário contrafactual de uso agrícola e florestal** dos 1.177 hectares da área vedada, estima-se uma **produção direta de cerca de 0,45 M€ por ano e 13 ETC**, concentrados sobretudo na agricultura extensiva e na exploração florestal.
- O **reduzido custo de oportunidade económico decorre da composição dos usos alternativos considerados**: 819 hectares de exploração florestal, 236 hectares de agricultura extensiva e 111 hectares de vegetação natural ou seminatural, com níveis de produção unitária limitados.
- Em comparação, a operação do Parque Sophia deverá gerar diretamente 45,4 M€ de produção por ano, **mais de 100 vezes o valor estimado no contrafactual**, e sustentar 15 ETC diretos, face a 13 ETC no uso alternativo.
- Num **cenário alternativo de uso agrícola intensivo**, composto por um *mix* de olival e amendoal, estima-se uma **produção direta de cerca de 4,35 M€ por ano e 19 ETC**. O valor médio anual de produção direta do Parque Sophia deverá ser **mais de 10 vezes superior** ao cenário de agricultura intensiva.

Nota: O quadro apresenta valores médios
Fonte: EY-Parthenon com base em dados recolhidos pela ANIMOB e dados da produção vegetal e animal do INE

O uso agrícola alternativo dos terrenos geraria 0,96 M€ de produção e 19 ETC, abaixo dos impactos do Parque Solar Sophia

Agroflorestal

Impacto económico da fase de operação

	VBP (M€)	VAB (M€)	Emprego (ETC)	Remunerações (M€)	Receita Fiscal (M€)
Cenário utilização atual					
Impactos diretos	0,45	0,19	13	0,12	0,07
Indiretos e induzidos	0,44	0,22	3	0,13	0,07
Impactos médios anuais 2031-2040	0,96	0,41	19	0,25	0,14
Cenário agricultura intensiva					
Impactos diretos	4,35	1,42	19	0,13	0,31
Indiretos e induzidos	7,98	3,27	92	0,38	0,53
Impactos médios anuais 2031-2040	12,33	4,69	111	0,51	0,84



- Num cenário contrafactual de utilização agrícola e florestal dos terrenos, estima-se um **impacto anual de 0,96 M€ de produção, 0,41 M€ de VAB e 19 ETC na economia nacional**, incluindo efeitos diretos, indiretos e induzidos.
- Na Beira Baixa, este uso alternativo geraria cerca de **0,50 M€ de produção, 0,22 M€ de VAB, 13 ETC e 0,06 M€ em remunerações por ano**.
- Face ao cenário de 573 MWp, **o uso agrícola alternativo geraria cerca de 64 vezes menos produção e 115 vezes menos VAB**, embora o diferencial relativo seja menor no emprego.
- Num cenário de agricultura intensiva, o impacto anual total seria de **12,33 M€ de produção, 4,69 de VAB e 111 ETC**. Apesar do impacto significativamente maior, face ao cenário atual, os **impactos do Parque Sophia seriam cerca de 10 vezes superiores na produção e no VAB e cerca de 1,2 vezes o total do emprego**.

O turismo da Beira Baixa vive de nós patrimoniais e naturais pontuais, não do mosaico agrícola-florestal intervencionado

Enquadramento da atividade turística existente no território



Os ativos que geram a procura turística



- Casario e castelo de Monsanto
- Judiaria e castelo de Penamacor
- Serra da Malcata
- Aldeias de Xisto



- Serra da Gardunha
- Rota da Cereja
- Praias fluviais
- Geopark Naturtejo



- Atrativos primários pontuais
- Excursionismo
- Permanência curta

Não exaustivo



Onde se concentra a experiência

A experiência turística concentra-se em pontos de interesse e produtos turísticos específicos associados a valores culturais, patrimoniais, naturais e paisagísticos.



A procura turística em números (2025)

Concelho	Dormidas	vs 2017	Camas	Perfil
Fundão	189.952	+95,6%	1.084	Hotelaria
Idanha-a-Nova	42.100	+26,2%	586	Turismo rural
Penamacor	19.321	+37,1%	239	Turismo rural

- Fundão concentra o essencial:** ~76% das dormidas da área e crescimento acima da média nacional; economia turística material.
- Idanha-a-Nova e Penamacor:** bases pequenas – natureza e turismo rural, procura sazonal e de baixa densidade.
- Procura de proximidade:** visita familiar, natureza e recreio, dissociada do solo agrícola-florestal onde o parque se implanta.

O perfil da procura e a ausência de evidência causal sugerem um impacto turístico limitado e localizado

Turismo

Enquadramento da procura turística e evidência empírica



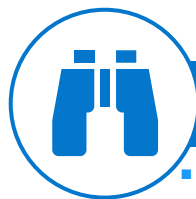
O que a evidência (não) permite constatar

- Não existe evidência empírica robusta que permita quantificar um efeito causal de parques solares sobre dormidas, hóspedes ou receitas turísticas.
- A literatura disponível incide sobretudo na **perceção e no impacto paisagístico**, não permitindo estabelecer uma relação causal com a procura turística.
- Na ausência dessa evidência, o impacto potencial apenas pode ser **avaliado qualitativamente e em função do contexto local**.



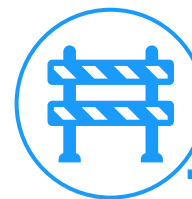
Perfil da procura na Beira Baixa

- A procura valoriza sobretudo **natureza e paisagem, tranquilidade, património, gastronomia e produtos locais**, num contexto de turismo rural e de natureza.
- A experiência turística concentra-se em **ativos e produtos específicos** – serras, aldeias históricas, geoparque, praias fluviais, termas e gastronomia – e não de forma homogênea no território.
- O predomínio de **visitas e estadias curtas** reforça a importância destes pontos de atração na decisão de visita.



A exposição depende da proximidade e da visibilidade

- A intensidade de qualquer efeito sobre a procura decorre da **distância e da linha de vista entre os ativos que atraem visitantes e a área de implantação**, e não do número de dormidas registado em cada município.
- Os recursos que estruturam a procura turística dirigida à Beira Baixa, como aldeias históricas, castelos, serras, geoparque, praias fluviais e termas, **situam-se afastados da área de implantação** e mantêm o respetivo enquadramento visual.



Condicionantes estruturais

- A potenciação turística do território é condicionada pela **baixa densidade, reduzida escala e diversidade da oferta e limitada notoriedade e conectividade**.
- A **curta permanência e a sazonalidade** dificultam a retenção de visitantes e a transformação de visitas pontuais em estadias mais prolongadas.
- Estas condicionantes são **estruturais e anteriores ao projeto**, devendo ser distinguidas de qualquer eventual efeito associado ao parque solar.

O impacto turístico é limitado e localizado: o valor material fica fora de vista, os pontos expostos são poucos

Fatores mitigantes do impacto negativo na procura turística



Os principais ativos turísticos da região não coincidem com as áreas de implantação do projeto: a procura turística concentra-se em recursos patrimoniais e naturais específicos, incluindo aldeias históricas, castelos, serras e praias fluviais, enquanto o projeto se localiza predominantemente em áreas de floresta de produção (predominantemente eucaliptal), com reduzida relevância turística direta.



A visibilidade do projeto é limitada nos principais locais de interesse turístico: ao contrário de destinos onde a paisagem constitui o elemento central da experiência de visita, a procura turística na área de estudo está associada a recursos específicos, reduzindo a relevância da alteração visual do enquadramento paisagístico.



A evidência disponível aponta para efeitos reduzidos na procura turística: a literatura sobre projetos fotovoltaicos identifica impactos geralmente limitados e dependentes da proximidade e visibilidade das infraestruturas.



A eficácia do programa de benefício partilhado é determinante para a contenção dos impactos residuais: o plano de paisagismo e contenção visual do parque e o afastamento a Monsanto e ao corredor da Grande Rota constitui um fator relevante para minimizar eventuais efeitos sobre a atratividade turística dos territórios mais expostos.

Mesmo sem o programa de benefício partilhado, o impacto da operação, líquido dos custos de oportunidade, permanece positivo

Impacto CapEx
Impacto OpEx

Impacto económico líquido médio anual da fase de operação

Impacto da operação – custo de oportunidade utilização atual	Projeto Reformulado 573 MWp (Valor líquido agregado cum.)	Projeto Reformulado 573 MWp (Média anual líquida)	Projeto Inicial 867 MWp (Média anual líquida)
 VPB anual	2.424 M€ 1.882 M€ na Beira Baixa	60,6 M€ 47,0 M€ na Beira Baixa	68,9M€ 53,6 M€ na Beira Baixa
 VAB anual	1.855 M€ 1.602 M€ na Beira Baixa	46,4 M€ 40,1 M€ na Beira Baixa	55,0 M€ 48,3 M€ a Beira Baixa
 Emprego anual	4.508 ETC 756 ETC na Beira Baixa	113 ETC 19 ETC na Beira Baixa	134 ETC 21 ETC na Beira Baixa
 Remunerações anual	130,5 M€ 36,4 M€ na Beira Baixa	3,3 M€ 0,9 M€ na Beira Baixa	3,8 M€ 1,0 M€ na Beira Baixa
 Receita Fiscal anual	243,9 M€ 28,1 M€ na Beira Baixa	6,1 M€ 0,7 M€ na Beira Baixa	7,5 M€ 1,4 M€ na Beira Baixa



- A **redução da potência instalada de 867 MWp para 573 MWp** diminui o volume de negócios anual em 12% e o VAB em 16%, enquanto o emprego anual reduz cerca de 16%, uma quebra inferior à redução de 37% da potência instalada.
- A **Beira Baixa** deverá concentrar cerca de **78% do volume de negócios** e **87% do VAB gerados pela operação**, embora apenas **17% do emprego**, devido aos efeitos indiretos e induzidos que se propagam à restante economia.

Nota: o efeito líquido foi calculado com o impacto do cenário da utilização atual agrícola. O efeito líquido do cenário alternativo de agricultura intensiva encontra-se em anexo.

Fonte: EY-Parthenon com base em dados da Lightsource bp

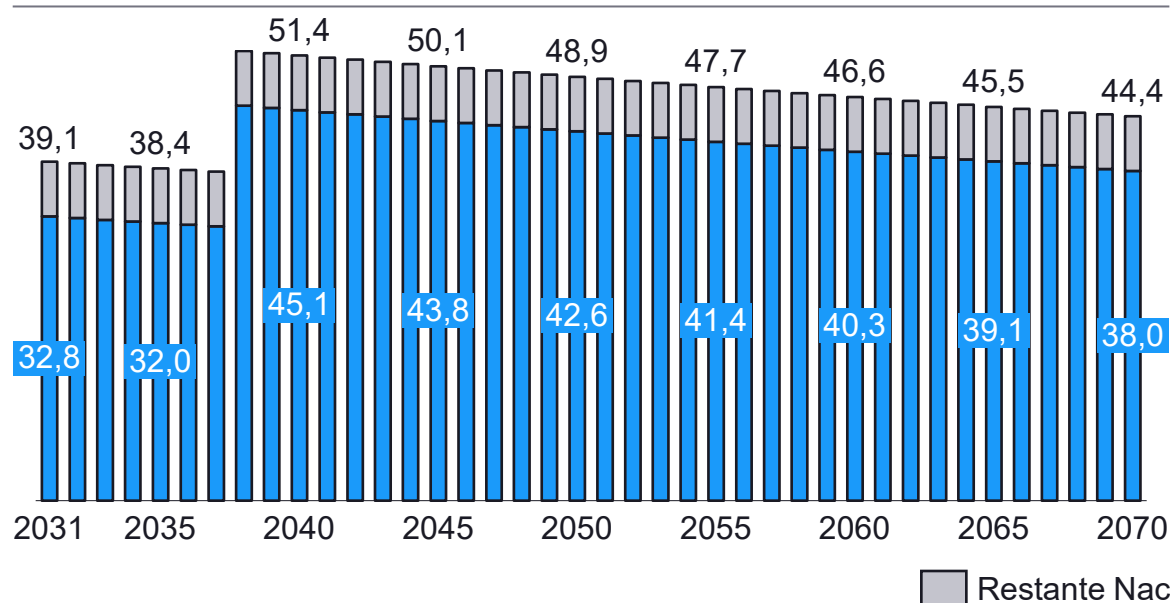
O efeito líquido anual deverá atingir 51,9 M€ no VAB e 6,6 M€ na receita fiscal no início da operação plena

Impacto CapEx

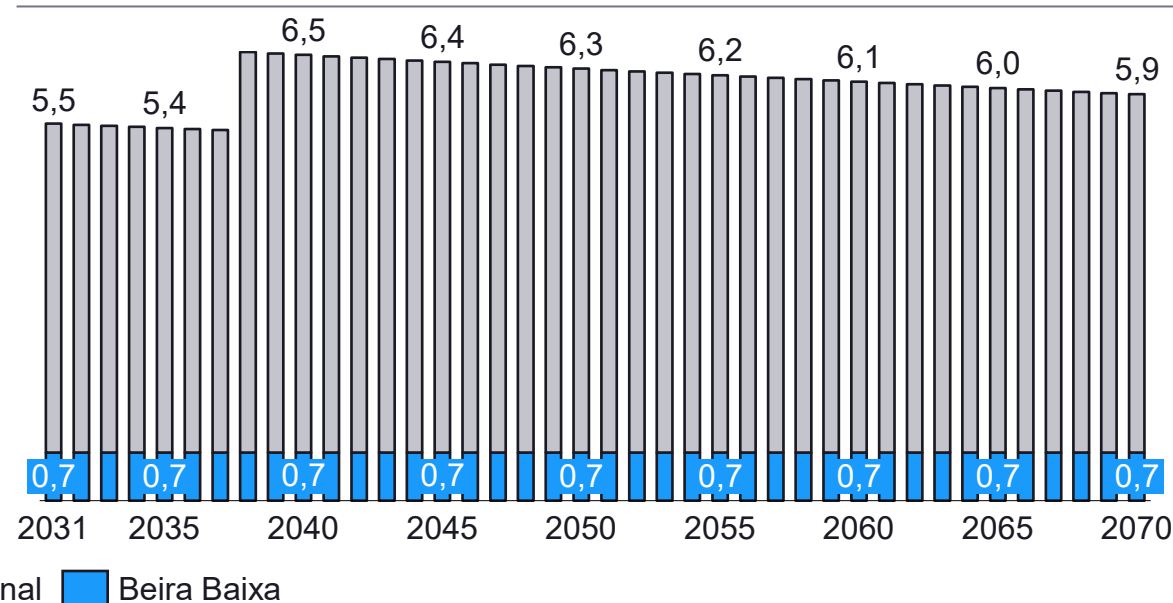
Impacto OpEx

Impacto económico líquido anual da fase de operação

Efeito líquido anual no VAB (M€)



Efeito líquido anual na Receita Fiscal (M€)



- Após o termo do PPA inicial, o efeito líquido anual no VAB aumenta de 38,0 M€ para 51,9 M€, refletindo a valorização da eletricidade a preços de mercado. Diminui depois gradualmente até 44,4 M€ em 2070, acompanhando a degradação da produção do parque.
- O efeito líquido anual no VAB mantém-se elevado ao longo de toda a operação, variando entre 38,0 M€ e 51,9 M€, uma vez que o reduzido peso dos consumos intermédios do Parque Solar Sophia compensa os efeitos negativos estimados na agricultura.
- A receita fiscal acompanha a evolução da atividade económica: aumenta de 5,4 M€ para 6,6 M€ após o termo do PPA e reduz-se gradualmente até 5,9 M€ em 2070, mantendo um efeito líquido positivo ao longo dos 40 anos de operação.

Nota: o efeito líquido foi calculado com o impacto do cenário da utilização atual agrícola. O efeito líquido do cenário alternativo de agricultura intensiva encontra-se em anexo.

Fonte: EY-Parthenon com base em dados da Lightsources bp

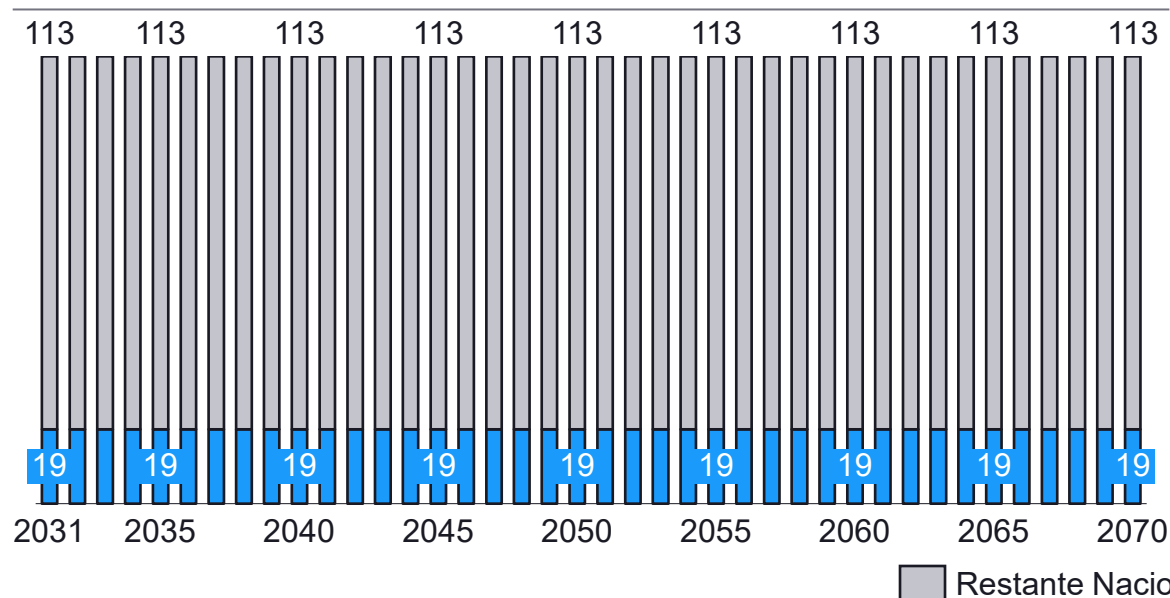
A operação do Parque Solar Sophia deverá gerar um efeito líquido positivo e duradouro no emprego e nas remunerações regionais

Impacto CapEx

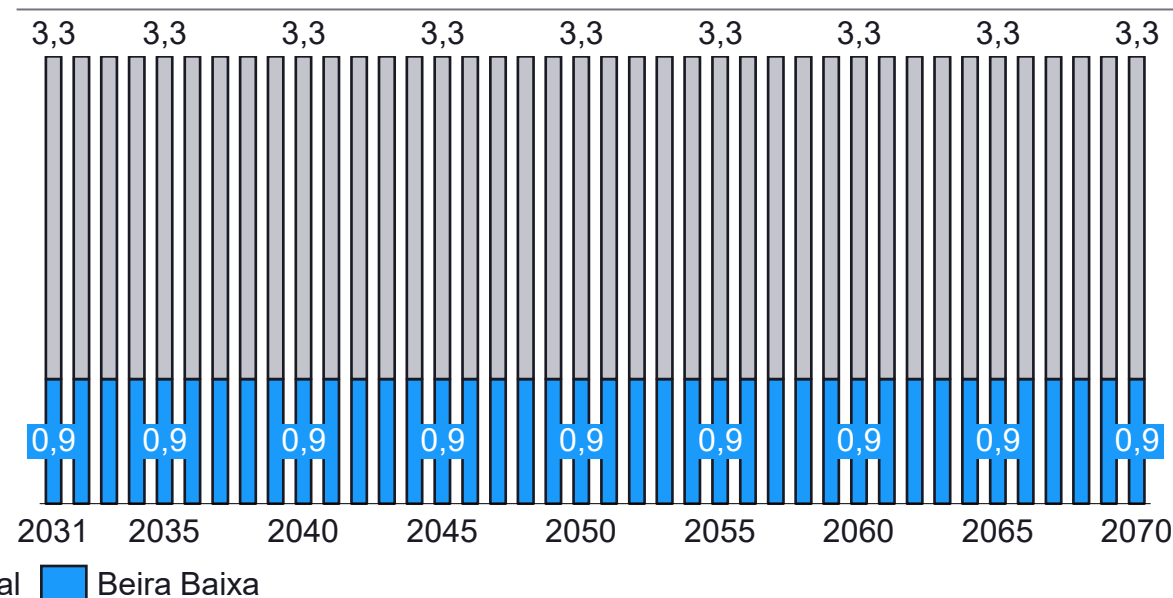
Impacto OpEx

Impacto económico líquido anual da fase de operação

Efeito líquido anual no Emprego (ETC)



Efeito líquido anual nas Remunerações (M€)



- O **efeito líquido no emprego mantém-se positivo e estável ao longo da operação**, 113 ETC, apesar da reduzida intensidade em emprego do Parque Solar Sophia.
- Os **empregos diretamente associados ao parque representam apenas 2 ETC líquidos**, mas apresentam uma **remuneração média superior** à das atividades agrícolas afetadas.
- O **efeito líquido anual nas remunerações permanece estável em cerca de 3,3 M€**, dos quais aproximadamente 0,4 M€ correspondem ao contributo líquido direto do parque.

Nota: o efeito líquido foi calculado com o impacto do cenário da utilização atual agrícola. O efeito líquido do cenário alternativo de agricultura intensiva encontra-se em anexo.

Fonte: EY-Parthenon com base em dados da Lightsource bp

3. Cenários e simulações

3.1. Metodologia

3.2. Cenário central

3.3. Programa de benefício partilhado



O programa de benefício partilhado gera benefícios tangíveis para as comunidades ao longo de todo o ciclo de vida do projeto

Síntese do programa de benefício partilhado



Benefícios para o território



- Autoconsumo coletivo e banco de energia **reduzem a fatura da energia** para as famílias aderentes e até **73 famílias/ano resgatadas da pobreza energética**.



- Pastagem biodiversa** e **integração agrovoltaica** permitem a coexistência do solar com o montado, beneficiando **2.000 cabeças de gado** e **900 ha de pastoreio**.



- Reforço de **meios, equipamento e prevenção** aumenta a **capacidade de resposta** à emergência e ao risco de incêndio na Beira Baixa.



- Programa de **formação e integração** em contexto de trabalho prepara profissionais locais para funções no **setor das energias renováveis**.



- Promoção do património, da natureza e da identidade local **reforça a atratividade turística** do território e valoriza os seus recursos endógenos.

Dimensões de impacto



Social



Económico



Ambiental



Energético



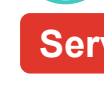
Emprego



Form. Acad.



Turismo



Serv. Públicos

HORIZONTE DO PROGRAMA

42 anos

INVESTIMENTO NA CONSTRUÇÃO

2.194 M€

INVESTIMENTO NA EXPLORAÇÃO

18.166 M€

INVESTIMENTO TOTAL

20.360 M€

As dez medidas do programa de benefício partilhado totalizam um investimento de 20,2 M€, distribuído ao longo de 42 anos por várias dimensões de impacto

Síntese do programa de benefício partilhado

Medida	Dimensões de impacto								Investimento total		Abrangência
	Social	Económico	Ambiental	Energético	Emprego	Formação Académica	Turismo	Serviços Públicos	(€)	(%)	
1. Autoconsumo coletivo (projeto "LUZ partilhada")	●	●		●					1.000.000 €	5%	Freguesia
2. Banco de energia	●			●				●	1.492.400 €	7%	Freguesia
3. Fundo social	●							●	8.400.000 €	41%	Freguesia
4. Apoio aos bombeiros (combate incêndios e transporte doentes)	●							●	2.520.000 €	12%	Municipal
5. Prevenção de incêndios (gestão florestal)			●					●	1.025.000 €	5%	Freguesia
6. Promoção da empregabilidade (Energia e Turismo)	●	●		●	●	●	●		792.000 €	4%	Municipal
7. Literacia energética na escola	●			●		●			656.000 €	3%	Municipal
8. Uso duplo do solo		●	●		●				1.800.000 €	9%	Municipal
9. Promoção turismo sustentável (programa "Zero_Destinations")		●	●		●		●		1.750.000 €	9%	Municipal / Regional
10. Promoção do destino turístico (projeto "Intrarail_Movijovem")		●			●		●		925.000 €	5%	Municipal / Regional
TOTAL DO PROJETO									20.360.400 €	100%	-

O projeto LUZ partilhada reduz a pobreza energética e democratiza o acesso à energia renovável



Ficha de caracterização do programa – Autoconsumo coletivo (projeto "LUZ partilhada")

Dimensões de impacto:

Social

Económico

Energético



Objetivos

Três unidades de produção solar fotovoltaica em autoconsumo coletivo, com baterias, dimensionadas para abastecer os membros durante o dia e nas quatro horas de maior procura. Combate a pobreza energética através da redução direta da fatura elétrica.



Beneficiários diretos

Agregados familiares, organizações sociais, edifícios públicos e negócios locais nas seguintes localidades:

Penamacor: Freguesias de Penamacor e União de Freguesias de Pedrógão de São Pedro e Bemposta;
Idanha-a-Nova: Aldeia de Santa Margarida, Proença-a-Velha, Medelim e União de Freguesias Monsanto e Idanha-a-Velha;
Fundão: Localidades de Fatela e Mata da Rainha.



Fases e
calendário

Fase 1 – até final de 2027

arranque do autoconsumo com poupança ~25%

Fase 2 – Construção Sophia, 2029

injeção de 1 M€ a fundo perdido eleva a poupança para ~45%

Alocação de fundos

1.000.000 €

investimento total da medida

Construção



1 M€

Exploração



-

Investimento
total

5%

Abrangência
territorial

Freguesia



Gestão e parceiros

Enermatch Portugal

O Banco de Energia assegura apoio permanente às famílias em situação de pobreza energética



Ficha de caracterização do programa – Banco de Energia

Dimensões de impacto:

Social

Energético

Serv. Públicos



Objetivos

Fundo anual de apoio a famílias vulneráveis em Situação de Pobreza Energética (SPE), financiando a reabilitação de habitações e descontos sobre a fatura de energia elétrica ou gás.



Beneficiários diretos

Todos os munícipes em situação de pobreza energética. Reabilitação de casas executada em parceria com a Just a Change.



Fases e
calendário

Financiamento anual durante 42 anos, com arranque na construção do Parque Solar Sophia (2029)

Alocação de fundos

1.492.400 €

investimento total da medida

Construção



36.400€

Exploração



36.400€/ano

Investimento
total

7%

Abrangência
territorial

Freguesia



Gestão e parceiros

Just a Change / Energia Responsável, em colaboração com os Serviços Sociais das Câmaras Municipais

Poupanças energéticas recorrentes aumentam o rendimento disponível e a competitividade local



Impacto da medida de autoconsumo coletivo e banco de energia



Pressupostos da estimativa

Geração anual elétrica

2.250 MWh/ano

Dados da Lightsource bp

Consumo médio doméstico

3.000 kWh/ano

EY-Parthenon, com base em INE / DGEG

Fatura de referência

~600 €/ano (~50 €/mês)

Preço all-in BTN ~0,20 €/kWh

Autossuficiência solar

Fase 1: 0,125 €/kWh

Fase 2: 0,060 €/kWh

CER: 65% da eletricidade consumida

Nota metodológica: o custo unitário incide apenas sobre a energia autoconsumida (~65% do consumo), não sobre o consumo total.



Impacto global

FATURA / ANO

600 €

REDUÇÃO
Fase 1 – Fase 2

25-45%

POUPANÇA TOTAL / ANO
Fase 1 – Fase 2

169-315 k€

Sensibilidade por nível de consumo

Consumo	Fatura anual	Poupança anual	
		Fase 1	Fase 2
Rural baixo	~560 €	~95 €	~212 €
Ref. Beira Baixa	~600 €	~135 €	~252 €
Médio nacional	~660 €	~195 €	~47 €

Autoconsumo coletivo → **169–315 mil €/ano** de poupança agregada no território (agregados familiares e pessoas coletivas)

Banco de energia → **36,4 mil €/ano** de apoio a 36 a 73 famílias por ano com desconto na fatura e 2 a 5 casas por ano reabilitadas

Como a tarifa unitária incide apenas sobre a energia autoconsumida (65% do consumo), cada agregado poderá reduzir a fatura anual em 25% a 45%. Esta estimativa assenta num cenário conservador, no limiar inferior dos 63-83% considerados possíveis na literatura.

Com uma produção anual de 2.250 MWh, a poupança agregada para famílias e pessoas coletivas situa-se entre 169 mil €/ano na primeira fase e 315 mil €/ano na segunda fase.



Impacto para negócios locais

Poupança anual estimada por estabelecimento (Fase 2)

Tipo de negócio	Consumo	Poupança/ano
Comércio a retalho	8–20 MWh	180–450 €
Alojamento local / TER	15–40 MWh	340–900 €
Restauração	25–70 MWh	560–1.580 €
Pequena indústria / oficina	30–120 MWh	680–2.700 €

Os negócios locais tendem a captar uma poupança superior à das famílias, uma vez que consomem sobretudo durante o dia, no período de maior produção solar, o que aumenta a fração de energia que conseguem autoconsumir. Traduzido em proporção da atividade, uma poupança de 800 a 2.500 euros por ano num micronegócio representa cerca de 0,4% a 1,2% do volume de negócios por estabelecimento no Fundão e Penamacor, mas 1,1% a 3,4% em Idanha-a-Nova, onde o volume médio por estabelecimento é substancialmente menor. O efeito é, assim, sobretudo sensível na margem líquida dos micronegócios, sendo mais relevante em Idanha-a-Nova, onde os estabelecimentos são de menor dimensão e a fatura energética pesa mais na estrutura de custos.

Investimento social de longo prazo para reforçar a coesão e o desenvolvimento local



Ficha de caracterização do programa – Fundo social

Dimensões de impacto:

Social

Serv. Públicos



Objetivos

Investimentos sociais anuais em organizações e iniciativas de desenvolvimento social.

Governança acordada entre organizações sociais locais e municípios, gerida por entidade externa que avalia KPI e o impacto gerado por cada medida financiada.



Beneficiários diretos

IPSS, associações e IEIS nas freguesias de Proença a Velha, Aldeia de Santa Margarida, Pedrógão de São Pedro e Penamacor.



Fases e
calendário

Financiamento anual durante 42 anos, com arranque na construção do Parque Solar Sophia (2029)

Alocação de fundos

8.400.000 €

investimento total da medida

Construção



400.000€

Exploração



200.000
€/ano

**Investimento
total**

41%

**Abrangência
territorial**

Freguesia



Gestão e parceiros

Santa Casa Misericórdia Penamacor, Lar. D. Bárbara, Instituto Social Cristão Pina Ferraz, Liga dos Amigos de Pedrógão de S. Pedro, Centro de Dia de Proença-a-Velha e Liga dos Amigos de Aldeia de Sta. Margarida

Apoio continuado reforça a capacidade operacional dos bombeiros e a segurança das populações



Ficha de caracterização do programa – Apoio aos bombeiros (combate a incêndios e transporte de doentes)

Dimensões de impacto:

Social

Serv. Públicos



Objetivos

Donativo anual às Associações de Bombeiros Voluntários de Penamacor e Idanha-a-Nova para apoiar o combate a incêndios e o transporte de doentes, incluindo formações anuais conjuntas entre as equipas técnicas do Parque Solar e as corporações.



Beneficiários diretos

Associações de Bombeiros Voluntários e populações dos três concelhos.



Fases e calendário

Fase 1

6.000 €/ano para as duas corporações de Bombeiros Voluntários (2026 a 2028)

Fase 2

60.000 €/ano para as duas corporações, durante a operação do Parque Sophia

Alocação de fundos

2.520.000 €

investimento total da medida

Construção



-

Exploração



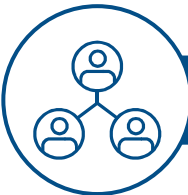
60.000€/ano

Investimento total

12%

Abrangência territorial

Municipal



Gestão e parceiros

Acordo de donativo com as corporações de Bombeiros Voluntários de Penamacor e Idanha-a-Nova

A redução do risco de incêndio gera benefícios ambientais e de proteção civil para o território



Ficha de caracterização do programa – Prevenção de incêndios (gestão florestal)

Dimensões de impacto:

Ambiental

Serv. Públicos



Objetivos

Disponibilização de equipas e meios de limpeza à Proteção Civil e às juntas de freguesia para limpeza de bermas de estradas e perímetros das aldeias. A medida poderá materializar-se num fundo anual gerido por entidade externa com medição de KPI.



Beneficiários diretos

Proteção Civil ou Juntas de Freguesia (em avaliação) e populações das aldeias envolventes.



Fases e
calendário

Financiamento anual durante 42 anos, com arranque na construção do Parque Solar Sophia (2029)

Alocação de fundos

1.025.000 €

investimento total da medida

Construção



25.000€

Exploração



25.000€/ano

**Investimento
total**

5%

**Abrangência
territorial**

Freguesia



Gestão e parceiros

Entidade externa, com medição de KPI

A capacitação de trabalhadores locais aproxima a população das oportunidades geradas pelo projeto



Ficha de caracterização do programa – Promoção da empregabilidade (Energia e Turismo)

Dimensões de impacto:

Social

Económico

Energético

Emprego

Form. Acad.

Turismo



Objetivos

Acordo com o IEFP para co-desenhar programas de formação de 7 meses que requalificam profissionais para o setor das renováveis, integrando formandos nas equipas locais durante 3 meses da fase prática.



Beneficiários diretos

Formandos locais em requalificação profissional. Parceria com IEFP e PRO_MOV.



Fases e
calendário

Fase 1

Duas turmas de 30 a 40 formandos integrados na construção (2028 a 2029)

Fase 2

4 formandos/ano na componente prática

Alocação de fundos

792.000 €

investimento total da medida

Construção



72.000€

Exploração



18.000€/ano

Investimento
total

4%

Abrangência
territorial

Municipal



Gestão e parceiros

IEFP (através do programa PRO_MOV) e IPCB

Literacia energética capacita famílias e comunidades para uma gestão mais eficiente da energia



Ficha de caracterização do programa – Literacia energética na escola

Dimensões de impacto:

Social

Energético

Form. Acad.



Objetivos

Programa Rota da Energia com sessões nas escolas (6.º ao 12.º ano); prémio anual Lightsource bp a melhores alunos em situação vulnerável; criação de um Balcão/Espaço de Energia municipal; apoio a famílias e microempresas em candidaturas ao Fundo Social para o Clima.



Beneficiários diretos

Todos os munícipes, com foco em alunos e famílias vulneráveis. Parceria técnica com a Adene.



Fases e
calendário

Financiamento anual durante 42 anos, com arranque na construção do Parque Solar Sophia (2029)

Alocação de fundos

656.000 €

investimento total da medida

Construção



16.000€

Exploração



16.000€/ano

**Investimento
total**

3%

**Abrangência
territorial**

Municipal



Gestão e parceiros

Lightsource bp com apoio técnico da Adene

Uso duplo do solo concilia produção de energia renovável e valorização da atividade agropecuária



Ficha de caracterização do programa – Uso duplo do solo

Dimensões de impacto:

Económico

Ambiental

Emprego



Objetivos

Plano de pastoreio rotativo e gestão sustentável da vegetação dentro e na vizinhança do Parque, com impactos agroambientais positivos, infraestruturas de manejo e apoio operacional, e um modelo de empreendedorismo rural assente em raças autóctones e apicultura, contribuindo indiretamente para a valorização da fileira regional do queijo.



Beneficiários diretos

Produtores locais e associações do setor (Associações de Produtores Locais).



Fases e
calendário

Durante a construção – 2 anos
150.000 €/ano

Durante a exploração – 40 anos
37.500 €/ano

Alocação de fundos

1.800.000 €

investimento total da medida

Construção



300.000€

Exploração



37.500€/ano

Investimento total
9%

Abrangência territorial
Municipal



Gestão e parceiros

ANIMOB

Promoção integrada do território para atrair visitantes e prolongar estadias



Ficha de caracterização do programa – Promoção turismo sustentável (programa "Zero_Destinations")

Dimensões de impacto:

Económico

Ambiental

Emprego

Turismo



Objetivos

Programa de promoção da Beira Baixa enquanto destino de turismo sustentável, através de campanhas de comunicação, produção de conteúdos, apoio à certificação sustentável e participação em eventos nacionais e internacionais. E um reforço da notoriedade da região como destino de natureza, património e baixa densidade, contribuindo para aumentar a procura turística e a permanência dos visitantes.



Beneficiários diretos

Operadores turísticos, unidades de alojamento, restauração, empresas de animação turística e produtores locais. Visitantes e turistas da região da Beira Baixa.



Fases e
calendário

Durante a construção – 2 anos
100.000 €/ano

Durante a exploração – 40 anos
38.750 €/ano

Alocação de fundos

1.750.000 €

investimento total da medida

Construção



200.000€

Exploração



38.750€

**Investimento
total**
9%

**Abrangência
territorial**
Municipal/
Regional



Gestão e parceiros

Parcerias com Associações e Operadores Turísticos. Governação e implementação com apoio de Entidade Externa Independente

Promoção do turismo jovem para reforçar a atratividade e a economia da Beira Baixa



Ficha de caracterização do programa – Promoção do destino turístico (projeto "Intrarail_Movijovem")

Dimensões de impacto:

Económico

Emprego

Turismo



Objetivos

Produto turístico Beira Baixa
Experiência que liga a Linha da Beira Baixa aos pontos mais relevantes da região. Nos primeiros três anos, será desenvolvida uma fase-piloto com experiências de três dias para grupos de 25 jovens, incluindo o cofinanciamento de bilhetes a jovens influenciadores do turismo regional.



Beneficiários diretos

Jovens e operadores turísticos regionais. Parceria com a Movijovem.



Fases e
calendário

Financiamento anual durante 42 anos, com arranque na construção do Parque Solar Sophia (2029)

Alocação de fundos

925.000 €

investimento total da medida

Construção



25.000€

Exploração



22.500€/ano

**Investimento
total**
5%

**Abrangência
territorial**
Municipal/
Regional



Gestão e parceiros

Lightsource bp em parceria com a Movijovem

As medidas selecionadas traduzem o programa de benefício partilhado em valor económico concreto para famílias, negócios e atividades locais

Custo e impacto operados no território de medidas selecionadas



Projeto LUZ partilhada e Banco de Energia

Custo da medida:

1,0 M€ na construção

36.400/ano na exploração

Efeito conjunto no território, na Fase 2

LUZ partilhada

168.750 – 315.000 €

Banco de Energia (transferência dirigida)

36.400 €

Total injetado no território

= 205.150 – 351.400 €/ano

O Banco de Energia mantém-se: 36 a 73 famílias por ano com desconto na fatura e 2 a 5 casas por ano reabilitadas.

Nota: É transferência dirigida, não a alteração de preço e essa distinção deve ser explícita.



Uso Duplo do Solo

Custo da medida:

300.000€ na construção

37.500/ano na exploração

Pecuária

114 – 191 mil €/ano

Serviço de gestão da vegetação

50 – 77 mil €/ano

Poupança em alimentação animal

~79 mil €/ano

- Valor bruto de deslocamento de rebanho de explorações que já operam no território
- VAB direto adicional ~102-159 mil €/ano
- 6-7 postos de trabalho totais (4 diretos)
- Produção ovina e serviços pecuários
- Apicultura
- Serviços veterinários
- Maneio de pastagens e apoio agrícola
- Fileira do Borrego da Beira Baixa IGP
- Queijo e mel, quando exista transformação ou comercialização local



Intrarail_Movijovem

Custo da medida:

25.000€ na construção

22.500/ano na exploração

Piloto: 50 dormidas diretas

Cenário escalável:

100 – 150 dormidas diretas / ano

125 – 225 dormidas totais / ano

Despesa direta retida no território

13,5 – 15,8 mil € / ano

Quota local estimada: 60–70%

Efeito catalisador: **25 – 75 dormidas adicionais / ano**

Multiplicador: **1,25 – 1,50×**

Volume de negócios total no território: **≈16,9 – 23,6 mil € / ano**

Setores impactados:

- Alojamento e restauração
- Animação turística e cultura
- Comércio e produtos locais
- Transporte local



Programa Zero_Destinations

Custo da medida:

200.000€ na construção

38.750/ano na exploração

Dormidas adicionais na Beira Baixa:

420 – 1.250 / ano

Dormidas retidas no território:

170 – 875 / ano

Retenção territorial: **40–70%**

Despesa local por dormida: **105 €**

Volume de negócios local adicional:

≈17,9 – 91,9 mil € / ano

Alojamento: **12,8 – 65,6 mil €**

Restauração: **5,1 – 26,3 mil €**

Setores impactados:

- Alojamento turístico
- Restauração e bebidas
- Animação turística e cultura
- Comércio e produtos locais
- Transportes locais

O programa de benefício partilhado contribui reforça o impacto líquido em +0,37 M€ de VAB e +8 ETC por ano

Impacto económico da fase de operação, com o programa de benefício partilhado

Impacto total OpEx Líquido	Projeto Reformulado 573 MWp	Projeto Inicial 867 MWp	Programa de benefício partilhado
 Volume de negócios anual	61,3 M€ 47,3 M€ na Beira Baixa	69,6 M€ 54,1 M€ na Beira Baixa	0,70 M€ 0,23 M€ na BB
 VAB anual	46,7 M€ 40,2 M€ na Beira Baixa	55,0 M€ 48,4 M€ a Beira Baixa	0,37 M€ 0,13 M€ na BB
 Emprego anual	120 ETC 22 ETC na Beira Baixa	142 ETC 25 ETC na Beira Baixa	8 ETC 3 ETC na BB
 Remunerações anual	3,4 M€ 1,0 M€ na Beira Baixa	4,0 M€ 1,0 M€ na Beira Baixa	0,18 M€ 0,07 M€ na BB
 Receita Fiscal anual	6,2 M€ 1,2 M€ na Beira Baixa	7,7 M€ 1,4 M€ na Beira Baixa	0,10 M€

Estes valores já incorporam as **medidas do programa de benefício partilhado dirigidas à agricultura**, aplicadas de forma idêntica aos dois cenários, que **atenuam os custos de oportunidade da operação e reforçam o impacto líquido face ao cenário sem programa de benefício partilhado**.

4

Benchmarking



Para a análise de *benchmarking* foram selecionados projetos de âmbito Ibérico (Portugal e Espanha)

Racional da análise dos estudos de caso

Critérios para a seleção de Estudos de Caso

C1. Dinâmica de implantação energética em territórios de baixa densidade

C2. Retenção e valorização local da energia produzida

C3. Integração do investimento energético com o turismo rural

C4. Articulação com agricultura e usos do solo em contexto rural

Estudos de Caso

Central Fotovoltaica de Ourique

Central Fotovoltaica da Amareleja

Parque Eólico da Raia e Comunidade de Autoconsumo Coletivo da Aldeia Histórica de Sortelha

Parque Solar de Alcoutim

Complexo Fotovoltaico Extremadura I-II-III¹

Portugal

Espanha

O exercício de *benchmarking* incide sobre 5 **Projetos**, que se sistematizam em Fichas de Estudo de Caso. Privilegiaram-se **fontes de informação primárias** (ex.: EIA, DIA, protocolos institucionais) e **independentes** (ex.: académicas).

Os projetos foram selecionados pela semelhança do seu perfil face ao Parque Solar Sophia, em **4 critérios**:

- **C1. Dinâmica de implantação energética em territórios de baixa densidade:** projetos localizados em territórios rurais de baixa densidade populacional;
- **C2. Retenção e valorização local da energia produzida:** projetos com mecanismos de retenção local de benefícios energéticos (autoconsumo, comunidades de energia, etc.);
- **C3. Projetos com interação direta entre a atividade energética e dinâmicas de turismo rural:** projetos com interação direta entre a atividade energética e dinâmicas de turismo rural;
- **C4. Articulação com agricultura e usos do solo em contexto rural:** projetos com integração efetiva com atividades agrícolas ou pastoris (agrivoltaico, pastoreio, etc.).

Para além da apresentação sistematizada dos projetos e do respetivo impacto socioeconómico, a análise de *benchmarking* inclui uma **sistematização das principais críticas e reservas manifestadas** durante o licenciamento, dos benefícios que foram mais valorizados, de **evidências de pacificação/estabilização pós-operação** e da **análise da tendência de evolução do turismo**¹ no período de entrada em funcionamento dos projetos analisados.

1. Não é apresentada uma análise da tendência de evolução do turismo para o caso do Complexo Fotovoltaico Extremadura I-II-III, devido à indisponibilidade de informação ao nível municipal.

Central Fotovoltaica de Ourique: um caso de integração da dimensão socioeconómica no licenciamento de grandes projetos

Ficha de estudo de caso 1

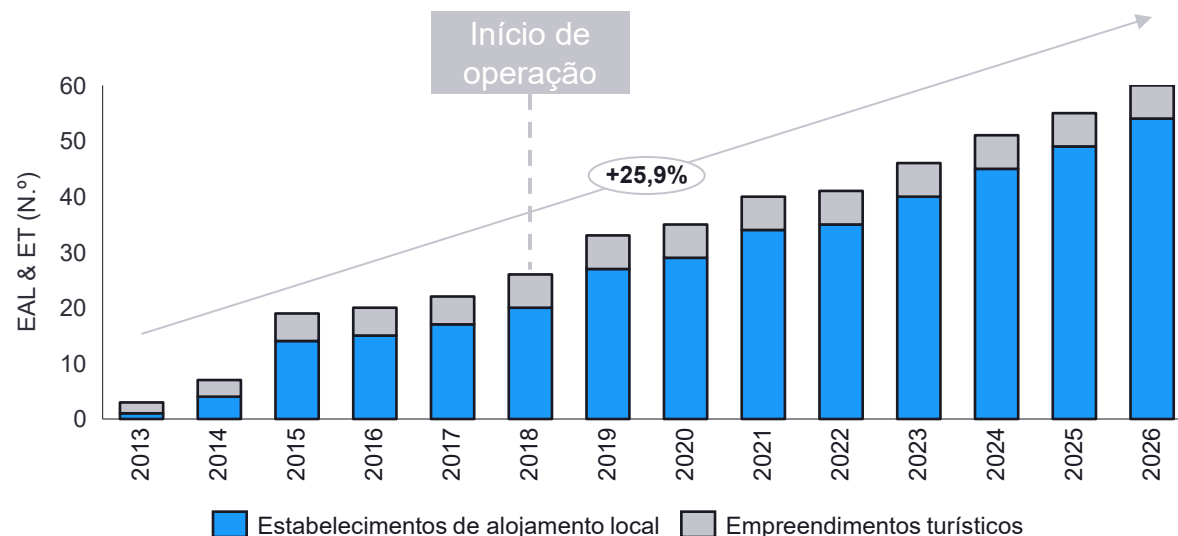
Descrição do Projeto	Ficha de Projeto																								
A Central Fotovoltaica de Ourique é o maior complexo solar do Baixo Alentejo e desenvolveu-se em duas fases: Ourique I ("Ourika"), central original inaugurada em 2018 pela <i>MorningChapter/Welink</i>, pioneira na Europa por operar em regime de mercado, e Ourique II, a sua expansão, promovida pela ISDC (grupo Galp, que adquiriu a central original em 2021). Localiza-se na União de Freguesias de Panóias e Conceição, em território rural de baixa densidade com sistemas agrossilvopastoris associados ao montado. O projeto de expansão foi sujeito a Avaliação de Impacte Ambiental, tendo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) solicitado um aditamento ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA), de um capítulo específico dedicado à componente socioeconómica. A Declaração de Impacte Ambiental, favorável condicionada, foi emitida a 12/09/2022, encontrando-se o projeto em construção. O caso distingue-se pela incorporação da dimensão socioeconómica no processo de licenciamento e pela definição de medidas de valorização territorial com compromissos quantificados, envolvendo a ISDC/Galp, a Câmara Municipal (CM) de Ourique e a APA. Impacto socioeconómico: O EIA (Ourique II) assume compromissos territoriais concretos que vão além da produção energética: a instalação de um rebanho de 2.000 ovelhas campaniças (raça local em vias de extinção) para gestão da vegetação e combate à desertificação; o objetivo declarado de tornar o concelho um "polo dinamizador de estratégias de sustentabilidade" capaz de atrair "investigadores doutorandos em áreas relacionadas com a energia solar"; e o compromisso de dinamizar, em parceria com a CM de Ourique, a reativação da linha ferroviária entre Beja e Funcheira. Este caso é particularmente relevante pela semelhança ao Projeto do Parque Sophia do perfil do território em que se implantou (baixa densidade, montado, agrossilvopastorícia) e porque demonstra a boa prática de se definirem benefícios que espelham compromissos territoriais concretos (e não apenas compensações pecuniárias).	<table><tr><td>Estado atual</td><td>Ourique II em construção/ ligação a Ourique I</td></tr><tr><td>Potência instalada</td><td>408,22 MW</td></tr><tr><td>Área ocupada</td><td>248,2 hectares (Ourique II)</td></tr><tr><td>Produção anual estimada</td><td>~357,8 GWh/ano (Ourique II)</td></tr><tr><td>Investimento total</td><td>133,7 M€</td></tr><tr><td>Emprego</td><td>n.d.</td></tr><tr><td>CO₂ evitado</td><td>49.944 t/ano (Ourique I)</td></tr></table> Marcos e cronologia The timeline consists of a horizontal dashed line with a right-pointing arrow at the end. Five blue circular markers are placed along the line at specific years. Below each marker is a text label. The first marker is at 2018, labeled 'Inauguração da Central Ourique I'. The second is at 2021, labeled 'Atribuição de Licença Ourique I pela DGE'. The third is at 2022, labeled 'Aditamento ao EIA de Ourique II, a pedido da Comissão de Avaliação'. The fourth is also at 2022, labeled 'DIA emitida (Parecer favorável condicionado)'. The fifth is at 2023/2024, labeled 'Início da fase de construção'. <table><tr><td>2018</td><td>2021</td><td>2022</td><td>2022</td><td>2023/2024</td></tr><tr><td>Inauguração da Central Ourique I</td><td>Atribuição de Licença Ourique I pela DGE</td><td>Aditamento ao EIA de Ourique II, a pedido da Comissão de Avaliação</td><td>DIA emitida (Parecer favorável condicionado)</td><td>Início da fase de construção</td></tr></table>	Estado atual	Ourique II em construção/ ligação a Ourique I	Potência instalada	408,22 MW	Área ocupada	248,2 hectares (Ourique II)	Produção anual estimada	~357,8 GWh/ano (Ourique II)	Investimento total	133,7 M€	Emprego	n.d.	CO ₂ evitado	49.944 t/ano (Ourique I)	2018	2021	2022	2022	2023/2024	Inauguração da Central Ourique I	Atribuição de Licença Ourique I pela DGE	Aditamento ao EIA de Ourique II, a pedido da Comissão de Avaliação	DIA emitida (Parecer favorável condicionado)	Início da fase de construção
Estado atual	Ourique II em construção/ ligação a Ourique I																								
Potência instalada	408,22 MW																								
Área ocupada	248,2 hectares (Ourique II)																								
Produção anual estimada	~357,8 GWh/ano (Ourique II)																								
Investimento total	133,7 M€																								
Emprego	n.d.																								
CO ₂ evitado	49.944 t/ano (Ourique I)																								
2018	2021	2022	2022	2023/2024																					
Inauguração da Central Ourique I	Atribuição de Licença Ourique I pela DGE	Aditamento ao EIA de Ourique II, a pedido da Comissão de Avaliação	DIA emitida (Parecer favorável condicionado)	Início da fase de construção																					

Fonte: Estudo de Impacte Ambiental e respetivo Aditamento (capítulo de Socioeconomia); SIAIA; CM-Ourique.pt; Participa.pt; Agência Portuguesa do Ambiente; Correio Alentejo e documentação corporativa da Galp.

Os dados disponíveis não evidenciam uma diminuição da oferta turística em Ourique após a entrada em funcionamento da central fotovoltaica

Impacto na atividade turística no caso 1

Oferta turística



- O número de estabelecimentos de alojamento local em Ourique **aumentou de forma expressiva entre 2013** (5 anos antes da inauguração do Ourique I) **até 2026**, passando de 4 para 54 unidades, evidenciando um reforço contínuo da oferta turística do município ao longo do período de desenvolvimento e operação da Central.
- Em paralelo, o **número de empreendimentos turísticos duplicou**, de 3 para 6 unidades, **permanecendo estável ao longo do período 2018-2026**.
- A expansão da oferta turística ocorreu em simultâneo com o desenvolvimento e expansão da Central Fotovoltaica de Ourique, **não se observando indícios de incompatibilidade entre o projeto e a atratividade turística do território**.

Nota 1: A análise da procura turística não foi considerada devido à indisponibilidade de dados para o período prévio à entrada em operação do projeto.

Nota 2: Nota: Os empreendimentos turísticos abrangem estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos, resorts, turismo de habitação, turismo no espaço rural e parques de campismo/caravanismo. Os estabelecimentos de alojamento local incluem moradias, apartamentos, estabelecimentos de hospedagem e quartos.

Fonte: Turismo de Portugal, Registo Nacional de Turismo (RNT)

Central Fotovoltaica da Amareleja: um caso com evidências *ex post* sobre os benefícios locais de grandes centrais solares

Ficha de estudo de caso 2

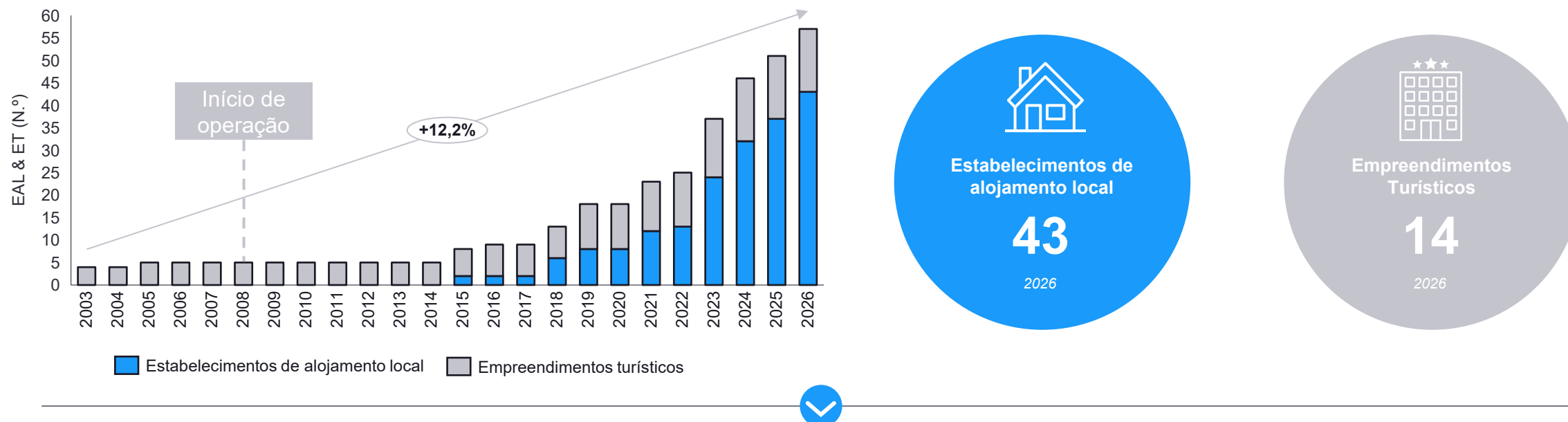
Descrição do Projeto	Ficha de Projeto	
A Central Solar Fotovoltaica da Amareleja, promovida pela ACCIONA Energía a partir de uma iniciativa da Câmara Municipal de Moura, localiza-se na freguesia da Amareleja, concelho de Moura, no Baixo Alentejo. Aquando da sua entrada em operação, em 2008, constituiu a maior central fotovoltaica do mundo em potência instalada (46,4 MWp), tendo sido posteriormente ampliada para uma capacidade total de 62 MWp. O caso destaca-se pelo seu carácter pioneiro no contexto europeu e pela forte visibilidade associada à transição energética. Paralelamente à central, inicialmente a ACCIONA instalou no concelho de Moura uma fábrica de painéis solares, resultante de um investimento adicional de 7M€, orientada sobretudo para os mercados de exportação. A fábrica encerrou definitivamente em janeiro de 2019, após 10 anos de laboração, com a perda de 105 postos de trabalho. Desenvolvido num território rural de baixa densidade populacional, o projeto ocupa cerca de 250 hectares e integra 2.520 seguidores solares azimutais, apresentando uma produção anual equivalente ao consumo elétrico de cerca de 30 mil habitações. Impacto socioeconómico: O estudo desenvolvido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa constitui um dos poucos exemplos de avaliação <i>ex-post</i> dos impactos de uma grande central fotovoltaica em território de baixa densidade. A investigação conclui que, apesar do impacto identitário positivo gerado pelo projeto e da reduzida contestação social durante a sua implementação, muitas expectativas inicialmente criadas em torno da criação de emprego permanente e da dinamização económica local não se concretizaram na dimensão esperada. Em 2008 o promotor anunciou que a operação da central sustentaria até 20 postos de trabalho permanentes, um valor que não correspondeu às expectativas geradas junto da população local. Este caso revela a importância de gerir adequadamente as expectativas das comunidades locais relativamente aos benefícios económicos associados a projetos de energia renovável de grande escala, constituindo uma referência particularmente relevante para o Parque Sophia.	Estado atual	Em operação
	Potência instalada	46,4 MWp (fase 1) → 62 MWp (fase 2)
	Área ocupada	250 hectares
	Produção anual estimada	~93 GWh/ano
	Investimento total	250 – 261M€
	Emprego	20 trabalhadores permanentes
	CO₂ evitado	89 – 152 mil ton./ano
Marcos e cronologia		

Fonte: Junqueira, Delicado & Truninger (2017), “Paisagem, tecnologia e desenvolvimento local: a central solar da Amareleja”, Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 83, ICS-UL; ACCIONA Energía.

A evolução positiva da oferta turística em Moura ocorreu em simultâneo com o desenvolvimento da Central Fotovoltaica da Amareleja

Impacto na atividade turística no caso 2

Oferta turística



- O número de estabelecimentos de alojamento local em Moura **aumentou de forma expressiva entre 2003** (5 anos antes da entrada em operação da Central) **e 2026**, passando de 4 para 43 unidades, com forte aceleração a partir da segunda metade da década de 2010.
- Em paralelo, **os empreendimentos turísticos evoluíram de 6 para 14 unidades**, registando um crescimento gradual e contínuo ao longo do período analisado.
- A evolução positiva da oferta turística ocorreu num contexto marcado pela entrada em operação e consolidação da Central Fotovoltaica da Amareleja, **não se observando evidências de diminuição da oferta de alojamento turístico do território**.

Nota 1: A análise da procura turística não foi considerada devido à indisponibilidade de dados para o período prévio à entrada em operação do projeto.

Nota 2: Nota: Os empreendimentos turísticos abrangem estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos, resorts, turismo de habitação, turismo no espaço rural e parques de campismo/caravanismo. Os estabelecimentos de alojamento local incluem moradias, apartamentos, estabelecimentos de hospedagem e quartos.

Fonte: Turismo de Portugal, Registo Nacional de Turismo (RNT)

Parque Eólico da Raia no território de Sortelha: da contestação inicial à afirmação como destino turístico

Ficha de estudo de caso 3 (I/II)

Descrição do Projeto	Ficha de Projeto														
O Parque Eólico da Raia é um complexo constituído por diversos núcleos distribuídos por diferentes freguesias e municípios da região Centro de Portugal. Operado pela Eólica do Campanário, S.A. (grupo FINERGE), inclui infraestruturas no município do Sabugal, entre as quais as implantadas na freguesia de Sortelha, próximas da Aldeia Histórica de Sortelha, integrada na rede das Aldeias Históricas de Portugal. Atualmente composto por 56 aerogeradores dispersos pela região, o licenciamento municipal foi, no caso do Sabugal, formalizado em 2010, com aerogeradores instalados a cerca de um quilómetro da aldeia histórica. Em 2023, o subparque de São Cornélio, localizado em Sortelha, foi objeto de um sobreequipamento com um novo aerogerador de 5,5 MW, sujeito a AIA com parecer favorável condicionado. O caso distingue-se por ser o único do conjunto em que um projeto renovável se implanta na envolvente imediata de um ativo patrimonial classificado de referência nacional, permitindo observar a evolução da atratividade turística após um processo de contestação assente em argumentos de paisagem, património e turismo, próximos dos que se colocam ao Parque Solar Sophia. Impacto socioeconómico: A construção do parque motivou, em 2010, uma contestação pública organizada, através do movimento "Vamos Salvar Sortelha" e de uma petição dirigida ao Governo. Os subscritores invocavam a destruição irreversível da envolvente da aldeia, o desvirtuamento da paisagem e o dano sobre um dos principais ativos turísticos da Beira Interior, tendo a autarquia remetido para o cumprimento da legislação pelas entidades licenciadoras. A evolução do projeto contrariou estas teses sendo que em 2023, já com o parque em operação, Sortelha foi distinguida com o prémio "Melhor Aldeia Turística" da Organização Mundial do Turismo. A oferta de alojamento manteve uma trajetória de crescimento, de que é exemplo a reabilitação de edifícios devolutos pela marca <i>Story Studio</i> concluída em 2024, com 17 novas unidades e um investimento superior a 2M€. O caso constitui uma referência para o Parque Sophia, evidenciando que uma infraestrutura de energia renovável na envolvente de uma aldeia histórica coexistiu com o reconhecimento do destino e o reforço da oferta turística.	<table><tr><td>Estado atual</td><td>Em operação, com sobreequipamento concluído</td></tr><tr><td>Potência instalada</td><td>128,8MW <i>(inicial, no momento de entrada em funcionamento)</i></td></tr><tr><td>Área ocupada</td><td><i>n.d.</i></td></tr><tr><td>Produção anual estimada</td><td><i>n.d.</i></td></tr><tr><td>Investimento total</td><td><i>n.d.</i></td></tr><tr><td>Emprego</td><td><i>n.d.</i></td></tr><tr><td>CO₂ evitado</td><td><i>n.d.</i></td></tr></table> Marcos e cronologia A horizontal timeline with a dashed line and an arrow pointing right. It marks four key events: 1. 2010: A dashed line with a double slash indicates a break in the timeline. Below the line is a blue dot with the text '2010' and 'Aprovação municipal do projeto e contestação pública'. 2. 2011: A blue dot on the line with the text '2011' and 'Início de exploração' above it. 3. 2023: A blue dot on the line with the text '2023' and 'Início de obras do sobreequipamento do subparque de São Cornélio' below it. 4. 2023: A blue dot on the line with the text '2023' and 'Sortelha distinguida como "Melhor Aldeia Turística"' above it.	Estado atual	Em operação, com sobreequipamento concluído	Potência instalada	128,8MW <i>(inicial, no momento de entrada em funcionamento)</i>	Área ocupada	<i>n.d.</i>	Produção anual estimada	<i>n.d.</i>	Investimento total	<i>n.d.</i>	Emprego	<i>n.d.</i>	CO ₂ evitado	<i>n.d.</i>
Estado atual	Em operação, com sobreequipamento concluído														
Potência instalada	128,8MW <i>(inicial, no momento de entrada em funcionamento)</i>														
Área ocupada	<i>n.d.</i>														
Produção anual estimada	<i>n.d.</i>														
Investimento total	<i>n.d.</i>														
Emprego	<i>n.d.</i>														
CO ₂ evitado	<i>n.d.</i>														

Comunidade de Autoconsumo Coletivo da Aldeia Histórica de Sortelha: retenção local de energia como benefício da comunidade



Ficha de estudo de caso 3 (II/II)

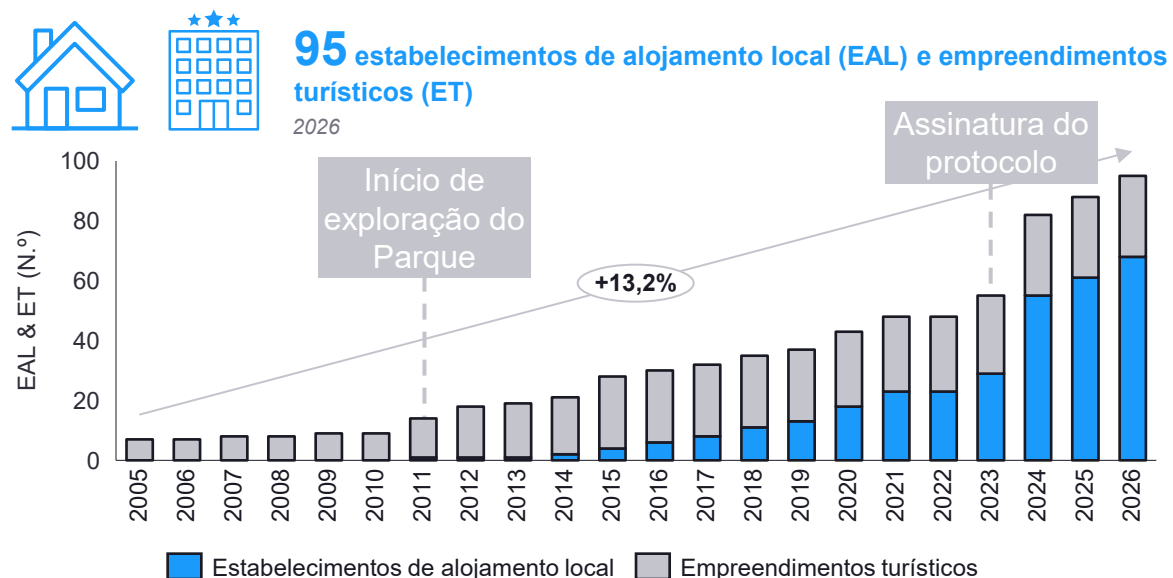
Descrição do Projeto	Ficha de Projeto	
A Comunidade de Autoconsumo Coletivo da Aldeia Histórica de Sortelha, promovida pela <i>Greenvolt</i> Comunidades no âmbito de um protocolo institucional com a Aldeias Históricas de Portugal, a ADENE e a E-REDES, localiza-se na freguesia de Sortelha, concelho do Sabugal, na Beira Baixa. O projeto resulta da assinatura de um protocolo em março de 2023, encontrando-se atualmente em fase de implementação. O caso distingue-se por ser o primeiro projeto-piloto de comunidade de energia em autoconsumo coletivo, entre 12 Aldeias Históricas de Portugal, com objetivo de replicação nas restantes aldeias da rede, e pelo elevado grau de formalização político-institucional do protocolo que lhe deu origem. A instalação fotovoltaica, com 324 kWp de potência e bateria de armazenamento, ocupa um terreno de 2.600 m² cedido pela Junta de Freguesia, sem condicionantes de REN, RAN ou proteção patrimonial. O benefício abrange residentes, entidades públicas e empresas de toda a freguesia, não se limitando ao perímetro da Aldeia Histórica. Impacto socioeconómico: O Município do Sabugal reforçou o investimento privado da <i>Greenvolt</i> através de um contrato público de terraplanagem, evidenciando o modelo de cofinanciamento do Projeto. Afirmou-se publicamente que o projeto permitirá uma redução de cerca de 50% na fatura energética de toda a freguesia. Inserido num território particularmente vulnerável do ponto de vista demográfico (perda de 28% da população da freguesia na última década), o projeto é formalmente enquadrado pela Rede AHP e pela <i>Greenvolt</i> como instrumento de combate à pobreza energética e não apenas de eficiência energética. Este caso constitui referência direta para o Projeto Sophia quanto à retenção e valorização local dos benefícios energéticos, ilustrando como um protocolo <i>multistakeholder</i> pode viabilizar um modelo de autoconsumo coletivo à escala de uma freguesia.	Estado atual	Projeto-piloto em implementação
	Potência instalada	324 kWp (594 módulos)
	Área ocupada	2.600m²
	Produção anual estimada	<i>n.d.</i>
	Investimento total	<i>n.d.</i> (Greenvolt) + €26.129 (obra municipal)
	Emprego	<i>n.d.</i>
	CO₂ evitado	<i>n.d.</i>
Marcos e cronologia		

Fonte: Aldeias Históricas de Portugal (páginas "Comunidade de autoconsumo AH Sortelha" e "Neutralidade Carbónica"); Greenvolt Comunidades (comunicado de imprensa, 21/03/2023); Município do Sabugal (comunicado oficial, 23/03/2023); Portal Base (contrato n.º 10956586); INE-Censos 2021 (dados demográficos da freguesia).

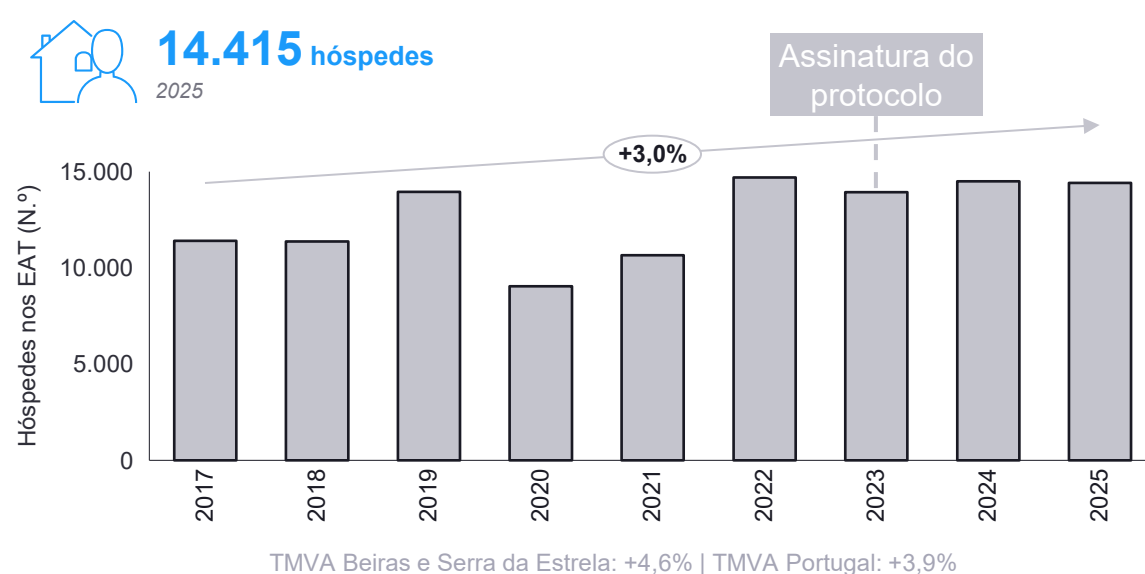
A evolução da atividade turística no Sabugal decorre em paralelo com a implementação de projetos de energia renovável em Sortelha

Impacto na atividade turística no caso 3

Oferta turística



Procura turística



- A oferta turística no Sabugal registou um **crescimento relevante entre 2005 e 2026**, passando de 7 para 95 estabelecimentos de alojamento local e empreendimentos turísticos, refletindo um reforço da capacidade do território.
- A procura turística manteve uma **trajetória globalmente positiva entre 2017 e 2025** (+3,0%/ano), sendo apenas afetada durante os anos de pandemia, revelando contudo um crescimento inferior aos referenciais sub-regional (+4,6%/ano) e nacional (+3,9%/ano).
- **Não se evidenciam impactos adversos** nos indicadores de oferta e procura turística após a implementação de projetos de energia renovável em Sortelha.

Nota 1: Os empreendimentos turísticos abrangem estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos, resorts, turismo de habitação, turismo no espaço rural e parques de campismo/caravanismo. Os estabelecimentos de alojamento local incluem moradias, apartamentos, estabelecimentos de hospedagem e quartos.

Nota 2: A análise da procura turística inicia-se em 2017 devido à indisponibilidade de dados para anos anteriores.

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos; Turismo de Portugal, Registo Nacional de Turismo (RNT)

Complexo Fotovoltaico de Estremadura I-II-III: equilíbrio entre proteção do património e desenvolvimento de projetos renováveis

Ficha de estudo de caso 4

Descrição do Projeto	Ficha de Projeto														
O Complexo Fotovoltaico Estremadura I-II-III localiza-se no município de Almendralejo (província de Badajoz, Espanha) e constitui um dos maiores projetos fotovoltaicos da ACCIONA Energía no país, promovido através da Desarrollos Renovables Eólicos y Solares, SLU, num território rural de baixa densidade da Estremadura espanhola. O projeto foi sujeito a Declaração de Impacte Ambiental (DIA), formalmente emitida pela autoridade ambiental regional (<i>Junta de Extremadura – Dirección General de Sostenibilidad</i>) ao abrigo da Lei 16/2015, com início da construção em novembro de 2021 e entrada em operação em janeiro de 2023. O caso destaca-se por ser o único do conjunto com emprego quantificado nas duas fases do projeto (construção e operação), permitindo uma leitura rigorosa da intensidade de emprego de uma central de grande escala em contexto rural. Impacto socioeconómico: Os dados evidenciados pela ACCIONA Energía e pela DIA indicam que o complexo gerou cerca de 393 empregos diretos e indiretos durante a fase de construção e 5 postos de trabalho permanentes na fase de operação. A ACCIONA Energía assumiu ainda o compromisso de reinvestir uma percentagem das receitas em iniciativas de carácter social, a definir em articulação com representantes locais, para além de assegurar o pagamento das taxas e impostos associados à atividade. A construção do complexo permitiu igualmente a identificação e preservação do sítio arqueológico de Cortijo Lobato, com registos de ocupação humana desde a Idade do Cobre até ao período romano, evidenciando a possibilidade de compatibilizar a salvaguarda patrimonial com o desenvolvimento de projetos de energia renovável, constituindo uma referência relevante para o projeto Sophia face à presença de recursos patrimoniais e ambientais relevantes no território de implantação.	<table><tr><td>Estado atual</td><td>Em operação</td></tr><tr><td>Potência instalada</td><td>125 MWp</td></tr><tr><td>Área ocupada</td><td>300 hectares</td></tr><tr><td>Produção anual estimada</td><td>~257 GWh (complexo), equivalente a 65.138 lares</td></tr><tr><td>Investimento total</td><td>>€80 milhões</td></tr><tr><td>Emprego</td><td>~393 empregos diretos e indiretos (construção) e 5 postos de trabalho estáveis (operação)</td></tr><tr><td>CO₂ evitado</td><td>~112 mil toneladas/ano</td></tr></table> Marcos e cronologia 2021 Início da construção 2022 Declaração de Impacto Ambiental emitida (Resolución DGS) 2023 Entrada em operação	Estado atual	Em operação	Potência instalada	125 MWp	Área ocupada	300 hectares	Produção anual estimada	~257 GWh (complexo), equivalente a 65.138 lares	Investimento total	>€80 milhões	Emprego	~393 empregos diretos e indiretos (construção) e 5 postos de trabalho estáveis (operação)	CO ₂ evitado	~112 mil toneladas/ano
Estado atual	Em operação														
Potência instalada	125 MWp														
Área ocupada	300 hectares														
Produção anual estimada	~257 GWh (complexo), equivalente a 65.138 lares														
Investimento total	>€80 milhões														
Emprego	~393 empregos diretos e indiretos (construção) e 5 postos de trabalho estáveis (operação)														
CO ₂ evitado	~112 mil toneladas/ano														

Parque Solar de Alcoutim: produção energética e criação de valor territorial através de compromissos sociais e ambientais

Ficha de estudo de caso 5

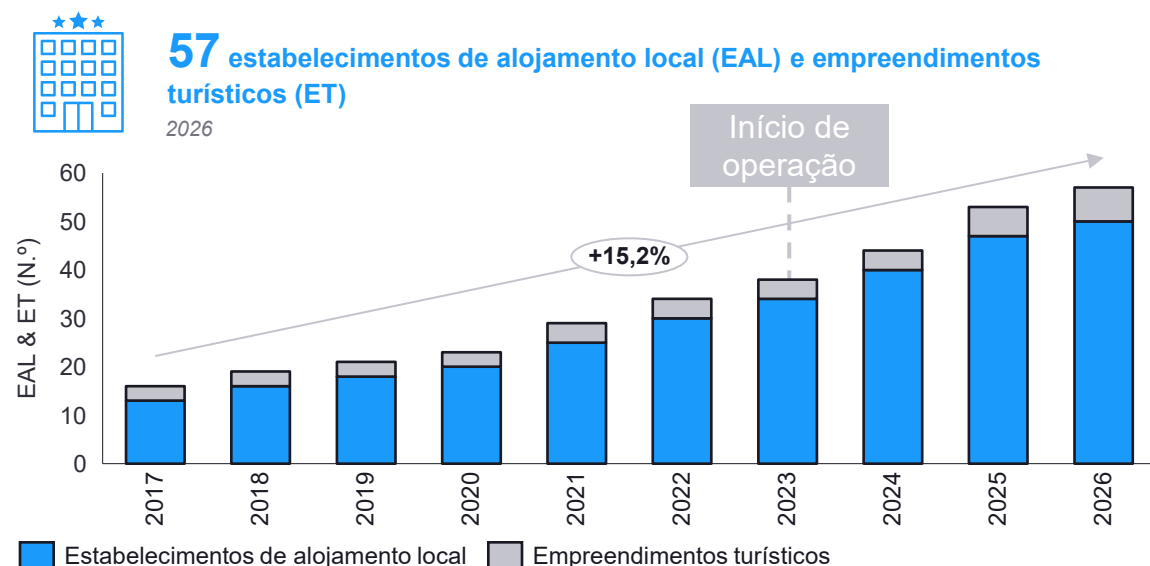
Descrição do Projeto	Ficha de Projeto														
O Parque Solar de Alcoutim, promovido pela Galp, é composto por quatro centrais fotovoltaicas (S. Marcos, Viçosa, Pereiro e Albercas) num dos concelhos de mais baixa densidade do Algarve. Encontra-se em operação desde setembro de 2023, estando a expansão e hibridização em avaliação (2025-2026). Constitui o primeiro grande investimento fotovoltaico da Galp em Portugal, com mais de €70 milhões alocados e uma potência instalada inicial de 144 MWp, assegurando uma produção anual estimada de 250.000 MWh, abastecendo mais de 80 mil famílias e reduzindo em cerca de 75 mil toneladas as emissões anuais de CO₂. O caso distingue-se por combinar uma DIA de expansão com benefícios concretos e replicáveis com um programa social bem documentado, sendo um dos poucos que cobre os critérios de retenção local da energia, central para a narrativa do Parque Solar Sophia. Impacto socioeconómico: A DIA do projeto de expansão “Pereiro II” condicionou o parecer favorável à adoção de medidas de mitigação ambiental, compensação de <i>habitats</i>, monitorização de espécies protegidas e acompanhamento da população local. Em paralelo, o programa “Energia de Alcoutim” promoveu iniciativas de autoconsumo, inclusão social e educacional, literacia energética, valorização da biodiversidade e integração de atividades agropecuárias, incluindo a pastorícia extensiva nas áreas das centrais solares. Neste âmbito, destaca-se o Plano de Ação para a Biodiversidade que, nos seus primeiros dois anos de implementação, registou 90 espécies de aves, mais de 15 espécies de mamíferos, mais de 1.500 registos de coelho-ibérico, mais de 200 registos de perdiz e 28 contactos com lince-ibérico, evidenciando a melhoria das condições de <i>habitat</i> e o reforço da biodiversidade local, demonstrando como os projetos solares podem gerar benefícios territoriais diversificados através de compromissos concretos com as comunidades e com a conservação da natureza, constituindo uma referência relevante para o Projeto Sophia na definição de benefícios partilhados e criação de valor local.	<table><tr><td>Estado atual</td><td>Em operação (fase inicial)/ expansão/hibridização em processo de AIA</td></tr><tr><td>Potência instalada</td><td>144 MWp (fase inicial)</td></tr><tr><td>Área ocupada</td><td>250 hectares</td></tr><tr><td>Produção anual estimada</td><td>~250.000 MWh, >80.000 famílias</td></tr><tr><td>Investimento total</td><td>>€70 milhões</td></tr><tr><td>Emprego</td><td>n.d.</td></tr><tr><td>CO₂ evitado</td><td>~75 mil toneladas/ano</td></tr></table> Marcos e cronologia 2023 Inauguração oficial das 4 centrais 2025 Início do processo de AIA para expansão “Pereiro II” e hibridização eólica 2026 Parecer técnico negativo da SPEA sobre o projeto de hibridização eólica	Estado atual	Em operação (fase inicial)/ expansão/hibridização em processo de AIA	Potência instalada	144 MWp (fase inicial)	Área ocupada	250 hectares	Produção anual estimada	~250.000 MWh, >80.000 famílias	Investimento total	>€70 milhões	Emprego	n.d.	CO ₂ evitado	~75 mil toneladas/ano
Estado atual	Em operação (fase inicial)/ expansão/hibridização em processo de AIA														
Potência instalada	144 MWp (fase inicial)														
Área ocupada	250 hectares														
Produção anual estimada	~250.000 MWh, >80.000 famílias														
Investimento total	>€70 milhões														
Emprego	n.d.														
CO ₂ evitado	~75 mil toneladas/ano														

Fonte: APA/SIAIA (Declaração de Impacte Ambiental “Pereiro II”); Parecer SPEA (2026) sobre o projeto de hibridização; Galp Corp (comunicado de imprensa, set/2023); Fundação Galp; BE Bioinsight & Ecoa; Energiser.

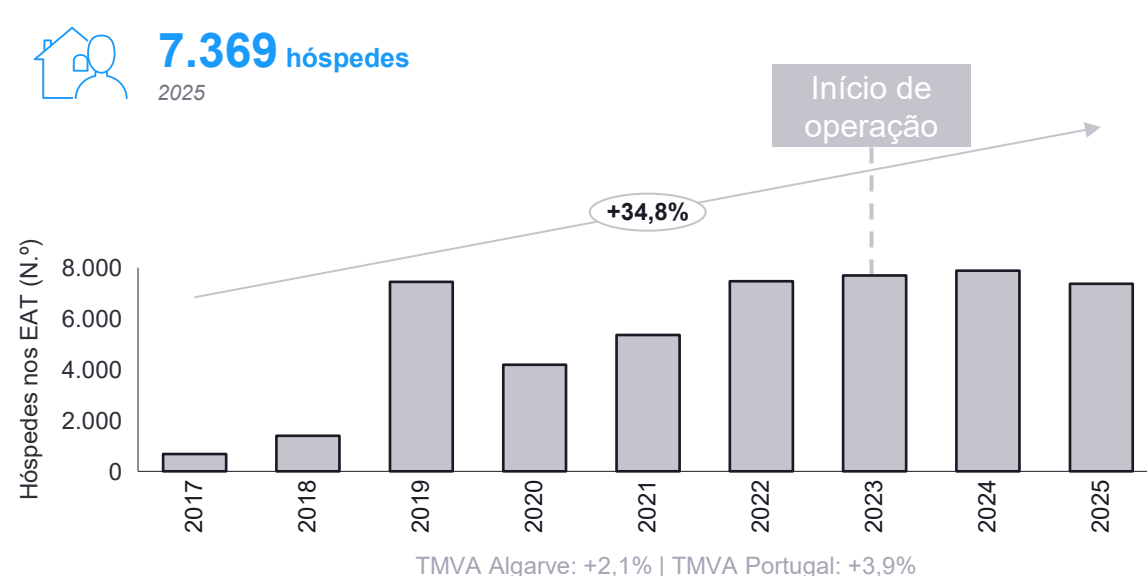
A entrada em operação do Parque Solar de Alcoutim coincide com uma trajetória de crescimento turístico superior à registada nos referenciais regional e nacional

Ficha de estudo de caso 5

Oferta turística



Procura turística



- Entre 2017 e 2026, o **número de estabelecimentos de alojamento turístico em Alcoutim mais do que triplicou**, passando de 16 para 57 unidades e evidenciando um reforço contínuo da atratividade do destino.
- Entre 2017 e 2025, Alcoutim registou uma taxa média de crescimento anual de 34,8% no número de hóspedes, **superando de forma significativa o ritmo de crescimento observado no Algarve (+2,1%) e em Portugal (+3,9%)**.
- A evolução positiva dos indicadores turísticos **ocorre num contexto marcado pela implementação de medidas ambientais e sociais associadas ao Parque Solar de Alcoutim**, incluindo ações de conservação da biodiversidade e iniciativas de envolvimento comunitário.

Nota: Nota: Os empreendimentos turísticos abrangem estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos, resorts, turismo de habitação, turismo no espaço rural e parques de campismo/caravanismo. Os estabelecimentos de alojamento local incluem moradias, apartamentos, estabelecimentos de hospedagem e quartos.

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos; Turismo de Portugal, Registo Nacional de Turismo (RNT)

Principais conclusões dos estudos de caso: oposição, benefícios partilhados, pacificação e evolução da atividade turística

Tabela resumo dos estudos de caso (I/III)

Estudo de Caso	Argumentos de oposição mais recorrentes	Benefícios partilhados mais valorizados	Evidências de pacificação/estabilização pós operação	Evolução da atividade turística no período pós operação
Central Fotovoltaica de Ourique <i>Ourique, Baixo Alentejo, PT</i>	Existiu oposição pública registada, sobretudo relacionada com a proteção de áreas ecológicas municipais (PDM) face à expansão de parques fotovoltaicos, e com preocupações de perda de solo agrícola, impacto paisagístico e no turismo rural.	Compromisso de instalação de um rebanho de 2.000 ovelhas campaniças (raça local em vias de extinção) para gestão da vegetação; objetivo declarado de atrair investigadores em energia solar e de apoiar a reativação da linha ferroviária Beja–Funcheira.	A central original (Ourique I, 2018) foi inaugurada com forte apoio institucional e sem contestação relevante nos anos seguintes. Surgiu oposição mais recente associada ao efeito cumulativo de múltiplos projetos ¹ no mesmo território, e não à central inicial isoladamente, indicando que a aceitação social tende a manter-se estável quando o ritmo de expansão é gerido de forma faseada e articulada com o município.	A atividade turística no concelho manteve uma trajetória de crescimento no período posterior à entrada em operação da central, não se observando quebras nos indicadores analisados.
Central Fotovoltaica da Amareleja <i>Moura, Baixo Alentejo, PT</i>	Segundo o estudo do ICS-UL, o processo de implantação (2007–2008) não gerou contestação pública significativa nem controvérsia sociotécnica relevante, ao contrário de outros projetos energéticos (ex.: eólicos) analisados pelos mesmos investigadores no mesmo período.	Instalação local de uma fábrica de painéis solares pela ACCIONA associada, à data, à criação de emprego industrial e à narrativa de desenvolvimento regional promovida pela Câmara Municipal de Moura, entidade impulsionadora do projeto.	O estudo académico independente (<i>ex-post</i> , realizado em 2017, ~9 anos após entrada em operação) confirma que o processo permaneceu “pouco controverso”, mas esclarece que isso não resultou de expectativas geridas com sucesso. A população entrevistada considera que o projeto “não atingiu muitas das expectativas a nível económico”, sem que isso se tenha traduzido em oposição ativa. Não há evidência de ter havido promessa formal específica que não tenha sido cumprida; admite-se que a narrativa de “maior central do mundo” tenha, por si só, gerado expectativas desproporcionais.	A oferta turística do município registou uma expansão continuada ao longo do período anterior e subsequente à entrada em operação da central, não se identificando qualquer contração da capacidade de alojamento do território.

1. Além do projeto Ourique I e II, foram identificados no mesmo concelho e região do Baixo Alentejo, junto a diferentes promotores, pelo menos três outras centrais fotovoltaicas em distintas fases de licenciamento ou já autorizadas para ligação à rede, o que provocou na população local uma perceção de elevada concentração territorial de projetos energéticos.

 92

Principais conclusões dos estudos de caso: oposição, benefícios partilhados, pacificação e evolução da atividade turística

Tabela resumo dos estudos de caso (II/III)

Estudo de Caso	Argumentos de oposição mais recorrentes <i>Críticas e reservas manifestadas por comunidades, associações ou entidades técnicas antes ou durante o licenciamento</i>	Benefícios partilhados mais valorizados <i>Ações concretas do promotor mais associadas, em cada caso, à aceitação do projeto pela população/instituições</i>	Evidências de pacificação/estabilização pós operação <i>Evidência de estabilização da reação pública após entrada em funcionamento</i>	Evolução da atividade turística no período pós operação <i>Evolução dos indicadores turísticos no período posterior à entrada em operação do projeto</i>
Comunidade de Autoconsumo Coletivo da Aldeia Histórica de Sortelha <i>Sabugal, Beira Baixa, PT</i>	Não foi identificada oposição pública ao projeto. A reduzida escala da instalação (324 kWp) e a natureza comunitária do modelo de autoconsumo, sem central de grande dimensão, parecem ter contribuído para a ausência de contestação registada.	Redução direta e generalizada da fatura energética para toda a freguesia (~50%), alargada a residências, entidades públicas e negócios locais (não apenas aos beneficiários diretos), reforçada pelo facto da implementação do projeto não ter impedido o reconhecimento de Sortelha como <i>Best Tourism Village 2023 (UN Tourism)</i> , o que evidencia compatibilidade estratégica entre a central fotovoltaica e a identidade turística e patrimonial da aldeia.	Os mais de dois anos desde a assinatura do Protocolo não registam contestações de relevo. O compromisso institucional manteve-se, tendo sido reforçado ao longo do tempo, destacando-se também a decisão de expandir o modelo a Linhares da Beira, planeada desde o protocolo inicial.	A evolução favorável dos indicadores de oferta e procura turística ocorre em paralelo com a implementação das soluções energéticas locais, não se observando sinais de deterioração da dinâmica turística do território.
Parque Eólico da Raia <i>Sabugal (entre outros municípios), Beira Baixa, PT</i>	A contestação surgiu em 2010, através do movimento "Vamos Salvar Sortelha" e de uma petição ao Governo. Os subscritores invocavam a destruição da envolvente da aldeia, a descaracterização da paisagem e o prejuízo para um dos principais ativos turísticos da Beira Interior, questionando o cumprimento da legislação pelas entidades licenciadoras.	Não há registo de medidas de benefícios partilhados com a comunidade. A aceitação foi-se construindo pela via do cumprimento de condicionantes ambientais, como no sobreequipamento de São Cornélio em 2023, sujeito a AIA com parecer favorável condicionado.	Depois do início da exploração, em 2011, a contestação deixou de ter expressão pública expressiva. O sobreequipamento de 2023 avançou sem reabrir o conflito e, nesse mesmo ano, Sortelha foi distinguida pela Organização Mundial do Turismo como "Melhor Aldeia Turística".	A evolução favorável dos indicadores de oferta e procura turística ocorre em paralelo com a implementação das soluções energéticas locais, não se observando sinais de deterioração da dinâmica turística do território.

Principais conclusões dos estudos de caso: oposição, benefícios partilhados, pacificação e evolução da atividade turística

Tabela resumo dos estudos de caso (III/III)

Estudo de Caso	Argumentos de oposição mais recorrentes <i>Críticas e reservas manifestadas por comunidades, associações ou entidades técnicas antes ou durante o licenciamento</i>	Benefícios partilhados mais valorizados <i>Ações concretas do promotor mais associadas, em cada caso, à aceitação do projeto pela população/instituições</i>	Evidências de pacificação/estabilização pós operação <i>Evidência de estabilização da reação pública após entrada em funcionamento</i>	Evolução da atividade turística no período pós operação <i>Evolução dos indicadores turísticos no período posterior à entrada em operação do projeto</i>
Complexo Fotovoltaico de Estremadura I-II-III <i>Almendralejo, Badajoz, ES</i>	Sem contestação pública organizada. A principal tensão decorreu do afloramento de 11 jazidas arqueológicas durante a desmatção, com destaque para Cortijo Lobato, que obrigou à intervenção da <i>Dirección General de Patrimonio Cultural</i> .	Adaptação do desenho da central às jazidas, com 30 hectares de proteção arqueológica e perímetro de salvaguarda de 25 metros, e financiamento da escavação pela ACCIONA Energía. Reinvestimento de uma percentagem das vendas em projetos sociais, aliado ao programa Colabora Almendralejo para promoção do emprego.	Em fevereiro de 2025, dois anos após a entrada em operação, a <i>Consejería de Cultura</i> classificou o caso como exemplo excecional de articulação entre desenvolvimento industrial e respeito pelo património, anunciando a abertura das jazidas à visitação. A narrativa pública deslocou-se do risco de perda patrimonial para a valorização cultural e turística do território.	S.I.
Parque Solar de Alcoutim <i>Alcoutim, Algarve, PT</i>	A componente fotovoltaica não registou contestação relevante. A oposição mais significativa concentra-se na hibridização eólica, com parecer desfavorável da Comissão de Avaliação e parecer negativo da SPEA (2026), que invoca risco para o núcleo reprodutor nacional de águia-de-Bonelli e impactos diretos em aldeias situadas a menos de 800 metros dos aerogeradores.	Plano de envolvimento comunitário da Fundação Galp, com autoconsumo solar em bombeiros, lar e centro infantil, bolsas universitárias contra o abandono escolar, visitas de estudo ao parque e o projeto <i>Vilas em Movimento</i> de mobilidade partilhada e combate ao isolamento sénior. Neste âmbito, destaca-se ainda o Plano de Ação para a Biodiversidade, cujas campanhas de monitorização de fauna evidenciam a melhoria das condições de <i>habitat</i> e o reforço da biodiversidade local.	Em operação desde setembro de 2023, o parque não registou contestação organizada significativa e viu o seu perímetro reforçado com capacidade adicional e armazenamento em baterias, evitando cerca de 75 mil toneladas de CO ₂ por ano. A aceitação alcançada não se transferiu, porém, para a componente eólica, cuja avaliação permanece em aberto.	Os indicadores turísticos analisados mantiveram uma evolução positiva no período pós-operação, destacando-se um crescimento da procura superior ao observado nos referenciais regional e nacional.

5

Conclusões



As principais conclusões do estudo socioeconómico do Parque Solar Sophia são apresentadas em quatro blocos temáticos, estruturados em 20 conclusões

Introdução às conclusões

A análise realizada permite concluir que o Parque Solar Sophia tem um **impacto socioeconómico globalmente positivo para o território**, tanto na fase de construção como ao longo da operação, mantendo um saldo líquido favorável mesmo depois de considerados os custos de oportunidade dos usos agrícolas, florestais e turísticos dos terrenos abrangidos. Os efeitos negativos mais sensíveis que foram sinalizados estão ligados à **paisagem, ao uso do solo e ao turismo**, sendo atenuados pela reformulação do projeto e pelo conjunto de medidas previstas no programa de benefício partilhado.

O projeto insere-se num território de baixa densidade, demograficamente envelhecido e com uma identidade agrícola, paisagística e patrimonial vinculada, pelo que a sua contribuição efetiva para o desenvolvimento local dependerá menos da dimensão do investimento e mais da forma como se integra no território, antecipa e se propõe diluir os efeitos mais sensíveis e como partilha os benefícios com as comunidades locais.

As conclusões do estudo organizam-se em **20 conclusões, agrupadas em quatro blocos temáticos**: 1) território e diversificação económica; 2) uso do solo e agricultura; 3) turismo e paisagem; 4) impacto económico e aceitação social.

Cada bloco integra as respostas às questões que orientaram o estudo e as leituras transversais que emergiram da análise.

BLOCO 1 (Conclusões 1 a 4)

Território e diversificação económica

Agrupa as leituras relacionadas com o perfil socioeconómico do território e com a diversificação da base económica local.

BLOCO 2 (Conclusões 5 a 9)

Uso do solo e agricultura

Agrupa as leituras relacionadas com a área ocupada, a incidência sobre os usos agrícolas e florestais e a reversibilidade da ocupação.

BLOCO 3 (Conclusões 10 a 13)

Turismo e paisagem

Agrupa as leituras relacionadas com a sensibilidade da atividade turística e da paisagem aos efeitos indiretos do projeto.

BLOCO 4 (Conclusões 14 a 20)

Impacto económico e aceitação social

Agrupa as leituras relacionadas com o valor económico gerado, o emprego e as condições de aceitação social do projeto.

O projeto Parque Solar Sophia pode ser uma oportunidade de promoção da diversificação económica num contexto marcado pela especialização produtiva

Bloco temático 1. Território e diversificação económica

C1**O território conjuga fragilidades estruturais com ativos territoriais distintivos**

Os municípios do Fundão, Idanha-a-Nova e Penamacor têm um perfil de baixa densidade populacional, envelhecimento demográfico e desafios de dinamização económica, coexistindo com a existência de recursos patrimoniais, paisagísticos, ambientais e culturais de elevada relevância para a identidade e o desenvolvimento potencial do território.

C2**A agricultura constitui um dos principais pilares económicos e identitários do território**

Os três municípios evidenciam elevados níveis de especialização agrícola, particularmente Idanha-a-Nova e Penamacor, onde o setor assume um peso significativo no emprego e na ocupação do solo, contribuindo para a identidade económica e paisagística local.

C3**O território revela uma elevada dependência de um número reduzido de atividades económicas**

A predominância da agricultura e, em menor grau, do turismo traduz uma estrutura produtiva relativamente especializada, aumentando a exposição do território a fatores externos e reforçando a importância de novas oportunidades de desenvolvimento económico.

C4**O Parque Solar Sophia constitui uma oportunidade de diversificação económica num contexto marcado pela especialização**

A introdução de uma atividade ligada à produção de energia renovável acrescenta uma nova função económica ao território, reduzindo a dependência relativa dos setores tradicionais e reforçando a resiliência económica de longo prazo dos municípios abrangidos.

A reformulação concentra a ocupação em usos agroflorestais extensivos, de baixa intensidade económica e preserva a coexistência agropecuária e a reversibilidade

Bloco temático 2. Uso do solo e agricultura

C5

A reformulação do projeto demonstra capacidade de adaptação às preocupações identificadas pelos atores locais

A redução da área vedada e da potência instalada, associada ao reforço das medidas de benefícios partilhados, reflete um esforço efetivo de compatibilização do projeto com as sensibilidades territoriais, ambientais, sociais e económicas identificadas durante o processo de participação e avaliação. A redução de escala de 867 para 573 MWp, com a área vedada a diminuir de ~1.736 para ~1.177 ha e o investimento de 591 para 500 M€, constitui a principal medida de compatibilização entre a sensibilidade das comunidades locais e a viabilização controlada do projeto: atua diretamente sobre a origem dos impactos na paisagem, no solo e no turismo, e não apenas sobre a partilha de benefícios.

C6

A ocupação do solo ocorre predominantemente em áreas de utilização agroflorestal extensiva

As áreas abrangidas caracterizam-se maioritariamente por usos florestais e agrícolas de baixa intensidade económica, reduzindo o custo de oportunidade associado à sua conversão face a outros tipos de utilização produtiva do solo. No uso atual, a área de implantação gera muito pouco valor (~0,41 M€/ano de VAB e 19 ETC), por ser dominada por floresta de eucalipto e agricultura extensiva em solos de baixa aptidão. Mesmo num cenário de agricultura intensiva (4,7 M€/ano e 111 ETC), o impacto total seria inferior ao projetado para o Parque Sophia.

C7

O impacto sobre a agricultura é diferenciado consoante a qualidade produtiva dos solos e os usos afetados

A relevância do impacto não decorre apenas da área ocupada, mas sobretudo do tipo de exploração existente (cerca de 2/3 da área atualmente explorada é eucaliptal). A análise sugere uma incidência predominante sobre sistemas extensivos e de menor produtividade relativa, não comprometendo os principais polos agrícolas de maior valor económico do território.

C8

O projeto preserva potencial de coexistência com determinadas atividades agropecuárias

A possibilidade de integração de atividades compatíveis, como o pastoreio ou a apicultura, permite reduzir os efeitos da conversão do solo e reforçar modelos de utilização múltipla do território durante a operação do parque. Algumas medidas previstas no plano de benefício partilhado podem vir a contribuir de forma pioneira para a revitalização e rejuvenescimento de atividades tradicionais ligadas ao pastoreio e produção de mel e queijo, por incorporação de métodos e tecnologias que fomentem a sua modernização e atratividade à criação e sustentação de postos de trabalho.

C9

A reversibilidade da ocupação constitui um elemento diferenciador do impacto territorial

As características construtivas previstas, como a ausência de betonização generalizada, estruturas desmontáveis e materiais recicláveis, permitem considerar a ocupação como reversível após o período de exploração do projeto.

A sensibilidade do turismo é sobretudo de percepção da paisagem e não de uma alteração medível da procura

Bloco temático 3. Turismo e paisagem

C10**A sensibilidade do turismo é sobretudo de percepção da paisagem e não de uma alteração medível da procura**

A atratividade turística assenta em recursos paisagísticos, patrimoniais e naturais cuja percepção pode ser influenciada pela alteração da envolvente visual, o que justifica a atenção conferida a esta dimensão ao longo do estudo. O efeito potencial sobre a procura é contido e circunscreve-se às áreas com visibilidade direta sobre a instalação, sendo atenuado pelas medidas de integração paisagística e pelo programa de benefício partilhado.

C11**Os potenciais impactos turísticos são localizados e não há evidências de projetos equiparáveis de que possam vir a contribuir para alterar a dinâmica turística do território**

A evidência recolhida aponta para efeitos confinados às áreas com visibilidade direta sobre a instalação, dependentes da proximidade e da linha de vista.

C12**Os principais ativos turísticos atuais do território não coincidem com a área de implantação do projeto**

A procura turística assenta em recursos específicos como Monsanto, o Geopark Naturtejo, a Serra da Malcata, as Aldeias Históricas e os equipamentos termais e culturais, que permanecem os principais fatores de atração do território.

C13**A evidência comparada não demonstra impactos turísticos negativos permanentes associados a projetos fotovoltaicos de grande escala**

A experiência observada noutros territórios da Península Ibérica sugere que a evolução da procura turística depende sobretudo da qualidade dos ativos existentes e das medidas de integração implementadas, não se verificando uma relação sistemática entre parques solares e declínio turístico.

O impacto económico líquido é positivo, com a construção a gerar o maior valor e a operação benefícios duradouros, mas o emprego direto permanente é reduzido

Bloco temático 4. Impacto económico e aceitação social (1/2)

C14

O impacto económico líquido do projeto é positivo face aos usos alternativos predominantes

Os efeitos económicos associados às fases de construção e operação superam significativamente o valor atualmente gerado pelas utilizações dominantes dos terrenos abrangidos, mesmo considerando os potenciais efeitos negativos identificados. Contudo, o perfil temporal difere: a construção gera um volume de emprego significativo mas temporário, enquanto a operação assegura um número de postos de trabalho permanentes reduzido.

C15

A fase de construção representa o principal momento de criação de riqueza e dinamização económica

A execução do investimento mobiliza fornecedores, serviços, atividade económica e emprego de forma significativa, constituindo a fase de maior intensidade económica do ciclo de vida do projeto.

C16

Os benefícios económicos da fase de construção concentram-se predominantemente na Beira Baixa

A execução do investimento deverá gerar cerca de 988 M€ de produção e 525 M€ de VAB na economia nacional, mobilizando 1.402 empregos equivalentes a tempo completo (ETC), 102 M€ em remunerações e 144 M€ de receita fiscal para o Estado. Na Beira Baixa, os impactos ascendem a 218 M€ de produção, 148 M€ de VAB e 225 ETC, com cerca de 122 M€ a beneficiar fornecedores da região.

C17

A fase de operação assegura um contributo económico positivo e duradouro

Embora menos intensiva em emprego, a operação gera valor acrescentado, receita fiscal, remunerações e atividade económica de forma estável ao longo de várias décadas, com benefícios sustentados para a economia regional e nacional.

Descontados os custos de oportunidade da agricultura o efeito líquido anual da operação permanece positivo mesmo sem incluir as medidas de benefício partilhado (VAB líquido na ordem dos 38-52 M€/ano), uma vez que o reduzido peso dos consumos intermédios do parque compensa os efeitos negativos estimados neste setor.

O projeto reforça a transição energética nacional, mas a aceitação social dependerá da materialização, monitorização e comunicação dos benefícios locais

Bloco temático 4. Impacto económico e aceitação social (2/2)

C18**O projeto contribui para a transição energética nacional e reforça o posicionamento do território neste domínio**

A produção estimada corresponde a uma parcela relevante do consumo elétrico nacional, associando o território a um setor estratégico e criando condições para o desenvolvimento de novas competências e atividades ligadas à economia da energia. Para além disso, é um projeto com reflexos diretos na descarbonização da economia, na segurança do abastecimento e no cumprimento das metas definidas em matéria de energia e clima.

C19**As preocupações expressas pelas comunidades refletem sobretudo a importância identitária do território**

A centralidade dos temas da paisagem, do uso do solo e do turismo demonstra que a discussão ultrapassa a dimensão económica, refletindo também preocupações relacionadas com identidade territorial, património e qualidade da paisagem. Diversas das medidas previstas no programa de benefício partilhado contribuem para reforçar esta marca identitária do território (ex: medida “Promoção turismo sustentável (programa “Zero_Destinations”)”; medida “Promoção do destino turístico (projeto “Intrarail_Movijovem”)”; e medida “Uso duplo do solo”).

C20**O programa de benefício partilhado mobiliza 20,4 M€ em medidas alinhadas com as necessidades do território**

O programa de benefício partilhado, que totaliza 20,4 M€ de investimento, destaca-se pelo alinhamento com necessidades e oportunidades identificadas ao longo do processo de escuta ativa. O programa combina iniciativas desenhadas para responder aos desafios específicos do território com medidas inspiradas em boas práticas já implementadas noutros projetos semelhantes. A implementação e monitorização destas medidas serão determinantes para garantir a concretização dos benefícios previstos, reforçando a criação de valor territorial e respondendo a uma lacuna frequentemente identificada em projetos desta natureza.

6

Anexos



6.1

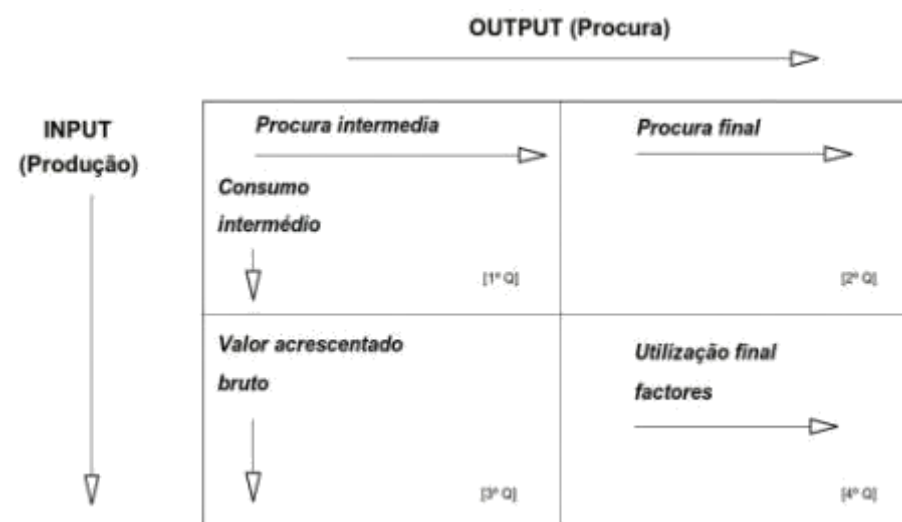
Cenários e simulações



Modelo *Input-Output* (I/II)

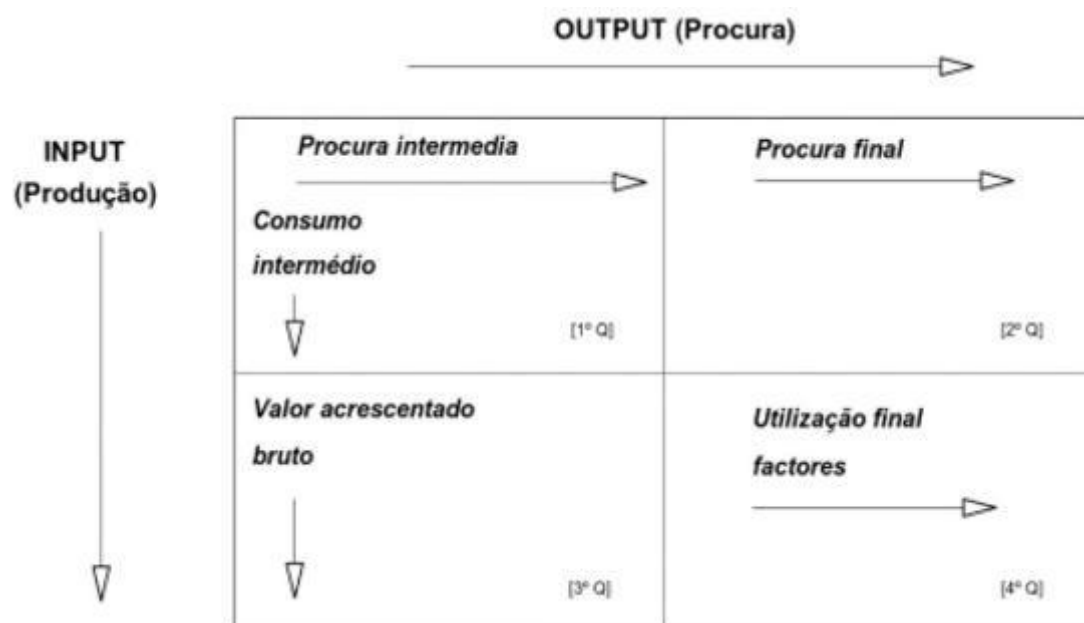
Metodologia e pressupostos

- Os quadros de *input-output* surgem como quadros-síntese que registam uma vasta informação estatística tratada em função do objetivo de explicar as características da utilização dos fatores produtivos e dos produtos na satisfação da procura, isto é, do circuito aberto e sectorialmente desagregado, que liga, nos dois sentidos, a procura, a produção e o rendimento (articulando a sua criação com a respetiva distribuição).
- A representação matricial dos fluxos básicos que caracterizam as atividades de uma economia num determinado período permite uma dupla leitura das relações e equilíbrios presentes nesses fluxos, ou seja, podemos efetuar quer uma leitura horizontal (em linha), articulando produção e procura, que nos conduz à separação entre procura intermédia e procura final, quer uma leitura vertical (em coluna), articulando produção e rendimento, que nos conduz à separação entre inputs intermédios e valor acrescentado.
- A análise *input-output* pode ser aplicada ao estudo quer dos equilíbrios "horizontais" entre a produção de bens e serviços e a procura final de consumo e investimento, quer dos equilíbrios "verticais" entre os bens e serviços e os fatores produtivos de produção, mediados por um suporte tecnológico, proporcionado pelas características dos vários processos de trabalho, que molda a procura que as empresas dirigem umas às outras em bens e serviços intermédios.
- A forma geral de um quadro de entradas-saídas compreende quatro quadrantes que correspondem às trocas intersectoriais de produtos associados ao consumo intermédio (1º quadrante), à distribuição da produção de cada sector pelas diferentes utilizações finais (2º quadrante), à repartição setorial do valor acrescentado bruto (3º quadrante) e aos fluxos redistributivos e utilizações finais dos fatores (4º quadrante).



Modelo *Input-Output* (II/II)

Metodologia e pressupostos



- O primeiro quadrante tem uma forma quadrada ($n \times n$ sectores), enquanto o 2º e 3º quadrantes têm uma forma retangular (dependendo do número de utilizações finais e das componentes do valor acrescentado bruto consideradas). As condições de equilíbrio articulam, sector a sector, os usos ou utilizações da produção e os recursos mobilizados e os rendimentos gerados na produção:

- (lógica do emprego, leitura em linha: a produção bruta de cada sector "esgota-se" na alimentação da procura intermédia e final);
- (lógica dos recursos e dos rendimentos, leitura das colunas: a produção bruta de cada sector integra o valor dos consumos intermédios e dos rendimentos gerados).

- O equilíbrio setorial, ou seja, a igualdade entre empregos e recursos ($X_i = X_j$, para $i = j$), conduz, ao nível agregado, a uma correspondência entre a soma dos elementos do 2º e 3º quadrantes que sustenta as "três perspetivas" da contabilidade nacional, ou seja, a despesa, o rendimento e a produção. Na tentativa de representar o melhor possível a realidade económica, a construção de quadros convencionais de *input-output* revela-se bastante complexa e dispendiosa, levantando dificuldades metodológicas muito relevantes. A natureza e forma de avaliação dos fluxos intersectoriais, o nível de desagregação setorial e a estimativa dos fluxos intrasectoriais, a determinação e ventilação das margens comerciais, impostos e subsídios por produtos, a escolha dos sistemas de preços e o cálculo dos fluxos a preços constantes são algumas das questões mais desafiantes. Para ultrapassar alguns destes obstáculos, a construção de quadros de entradas-saídas implica a assunção de hipóteses teóricas muito restritas que nem sempre se verificam na realidade.

Mesmo sem o programa de benefício partilhado, o impacto da operação, líquido dos custos de oportunidade, permanece positivo

Impacto CapEx
Impacto OpEx

Impacto económico líquido da fase de operação

Impacto da operação – custo de oportunidade	Projeto Reformulado 573 MWp (Valor líquido agregado cum.)	Projeto Reformulado 573 MWp (Média anual líquida)	Projeto Inicial 867 MWp (Média anual líquida)
 VPB anual	1.969 M€ 1.700 M€ na Beira Baixa	49,2 M€ 42,5 M€ na Beira Baixa	57,5 M€ 49,4 M€ na Beira Baixa
 VAB anual	1.530 M€ 1.602 M€ na Beira Baixa	42,1 M€ 38,3 M€ na Beira Baixa	50,7 M€ 46,5 M€ a Beira Baixa
 Emprego anual	848 ETC 464 ETC na Beira Baixa	21 ETC 12 ETC na Beira Baixa	43 ETC 14 ETC na Beira Baixa
 Remunerações anual	120,3 M€ 31,9 M€ na Beira Baixa	3,0 M€ 0,8 M€ na Beira Baixa	3,6 M€ 0,9 M€ na Beira Baixa
 Receita Fiscal anual	216,1 M€ 28,1 M€ na Beira Baixa	5,4 M€ 0,7 M€ na Beira Baixa	6,8 M€ 1,4 M€ na Beira Baixa



- A **redução da potência instalada de 867 MWp para 573 MWp** diminui o volume de negócios anual em 14% e o VAB em 17%, uma quebra inferior à redução de 37% da potência instalada, enquanto o emprego anual reduz cerca de 51%.
- A **Beira Baixa** deverá concentrar cerca de **86% do volume de negócios, 67% do VAB gerados pela operação e 57% do emprego**, devido aos efeitos indiretos e induzidos que se propagam à restante economia.

Nota: o efeito líquido foi calculado com o impacto do cenário alternativo de agricultura intensiva.

Fonte: EY-Parthenon com base em dados da Lightsource bp

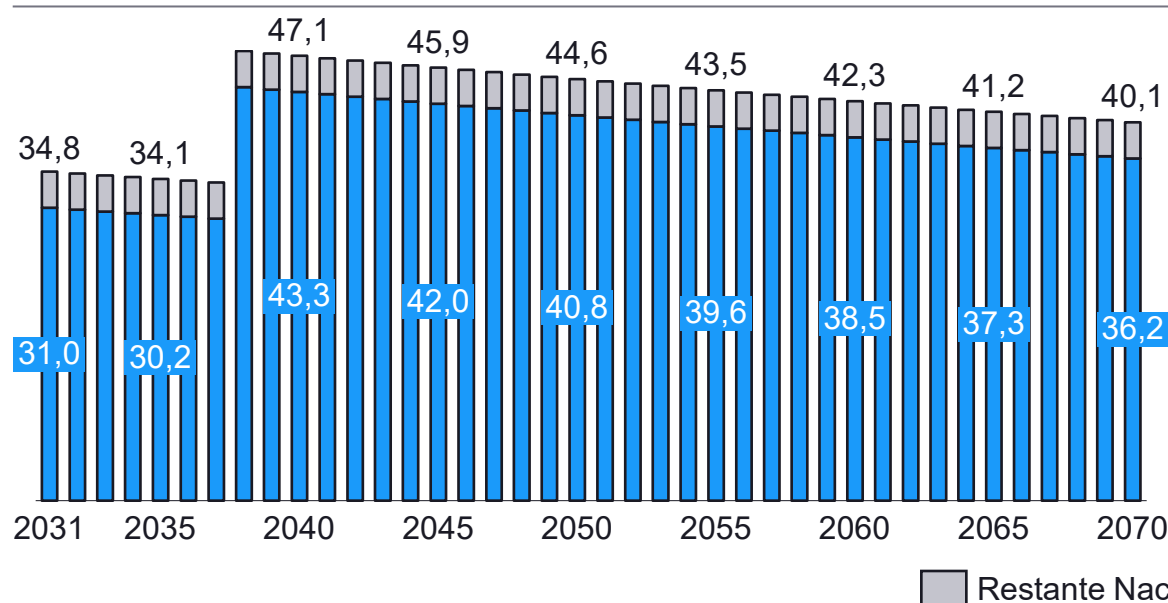
O efeito líquido anual deverá atingir 47,6 M€ no VAB e 5,6 M€ na receita fiscal no início da operação plena

Impacto CapEx

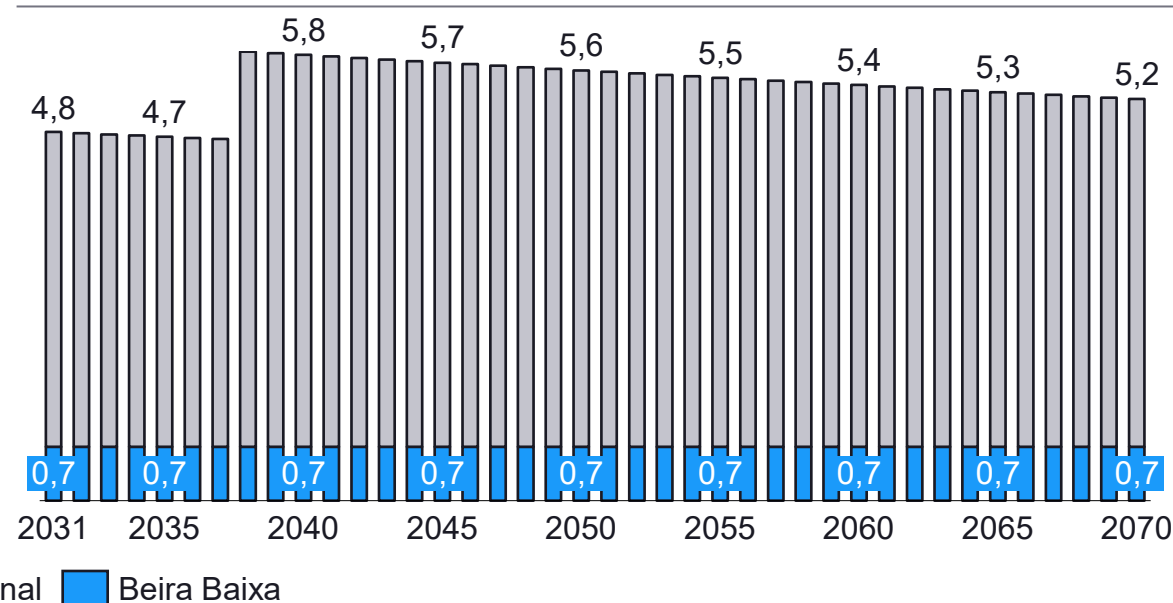
Impacto OpEx

Impacto económico líquido da fase de operação

Efeito líquido anual no VAB (M€)



Efeito líquido anual na Receita Fiscal (M€)



- Após o termo do PPA inicial, o efeito líquido anual no VAB aumenta de 33,7 M€ para 47,6 M€, refletindo a valorização da eletricidade a preços de mercado. Diminui depois gradualmente até 40,1 M€ em 2070, acompanhando a degradação da produção do parque.
- O efeito líquido anual no VAB mantém-se elevado ao longo de toda a operação, variando entre 33,7 M€ e 47,6 M€, uma vez que o reduzido peso dos consumos intermédios do Parque Solar Sophia compensa os efeitos negativos estimados na agricultura.
- A receita fiscal acompanha a evolução da atividade económica: aumenta de 4,7 M€ para 5,6 M€ após o termo do PPA e reduz-se gradualmente até 5,2 M€ em 2070, mantendo um efeito líquido positivo ao longo dos 40 anos de operação.

Nota: o efeito líquido foi calculado com o impacto do cenário da utilização atual agrícola. O efeito líquido do cenário alternativo de agricultura intensiva encontra-se em anexo.

Fonte: EY-Parthenon com base em dados da Lightsources bp

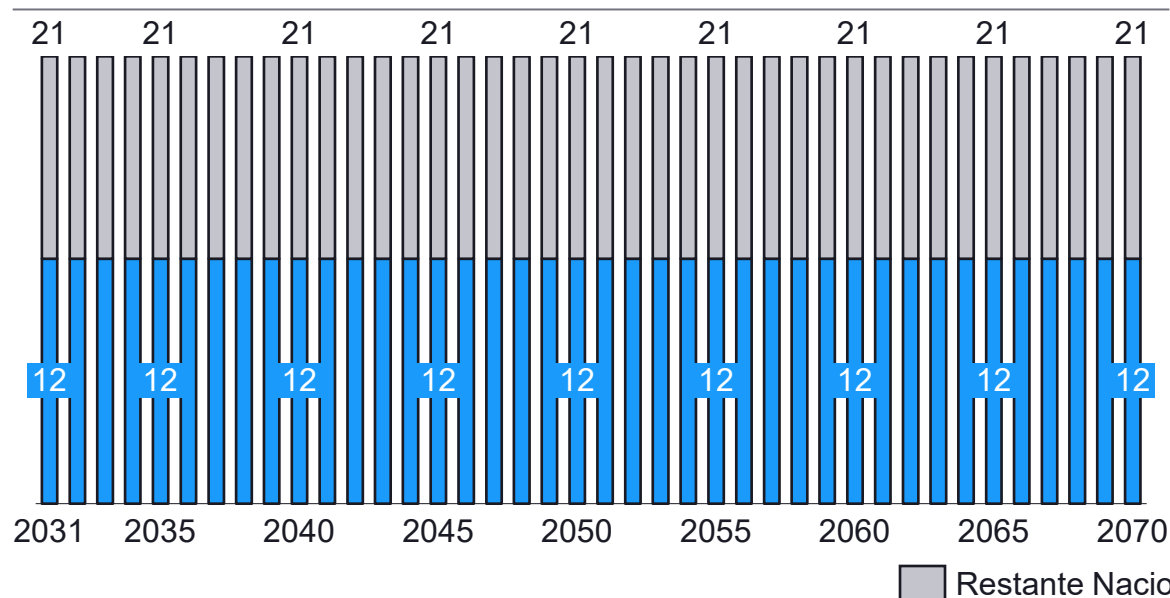
A operação do Parque Solar Sophia deverá gerar um efeito líquido positivo e duradouro no emprego e nas remunerações regionais

Impacto CapEx

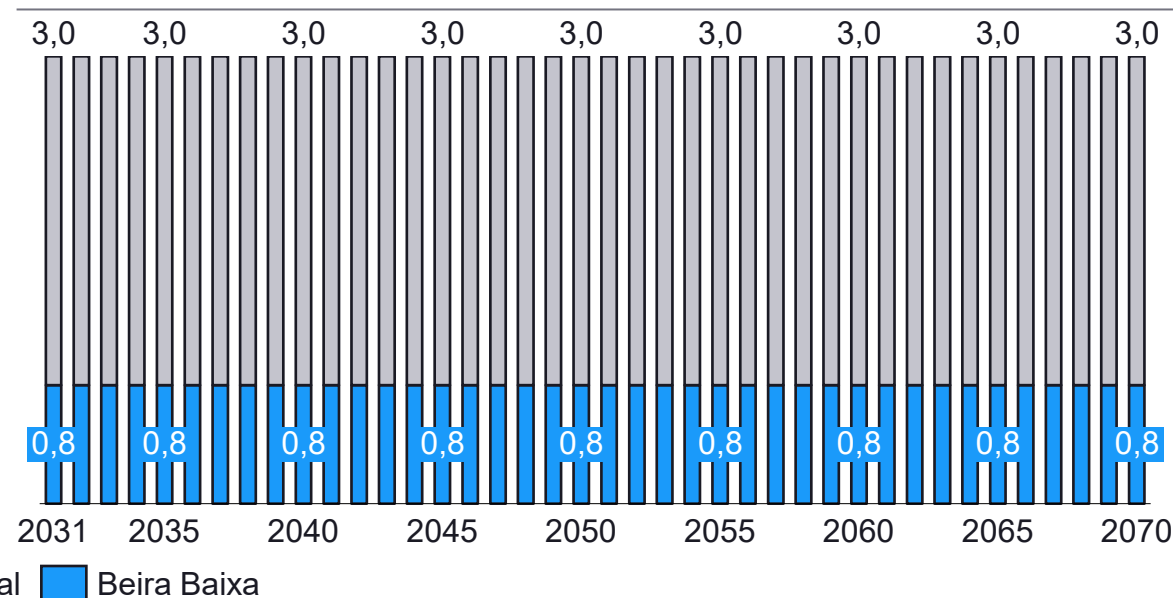
Impacto OpEx

Impacto económico líquido da fase de operação

Efeito líquido anual no Emprego (ETC)



Efeito líquido anual nas Remunerações (M€)



- O **efeito líquido no emprego mantém-se positivo e estável ao longo da operação**, 21 ETC, apesar da reduzida intensidade em emprego do Parque Solar Sophia.
- Os **empregos diretamente associados ao parque representam apenas 15 ETC**, mas apresentam uma **remuneração média superior** à das atividades agrícolas afetadas.
- O **efeito líquido anual nas remunerações permanece estável em cerca de 3,0 M€**, dos quais aproximadamente 0,4 M€ correspondem ao contributo líquido direto do parque.

Nota: o efeito líquido foi calculado com o impacto do cenário alternativo de agricultura intensiva.

Fonte: EY-Parthenon com base em dados da Lightsource bp

EY | Building a better working world

Sobre a EY

A EY tem como propósito construir um mundo melhor de negócios, ajudando a criar valor a longo prazo para os seus clientes, colaboradores e a sociedade, bem como a gerar confiança nos mercados.

Dotados de informação e de tecnologia, várias equipas da EY, em mais de 150 países, asseguram confiança através da auditoria e ajudam os seus clientes a crescer, transformar e operar.

Através de serviços de auditoria, consultoria, fiscalidade, transações, estratégia e serviços jurídicos, as equipas da EY pretendem colocar melhores perguntas para encontrar novas respostas para as complexas questões que o nosso mundo enfrenta hoje.

EY refere-se à organização global, e pode referir-se a uma ou mais firmas-membro da Ernst & Young Global Limited, cada uma das quais uma entidade juridicamente distinta. A Ernst & Young Global Limited, firma sediada no Reino Unido, limitada por garantia, não presta serviços a clientes. Informações sobre como a EY recolhe e utiliza dados pessoais e uma descrição dos direitos que os titulares dos dados têm ao abrigo da legislação de proteção de dados estão disponíveis em [ey.com/pt_pt/legal-and-privacy](https://www.ey.com/pt_pt/legal-and-privacy).

As firmas-membro da EY não prestam serviços jurídicos quando tal seja vedado pela legislação local. Para mais informação sobre a nossa organização, por favor visite [ey.com](https://www.ey.com).

Sobre a EY-Parthenon

As equipas da EY-Parthenon trabalham com os clientes para superar a complexidade, ajudando-os a repensar os seus ecossistemas, a reformular os seus portefólios e a reinventarem-se para um futuro melhor. Com conectividade e escala a nível global, as equipas da EY-Parthenon concentram-se na Estratégia Realizada - ajudando os CEOs a conceber e estruturar estratégias para melhor gerir os desafios, ao mesmo tempo que maximizam as oportunidades enquanto procuram formas de transformar os seus negócios. Da ideia à implementação, as equipas da EY-Parthenon ajudam as organizações a construir um mundo de negócios melhor, fomentando o valor a longo prazo. EY-Parthenon é uma marca sob a qual várias firmas-membro da EY em todo o mundo prestam serviços de consultoria estratégica. Para mais informações, por favor visite https://www.ey.com/pt_pt/strategy.

© 2026 Ernst & Young, S.A.

Todos os direitos reservados.

[ey.com](https://www.ey.com)

